

**RECONFIGURAÇÃO DA PARÓQUIA
COMO COMUNIDADE DE PEQUENAS COMUNIDADES,
A PARTIR DO ENCONTRO COM CRISTO**

FABIO ANTUNES DO NASCIMENTO

**UNIVERSIDAD PONTIFICIA BOLIVARIANA (UPB)
CONSELHO EPISCOPAL LATINOAMERICANO (CELAM)
CENTRO BÍBLICO, TEOLÓGICO E PASTORAL PARA AMÉRICA
LATINA E CARIBE (CEBITEPAL)
BOGOTÁ D.C.
2019**

**RECONFIGURAÇÃO DA PARÓQUIA
COMO COMUNIDADE DE PEQUENAS COMUNIDADES,
A PARTIR DO ENCONTRO COM CRISTO**

FABIO ANTUNES DO NASCIMENTO

**Dissertação apresentada ao Programa de Licenciatura Canônica em Teologia
Pastoral como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado em
Teologia**

**Diretor:
Dr. AGENOR BRIGHENTI**

**UNIVERSIDAD PONTIFICIA BOLIVARIANA (UPB)
CONSELHO EPISCOPAL LATINOAMERICANO (CELAM)
CENTRO BÍBLICO, TEOLÓGICO E PASTORAL PARA AMÉRICA
LATINA E CARIBE (CEBITEPAL)
BOGOTÁ D.C.
2019**

NOTA DE AVALIAÇÃO

Assinatura
Nome
Presidente da Mesa

Assinatura
Nome
Presidente da Mesa

Assinatura
Nome
Presidente da Mesa

AGRADECIMENTOS

Tudo é Graça de Deus. A possibilidade desse trabalho é um dos muitos sinais que experimento da bondade do Senhor, que apesar de minhas debilidades e limitações, me permitiu viver esse processo. Sua graça sempre nos chega mediada e nem sempre reconhecemos tudo o que Ele nos propicia. Mas, de forma singela, quero recordar alguns daqueles que afetaram esse caminho. O povo santo de Deus da diocese de Coxim, com quem caminho e vivo na Igreja. Nosso Bispo Dom Antonino, que muito me ajuda apoiando e corrigindo. Os presbíteros de nossa diocese. Minha família, meus amigos e, em especial, os amigos das duas paróquias onde trabalhei nesses primeiros doze anos de serviço presbiteral – Paraíso e Sonora -, na função de pároco, com os quais aprendi tanto e foram a base desse trabalho sobre a paróquia. O trabalho é uma síntese desses doze anos, enriquecido pela literatura teológica com a qual pude ter contato no centro de formação pastoral da Igreja no continente, o CELAM, no CEBITEPAL. Por isso, também quero manifestar minha gratidão a esse espaço tão especial para a Igreja. Agradeço a oportunidade de conviver com os companheiros de curso dos vários países, com os colaboradores que trabalham no CEBITEPAL, que de maneira tão afável nos facilitam muito o percurso nesse processo. Agradecimento especial aos coordenadores do CEBITEPAL, que sempre nos incentivam. Como não exaltar a riqueza dos professores que temos oportunidade de encontrar, os melhores do continente, que nos abrem os horizontes do saber, não só pelo seu vasto conteúdo teológico produzido, mas também pelo testemunho de compromisso eclesial nas realidades de nossa Igreja. Dentre esses, em especial, o Professor Padre Agenor Brighenti que me dirigiu e acompanhou no processo, de quem pude me aproximar mais da riqueza de seu trabalho, que tanto contribuem com a Igreja no Brasil e no mundo. É um privilégio ter sido acompanhado por uma pessoa tão preparada. Espero que todos esses sinais da graça de Deus experimentados sejam um impulso para o serviço que ofereço à Igreja, em especial, na Diocese de Coxim como coordenador de pastoral e no Regional Oeste 1 da CNBB, como professor de teologia pastoral.

SIGLAS Y ABREVIATURAS

AAS	Acta Apostólica Sedis
AG	Ad Gentes
CL	Christifideles Laici
DAp	Aparecida
DC	Deus Caritas
DM	Medellín
DP	Puebla
DV	Dei Verbum
EA	Ecclesia in America
EG	Evangelii Gaudium
LG	Lumen Gentium
SC	Sacrosanctum Concilium
SD	Santo Domingo

SUMÁRIO

	Pag
INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO I – A PARÓQUIA NO MUNDO DE HOJE E SEUS DESAFIOS	13
1 A situação da paróquia hoje	13
1.1 A centralização na paróquia e no padre	14
1.2 O desafio da superação da pastoral de conservação	17
1.3 O escasso sentimento de pertença e a massificação	21
2 A emergência da pós-modernidade e novos valores	24
2.1 A crise da modernidade	25
2.2 A emergência da pós-modernidade	27
2.3 Sintomas da crise	29
2.4 Emergência de novos valores	30
2.4.1 Subjetividade e autonomia	31
2.4.2 Gratuidade e tempo livre	33
2.4.3 Pluralismo e diversificação crescente	34
3 Impacto sobre a paróquia e desafios pastorais	36
3.1 A paróquia como instituição caduca	37
3.2 A necessidade de reinventar o modo de ser comunidade	38
3.3 O imperativo de comunidades de tamanho humano	40
CAPÍTULO II – O ITINERÁRIO DA PARÓQUIA NA HISTÓRIA DA IGREJA	44
1 Igreja na <i>Domus Ecclesiae</i>	44
1.1 A Igreja comunidade na pequena comunidade	45
1.2 O crescimento da <i>Domus Ecclesiae</i> e o surgimento dos <i>tituli</i>	48
1.3 O exercício dos ministérios numa Igreja toda ela ministerial	52
2 O surgimento da paróquia	53
2.1 Dos <i>tituli</i> às paróquias	54
2.2 A paróquia na Reforma	58
2.3 A paróquia na Contra-reforma de Trento e na era moderna	61
3 A paróquia na renovação conciliar e na tradição eclesial latino-americana	65
3.1 A paróquia na renovação do Vaticano II	66
3.2 A paróquia na tradição eclesial latino-americana	71
3.3 Valores e limites da trajetória das CEBs	74
CAPÍTULO III – A PARÓQUIA COMO REDE DE PEQUENAS COMUNIDADES	77
1 O encontro com Jesus Cristo como fator fundante da comunidade eclesial	77
1.1 O encontro com Jesus Cristo como seguimento do Mestre	78
1.2 O encontro como vinculação à sua obra, o Reino de Deus	81

1.3	O seguimento em sua Igreja	83
2	A Igreja como sacramento do Reino de Deus	86
2.1	O Reino vivido e anunciado na comunhão da Igreja	87
2.2	A pequena comunidade como condição para a comunhão	89
2.3	Comunidades centralizadas na Palavra, no culto e no serviço	90
3	O imperativo de uma nova configuração da paróquia	92
3.1	CEBs, comunidade de comunidades e setorização da paróquia	93
3.2	A paróquia como rede de pequenas comunidades	96
3.3	A gestão da rede pela paróquia reconfigurada	98
4	A paróquia como rede de pequenas comunidades missionárias	99
4.1	A comunidade eclesial como sujeito da missão	100
4.2	De uma Igreja auto-referencial a uma Igreja em saída	102
4.3	Paróquia e conversão pastoral	105
	CONCLUSÃO	109
	BIBLIOGRAFIA	112

RESUMO

O presente trabalho procura contribuir no processo de renovação eclesial propondo a reconfiguração da paróquia a partir do encontro pessoal com Jesus Cristo. Os pressupostos fundamentais são a conversão pastoral e a recuperação do sentido das CEBs, como estrutura básica da Igreja. A estrutura da pesquisa está articulada em três partes. A primeira relaciona a situação debilitada em que a paróquia se encontra em nossos dias com os novos cenários culturais, que nascem da mudança de época, considerando os valores que emergem da pós-modernidade, para indicar os impactos que recaem sobre a paróquia e seus principais desafios. Na segunda parte o olhar sobre a história que antecedeu o surgimento da paróquia, seu desenvolvimento e principais acontecimentos que impactaram em sua configuração, procuram iluminar os caminhos pelos quais o trabalho fundamenta o argumento de reconfiguração da paróquia. A terceira parte procura relacionar o encontro com Jesus Cristo como acontecimento fundante da comunidade e ao mesmo tempo evento eclesial. Reconhecer as CEBs como sujeitos da missão da Igreja, a urgência de recuperar o sentido da comunidade de tamanho humano, aberta em chave missionária e de comunhão. É o processo de encontro com Jesus Cristo que funda as CEBs, que por sua vez, reconfiguram a paróquia, numa rede de comunidades, como comunidade de comunidades.

Palavras chaves: Paróquia; Comunidade; CEBs; Conversão pastoral.

INTRODUÇÃO

A Igreja é Sacramento de salvação do mundo e como realidade visível do mistério invisível, manifesta aos homens e mulheres de cada tempo a verdade divina imutável, dentro das condições temporais e humanas. Nos seus dois mil anos de história a Igreja, como continuadora da missão de Jesus, tem cumprido com versatilidade a missão de apresentar a verdade do Evangelho às diferentes culturas. A paróquia tem sido nesse percurso a estrutura básica da Igreja. Nossa pesquisa se dispõe a refletir sobre essa realidade, sobre o contexto em que está inserida e procura apontar caminhos para que a Igreja possa realizar sua missão nessa mudança de época, tendo na paróquia uma estrutura funcional e eficaz.

No século IV surgiu a paróquia como uma estrutura para levar o serviço da Igreja ao contexto rural, já que até então as comunidades se concentravam no ambiente urbano. Esse passo marcou decisivamente a expansão eclesial, associado a outros acontecimentos históricos, fazendo com que a paróquia chegasse ao nosso tempo como a estrutura eclesial mais próxima dos fiéis católicos. Reconfigurar as estruturas eclesiais em vista de sua missão é o desafio à vida da Igreja.

Transcorridos mais de 16 séculos de história e desenvolvimento da paróquia, reconhecemos que essa estrutura eclesial, de origem rural que avançou e alcançou um espaço relevante, chega aos nossos dias fragilizada, num modelo de pastoral de conservação, de pouca incidência na vida dos batizados. A cultura urbana, seus subprodutos e novos valores que emergem da pós-modernidade, geraram um descompasso tamanho, que muitos apontam para a impossibilidade de a paróquia cumprir a missão da Igreja no mundo atual, fato que nos obriga a “reconhecer que o apelo à revisão e renovação das paróquias ainda não deu suficiente fruto”¹. Pensar como a paróquia pode ser comunidade, como criar comunidades de tamanho humano, casa da iniciação cristã, comprometidas com a comunhão e a missão, é um imperativo para as paróquias hoje.

Para a maioria dos católicos a paróquia está intimamente identificada com a Igreja, pois quando falamos de Igreja a primeira imagem que surge é a da paróquia.

¹ Papa Francisco, “Evangelii Gaudium n° 28” *AAS*, vol.105, n°12 (2013). Daqui em diante deve ser citado com EG e seu respectivo número.

Por isso, nossa pesquisa procura reunir, ordenar e acrescentar elementos nos esforços realizados nos últimos tempos para renovar a paróquia. A Igreja busca responder aos desafios da realidade pós-moderna, marcada pela cultura urbana, pela fragmentação e por novos valores, que emergem da pós-modernidade como uma encruzilhada crucial para o presente e o futuro da Igreja, particularmente dessa estrutura eclesial que chamamos paróquia. Para cumprir o mandato do Senhor, “a Igreja é chamada a repensar profundamente e a realçar com fidelidade e audácia sua missão nas novas circunstâncias latino-americanas e mundiais”².

Mesmo antes do Concílio Vaticano II já existiam movimentos empenhados na busca da renovação da paróquia. Com o concílio o impulso foi intensificado ao refletir sobre a identidade da Igreja e sua missão no mundo. A paróquia mostrou-se o lugar concreto onde a aplicação objetiva dos conceitos conciliares deve acontecer. O período pós Concílio foi de um riquíssimo florescimento de experiências eclesiais nas paróquias, muitos modelos, muitas propostas e novas estruturas marcam esta busca de concretizar nas bases o que o concílio idealizou. Colaboraram substancialmente nesse período de ousadia criativa as Conferências do Episcopado Latino-americano e caribenho, a vida e o testemunho das CEBs.

As Conferências Gerais dos Bispos da América Latina e Caribe reforçam a necessidade da reconfiguração da paróquia, da superação da pastoral de conservação, baseada na sacramentalização e do caráter administrativo centrado na estrutura material e no padre. Na Conferência de Aparecida a urgência da conversão pastoral apontou diretamente para paróquia como o âmbito eclesial onde a conversão pastoral deve acontecer. Conversão que é fruto do encontro com Jesus Cristo, de onde nasce o discípulo missionário. Assim, o itinerário da reconfiguração da paróquia passa pelo encontro pessoal com Jesus Cristo que tem como fruto a conversão pastoral e a reconfiguração da paróquia.

Com o ministério pastoral do Papa Francisco esse impulso transformador ganha um novo vigor. Pastor latino-americano, o Papa Francisco conhece e entende a importância da Igreja no continente para o conjunto da Igreja no mundo. O desafio de uma grande missão continental para promover a evangelização e a vida dos

² Conselho Episcopal Latino-Americano, “Santo Domingo IV Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano”, em Iãs cinco Conferencias Generales del Episcopado Latinoamericano (São Paulo: Paulus, 2004), 11. Daqui em diante deve ser citado com SD e seu respectivo número.

nossos povos é o caminho apontado para que a Igreja da América Latina revitalize o elã missionário no mundo. A paróquia nesse movimento é o lugar onde se formam, alimentam, multiplicam e acolhem os novos discípulos missionários de Jesus, agentes da reconfiguração da paróquia no modelo de CEBs, comunidade de comunidades.

A conferência episcopal do Brasil, em comunhão com o magistério do Papa Francisco e do episcopado continental, assumiu o desafio da renovação da paróquia. Num processo participativo, construiu com as comunidades do país o “*Documento 100*”, propondo a conversão pastoral da paróquia. Propõe a renovação da paróquia pelo resgate da comunidade, como estrutura basilar da Igreja, configurando paróquia no modelo de comunidade de comunidades.

Nossa pesquisa procura contribuir nesse movimento eclesial, em vista da renovação da paróquia, propondo duas categorias fundamentais. Uma do resgate do modelo de comunidade eclesial de base, como estrutura fundamental da Igreja, as CEBs. E, segunda, pela formação de agentes pastorais, os discípulos missionários, a partir do encontro com Jesus Cristo, que supera a mera assimilação de conteúdo ou a implementação de programas formativos. Encontro com Jesus Cristo é a experiência de encontro “com uma Pessoa, que dá um novo horizonte à vida e, com isso, uma orientação decisiva”³.

O presente trabalho segue o método latino-mericano, partindo da análise alguns aspectos que marcam a realidade da paróquia e a realidade cultural, em que as paróquias estão imersas. Para fundamentar essa análise procuramos fazer um recorrido pela história da paróquia, para tentar identificar os acontecimentos que mais influenciaram seu desenvolvimento, até chegar à configuração que conhecemos nos dias atuais. Por fim, propomos um horizonte pelo qual acreditamos que a paróquia pode ser reconfigurada, mesmo que isso signifique adquirir uma fisionomia totalmente nova. Essa nova fisionomia surgiria do processo de conversão, fruto do encontro com Jesus Cristo, que funda, reconfigura e impulsiona a comunidade. A relação de rede, que conecta as CEBs é o eixo que dará à paróquia a nova configuração de comunidade de comunidades.

³ Papa Bento XVI, “*Litterae Encyclicae Deus Caritas Est, 1*”, *AAS*, vol. 98 (2006), 217. Daqui em diante deve ser citado com DC e seu respectivo número.

Superar o modelo rural, centralizado e baseado na territorialidade, na estrutura da matriz e na figura do padre é o desafio da paróquia hoje. No impulso da volta às fontes, constatamos que a Igreja nasceu em pequenas comunidades urbanas, dotadas de múltiplos ministérios presididos pelo bispo. Temos aí pistas importantes para esse processo de reconfiguração da paróquia. Cabe responder à questão se a paróquia pode ser uma comunidade eclesial, uma comunidade de tamanho humano, casa da Palavra de Deus, da iniciação cristã e do serviço e promoção da vida, para confirmar a validade da paróquia no seio da Igreja.

Creemos com o Papa Francisco que “a paróquia não é uma estrutura caduca” (EG 28), se assumir o desafio de ser uma Igreja em saída, de se reconfigurar no modelo das CEBs, em chave missionária, tornando-se verdadeiramente uma comunidade de comunidades. Para tanto, resgatar o valor das CEBs, como unidade fundamental da Igreja e da paróquia, como uma estrutura de apoio, que em nosso caso, deve tornar-se o elo da rede que liga cada comunidade às demais comunidades, reconfigurará a paróquia. A conversão pastoral não é programa operacional ou de remodelação institucional, mas o ponto inicial do processo de mudanças no âmbito da mentalidade, das ações, das relações de poder e autoridade e das estruturas, em vista de uma paróquia comunidade de comunidades, que tem no encontro com Jesus Cristo caminho, verdade e vida (Jo 14, 6) seu centro.

CAPÍTULO I

A PARÓQUIA NO MUNDO DE HOJE E SEUS DESAFIOS

A Igreja tem se esforçado, desde o Concílio Vaticano II, para responder ao desafio de atualizar sua identidade e sua missão no mundo. Essa tarefa exige uma profunda revisão de suas práticas, que se concretiza na ação pastoral. A paróquia é o lugar onde essa tensão entre as práticas convencionais e os impulsos renovadores se encontram. Nesse primeiro capítulo procuramos refletir sobre a realidade da paróquia.

Propomos-nos analisar a realidade da paróquia a partir de alguns cortes, para daí entender sua configuração atual. Identificar os valores que emergem da pós-modernidade, como novo ambiente cultural que desafia a paróquia. Caracterizar os principais desafios que surgem desse contexto é o caminho que propomos percorrer em nossa pesquisa. Nossa pretensão é desde aí pensar como reconfigurar a paróquia, como uma estrutura eclesial que responda aos desafios da missão no mundo de hoje.

1. A situação da paróquia hoje

Na realidade eclesial a paróquia “é a figura da Igreja e sua imagem mais pública. Para a maioria dos batizados é o lugar e o âmbito em que o eclesial se faz acessível e experimentável”⁴. A paróquia tem no imaginário religioso da maioria dos batizados uma identificação objetiva com a Igreja, ou seja, quando falamos em Igreja é comum que se pense na paróquia. Esse fato vem da longa trajetória que essa estrutura eclesial tem na história da Igreja.

A abordagem da realidade da paróquia hoje pode tomar vários cortes que ajudam a entender processos, situações e limites dessa estrutura eclesial. Reconhecendo a complexidade e a abrangência de fatores que influem na configuração da paróquia propomos analisá-la desde sua estrutura e centralização da figura do padre, como elementos que contribuem para eclesiocentrismo e o

⁴ Instituto Superior de Pastoral, *A vueltas con la parroquia: balance y perspectivas* (Navarra: Verbo Divino, 2008), 18.

clericalismo. Também, a insuficiente abertura à missão, que consolidou um modelo de pastoral de conservação, baseado na sacramentalização e no primado do administrativo. Consequentemente, o crescimento contínuo entre os batizados de um afastamento da vida eclesial, pelo escasso sentimento de pertença.

O modelo paroquial baseado em grandes territórios, que prescinde o conceito de comunidade, massifica as pessoas, despersonalizando as relações. Nas paróquias existe uma massificação das pessoas, favorecendo relações de fé de caráter intimista, devocional e descomprometido. Esses são alguns cortes que ajudam a entender as tantas críticas feitas ao modelo paroquial nas últimas décadas e vão de encontro aos apelos de conversão pastoral.

1.1. A centralização na paróquia e no padre

A paróquia consolidou-se como uma estrutura eclesial concêntrica e centrada na pessoa do padre. Esse modelo gerou uma série de prejuízos à Igreja, na perspectiva de sua missão, de sua própria compreensão e da participação de seus membros como sujeitos e interlocutores, e não de meros destinatários e colaboradores da ação da hierarquia. Com isso, a configuração paroquial tornou-se uma estrutura caduca, que vive o pecado da auto-referencialidade e limita sua atuação numa pastoral de conservação.

O modelo que, em grandes linhas, perdura desde o século IV e que, com as reformas ao longo dos séculos, se fortaleceu e justificou, parece não conseguir dialogar com as novas realidades humanas. Parece existir uma esquizofrenia eclesial, pois temos um conteúdo teológico atual e a realidade da paróquia que em sua estrutura e atuação não refletem, de maneira concreta, essa construção teológica iniciada no Concílio Vaticano II. Hoje, no Brasil, mesmo quando se reconhece vigor de algumas paróquias, se admite que ainda assim é insuficiente:

Muitas comunidades do país vivenciam experiências de profunda conversão pastoral.... Entretanto, apesar dessa riqueza, algumas não conseguem atingir a maior parte das pessoas de sua jurisdição, em vista da grande população ou extensão territorial. Ainda lhes falta ampliar a ação evangelizadora fortalecendo as pequenas comunidades que, juntas, formam a única comunidade paroquial⁵.

⁵ CNBB, *Comunidade de comunidade: uma nova paróquia: a conversão pastoral da paróquia* (Brasília: Edições CNBB, 2014), 30.

Os diagnósticos da paróquia apresentam o clericalismo como uma das suas mais fortes características. É importante entender como chegamos a esse quadro, compreendendo que o modelo paroquial criou uma estrutura que evidenciou a figura do padre em detrimento à do bispo. A ascensão da figura do padre se deu pelo desafio de levar à zona rural e ali estabelecer uma presença eclesial, que já existia na cidade:

O modelo organizativo urbano uma cidade, um bispo, uma eucaristia não dava mais conta da nova realidade. Era preciso encontrar uma estrutura eclesial própria para zona rural⁶.

Nesta interface, com as reformas Carolíngia e a contra-reforma, a relevância do padre ganha um ordenamento jurídico. Assim, o padre passa a ser um ministro destacado dentro da Igreja. Essa realidade perdura até os dias de hoje, apesar dos esforços do Concílio Vaticano II em promover a participação dos leigos e a ministerialidade da Igreja. A eclesiologia conciliar e reflexões teológicas posteriores propuseram um avanço significativo na descentralização ministerial, contudo, especialmente pelo novo Código de Direito Canônico, na prática, o governo eclesial continua muito centrado na paróquia e no padre. Assim, o ordenamento jurídico da Igreja garante o padre como um ator eclesial que concentra muito poder. Em um discurso o Papa Francisco denunciou a tentação de transformar a paróquia num feudo. O documento de Puebla ao se referir aos presbíteros diz: “...ainda persistem métodos pastorais inadaptados às circunstâncias atuais e à pastoral orgânica”⁷.

Em nosso continente, especialmente no Brasil, a realidade ampla das paróquias e os campos de atuação em que a Igreja está envolvida tornam a tarefa dos padres sobrecarregada, em sua maioria:

É imenso o campo onde se desenrola a ação dos sacerdotes. Convém, portanto, “que estes ponham no centro da sua atividade o que é essencial para o ministério: deixar-se configurar a Cristo, Cabeça e Pastor, fonte de caridade pastoral, oferecendo-se eles próprios, todos os dias, com

⁶ Antônio José de Almeida, *Paróquia, comunidades e pastoral urbana* (São Paulo: Paulinas, 2009), 42.

⁷ Conselho Episcopal Latino-Americano, *III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, A evangelização no presente e no futuro da América Latina Puebla: Conclusões* (São Paulo: Paulus, 2004), 117. Daqui em diante deve ser citado com DP e seu respectivo número.

Cristo na Eucaristia, para ajudar os fiéis a viver o encontro pessoal e comunitário com Jesus Cristo vivo”⁸.

O modelo paroquial brasileiro, pela população e a abrangência do território, faz com que o padre concentre muitas funções. Essa situação reduz as possibilidades pastorais das paróquias, restringindo-se à sacramentalização e a uma pastoral de conservação. Uma pastoral mais capilar assumida pelos leigos é indicada como o caminho para superação da centralidade do padre:

O laicato precisa assumir maior espaço de decisão na construção da comunidade. Somente assim se evitará que, ao trocar o pároco, as diretrizes da comunidade sejam mudadas completamente⁹.

A conversão pastoral almeja uma comunidade toda ministerial, onde todos os batizados assumam o protagonismo da missão da Igreja:

A missão do pároco para a renovação paroquial requer uma vivência mais comunitária do ministério, garantindo a continuidade da ação evangelizadora, especialmente quando o padre é substituído evitando personalismos e isolamento em relação a diocese¹⁰.

O ordenamento jurídico da Igreja favorece a centralização da paróquia e do padre. Essa condição é a causa de muitas paróquias fechadas numa pastoral de conservação e padres centralizadores, a “inadequação da estrutura tradicional em muitas paróquias para proporcionar uma vivência comunitária” (Medellín 15,4). Muitas vezes os batizados que permanecem nas paróquias sustentam uma relação linear, pelo princípio hierárquico, que o clero governa e os leigos obedecem e colaboram. A CNBB adverte quanto a esses cenários citando o Papa Francisco na JMJ 2013:

O pároco clericaliza, o leigo lhe pede, por favor, que o clericalize, porque no fundo, lhe resulta mais cômodo. O fenômeno do clericalismo explica, em grande parte, a falta de maturidade e de liberdade cristã em parte do laicato da América Latina¹¹.

É importante ressaltar que o magistério recente, especialmente as experiências eclesiais que procuram assumir a eclesiologia do Concílio Vaticano II, tem gerado belas respostas aos desafios dos tempos atuais, mostrando ser possível superar a centralidade da paróquia e do padre. Contudo, entre as definições

⁸ João Paulo II, “Exortação Apostólica Pós-sinodal *Ecclesia in America*, 5”, *AAS* vol. 91, n.º 1 (1999), 737. Daqui em diante deve ser citado com *EA* e seu respectivo número.

⁹ CNBB, *Comunidade de comunidades*, 32.

¹⁰ CNBB, *Comunidade de comunidades*, n.º 201.

¹¹ CNBB, *Comunidade de comunidades*, n.º 213.

teológicas conciliares e algumas práticas nas paróquias existe uma larga distância. O modelo clerical “prejudica aquilo que pretendemos por Igreja de comunhão, que possibilitou o Concílio Vaticano II, redescobrir a dimensão horizontal, igualitária, comunitária e respeitosa do protagonismo dos membros”¹².

1.2. O desafio da superação da pastoral de conservação

As Conferências Gerais Dos Bispos da América Latina e Caribe denunciaram a situação de estagnação pastoral das paróquias, numa pastoral de conservação. Perdeu-se a dimensão missionária e a pastoral é dirigida unicamente para o interior da própria paróquia. Padre Comblin, ao falar da história da Igreja no Brasil, diz que a paróquia, especialmente nas cidades do interior, era o centro, não só da vida religiosa, mas também, da vida social, cultural, educacional e, conseqüentemente, das questões econômicas e políticas¹³. Mas essa força que a paróquia já desempenhou na vida social já não existe. Com isso, as paróquias passaram a se ocupar de serviços sacramentais e de algumas atividades apostólicas, para grupos de pessoas cada vez mais reduzidos.

O Brasil, acolhendo o convite o Papa São João XXIII, elaborou um plano nacional de pastoral - *Plano de Emergência* - de 1962, que apurando os dados da realidade social brasileira e confrontando com a prática eclesial, entendeu que era imprescindível a *Renovação Paroquial* (ver capítulo 2)¹⁴. Vale a pena ressaltar que isso se deu antes mesmo do Concílio, que depois confirmaria essa intuição do episcopado brasileiro, com a renovação da eclesiologia da Igreja como Povo de Deus.

Analisando a situação eclesial do continente, Medellín apontou: “Até hoje temos contado principalmente com uma pastoral de conservação, baseada numa sacramentalização com pouca ênfase numa prévia evangelização” (Medellín 6,1). Essa realidade pastoral teve como pano de fundo a profunda mudança que todo o continente vinha sofrendo naquele momento. Tínhamos um continente em que o

¹² Cesar Kuzma, *Leigos e leigas. Força e esperança da Igreja no mundo* (São Paulo: Paulus, 2009), 27.

¹³ CERIS. *A paróquia ontem, hoje e amanhã* (Petrópolis: Vozes, 1967), 7-16.

¹⁴ CNBB. *Plano de Emergência, para a Igreja do Brasil. Documento 76* (Brasília: Edições CNBB, 204), 31.

catolicismo era quase a única religião, que exercia influência em todos os segmentos da sociedade e que muitas vezes se ocupava de funções do poder público, como por exemplo na educação, saúde, assistência social e até política. Essa realidade estava mudando muito no período de Medellín. Assistia-se a um forte fluxo de êxodo rural, mudanças socioculturais e religiosas. Uma pessoa nascia e crescia num ambiente, exclusivamente, católico passa a conviver com outras realidades.

O modelo concêntrico que a paróquia assumiu não alcança a nova realidade das pessoas. A hegemonia e homogeneidade que a Igreja gozava fez com que o modelo paroquial estivesse no centro da vida das pessoas, sugerindo que todos deviam buscar, convergir para esse centro, que era a paróquia. Essa relação tem como fundamento teológico a afirmação: “*extra ecclesiam nulla salus*”¹⁵. Um *eclesiocentrismo*¹⁶ construído na cristandade, que muitos insistem em defender como modelo de Igreja em detrimento ao modelo conciliar.

Muitas vezes, pelos desafios impostos pela nova realidade tem-se optado por uma simples condenação do novo e buscado voltar a antigas posturas, como alerta o documento de Aparecida:

Lamentamos, seja algumas tentativas de voltar a um certo tipo de eclesiologia e espiritualidade contrária à renovação do Concílio Vaticano II, seja algumas leituras e aplicações reducionistas da renovação conciliar¹⁷.

Já Francisco Merlos aponta males dos quais sofre a pastoral na Igreja que obstaculizam a conversão pastoral: a improvisação, o centralismo, o individualismo, a dispersão, a descontinuidade, o paralelismo e a competição¹⁸. Na mesma linha Brighenti aponta, que a pastoral de conservação que se constata na

¹⁵ Congregatio pro Doctrina Fidei, “Dominus Iesus” n°14-16, “AAS vol.92 (2000).

¹⁶ Agenor Brighenti: Trata-se do denominado eclesiocentrismo, que não só coloca o Reino de Deus exclusivamente dentro da Igreja, como faz desta a proprietária de Cristo. O Vaticano II, em sua “volta às fontes” bíblicas, formulou uma nova doutrina da salvação, distinguindo Igreja e Reino de Deus, bem como ligando o Plano da Redenção ao Plano da Criação e, com isso, integrando também o Espírito Santo na obra da redenção. Cf, <http://amerindiaenlared.com/contenido/12321/do-eclesiocentrismo-a-salvacao-tambem-fora-da-igreja-em-que-o-vaticano-ii-mudou-a-igreja-9/>, último acesso 15 de junho de 2018.

¹⁷ Conselho Episcopal Latino-Americano, *V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe* (Brasília: Edições CNBB, 2007), 100. Daqui em diante deve ser citado com *Dap* e seu respectivo número.

¹⁸ Francisco Merlos, *Pastoral del Futuro, tensiones y esperanzas* (México: Palabra Ediciones, 2002), 8.

maioria das paróquias, parte de um pressuposto que todos os cristãos estejam, suficientemente, evangelizados, sendo que a deterioração do modelo paroquial não confirma.

Na pastoral de conservação: o administrativo predomina sobre o pastoral (um bom pároco é um bom administrador, não necessariamente pastor); a sacramentalização predomina sobre a evangelização (o trabalho do padre é rezar missa e administrar os demais sacramentos e cabe aos leigos recebê-los, passivamente); a quantidade predomina sobre a qualidade da fé (se mede o êxito da pastoral pelo número de comunhões, confissões, batismos, casamentos); o pároco predomina sobre o bispo (sem pastoral de conjunto, o padre é bispo em sua paróquia, quando não papa); o padre predomina sobre o leigo (o leigo é um colaborador do padre, ajudante); enfim, massa predomina sobre a comunidade (em lugar de multiplicar o número das pequenas comunidades, o padre procura aumentar o tamanho do templo)¹⁹.

As concepções acerca da paróquia evoluíram bastante no pós-concílio na América-Latina, especialmente pelo florescimento das CEBs. Contudo, nas conferências do episcopado, ainda se denuncia a lentidão no processo de renovação da paróquia, reconhecendo a “inadequação da estrutura tradicional em muitas paróquias para proporcionar uma vivência comunitária”²⁰. Já eram latentes os sinais de que a estrutura tradicional da paróquia não responde a uma sociedade em acelerada mudança. Mudanças que se intensificaram em 1968, ano da Conferência de Medellín, mesmo ano que acontecia a revolução social de maio, marcada pelo movimento iniciado pelos jovens em Paris.

Mais de onze anos depois, as transformações sociais no mundo eram mais visíveis e profundas. Na América-Latina vivia-se um clima de medo e perseguição pelos regimes ditatoriais estabelecidos em quase todos os países, pela política expansionista e impositiva, especialmente dos Estados Unidos da América. Na Igreja termina o longo período do pontificado do Paulo VI. É um tempo de maturidade e crescimento das pastorais e das comunidades. Os processos de planejamento pastoral, o método ver, julgar e agir assumido desde as CEBs até as

¹⁹ Agenor Brighenti, “ameríndia” *Pastoral de conversação – modelo de ação (modelos de pastoral em torno à renovação do Vaticano II – I)*. <http://amerindiaenlared.com/contenido/12424/pastoral-de-conservacao--modelo-de-acao-modelos-de-pastoral-em-torno-a-renovacao-do-vaticano-ii--1/>, último acesso 15 de junho de 2018.

²⁰ Conselho Episcopal Latino-Americano, *II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, presença da Igreja na atual transformação da América Latina à luz do Concílio Vaticano II* (São Paulo: Paulus, 2004), 15,4. Daqui em diante deve ser citado com DM e seu respectivo número.

grandes estruturas da Igreja marcam um momento de muita vitalidade. Ainda assim, Puebla em 1979 vai denunciar obstáculos presentes no processo de renovação da paróquia:

Contudo, ainda subsistem atitudes que obstam este dinamismo de renovação: primazia do administrativo sobre o pastoral, rotina, falta de preparação para os sacramentos, autoritarismo de certos sacerdotes e fechamento da paróquia sobre si mesma, sem considerar as graves urgências apostólicas do conjunto (*DP 633*).

Em Santo Domingo, quarta conferência do episcopado latino-americano e caribenho, temos um outro cenário social e eclesial. A redemocratização política dos países devolve horizontes de esperança aos nossos povos. Na Igreja, já com 10 anos de pontificado, se sente a força centralizadora do Papa João Paulo II. A tradição de colegialidade e protagonismo da Igreja latino-americana prevaleceu e realizou a Conferência de Santo Domingo. Nela se falou da “paróquia como “comunidade de comunidades e movimentos” (*DP 633*), equiparando os movimentos ao nível das comunidades. Sobre a paróquia o documento constatou: “mas ainda é lento o processo de renovação da paróquia em seus agentes de pastoral e na participação dos fieis leigos” (*SD 59*).

A Conferência de Aparecida retomou a larga caminhada da Igreja do continente ao resgatar o método ver, julgar e agir. Foi marcante a presença do Papa Bento XVI e pelos trabalhos realizados no Santuário Nacional de Aparecida, onde os bispos reunidos ouviam e sentiam a presença do povo, que todos os dias chega ao santuário de todas as partes do país, também marcaram o encontro. Dalí se convocou, novamente, a Igreja do continente a uma conversão pastoral, desde a formação dos discípulos missionários, para que todos os nossos povos tenham vida. Nesse horizonte plasmado na Conferência, se reafirmou a necessidade de superar a pastoral de conservação, convocando todas as comunidades a “entrar decididamente, com todas as forças, nos processos constantes de renovação missionária e de abandonar as ultrapassadas estruturas que já não favoreçam a transmissão da fé” (*DAp 365*).

O pontificado do Papa Francisco, que se mostra paradigmático na história da Igreja, é o impulso decisivo para o processo de superação da pastoral de

conservação. Ele propõe uma Igreja em saída, que supere a auto-referencialidade e que viva com a alegria o Evangelho.

A pastoral em chave missionária exige o abandono deste cómodo critério pastoral: «fez-se sempre assim». Convido todos a serem ousados e criativos nesta tarefa de repensar os objetivos, as estruturas, o estilo e os métodos evangelizadores das respectivas comunidades (EG 33).

1.3. O escasso sentimento de pertença e a massificação

Um dos traços que marcam a realidade eclesial, destacado em Aparecida, é o escasso sentimento de pertença por parte dos católicos. Mesmo com uma multidão de batizados, as paróquias estão cada vez mais vazias. O Papa Francisco, na exortação apostólica *Evangelii Gaudium*, dedicou o segundo capítulo para refletir sobre a crise do compromisso comunitário, convidando a assumir essa realidade.

A pastoral de conservação parece ser a causadora dessa realidade, como já descrevia *Medellín*. Temos uma pastoral sacramental, que não se preocupa como uma evangelização prévia. A realidade apresenta um grave contraste entre o número de batizados e dos católicos que têm uma participação razoável na vida eclesial, como por exemplo, participar da missa dominical. As profundas mudanças sociais e culturais sofridas nas últimas décadas e a atitude de fechamento das paróquias criaram uma relação de distanciamento dos batizados das paróquias, que hoje se declaram católicos não praticantes. Percentualmente são a maioria em nosso país. Como medir o sentido de pertença real dos batizados na realidade de hoje é um desafio.

Sobre o fenômeno religioso das paróquias, muitos estudiosos definem a relação dos batizados com a Igreja, como uma relação comercial. É comum ouvir a expressão “mercado da fé”, onde os que procuram a paróquia agem como se estivessem comprando um produto (em nosso caso sacramentos e sacramentais) e o pior, é que muitas paróquias assumiram como próprio esse tipo de relação e se apresentam, verdadeiramente, como um supermercado de produtos religiosos.

O Papa Joao Paulo II idealizou um projeto que chamou de Nova Evangelização²¹, aplicando a essa categoria um sentido diferente do sentido que antes foi apresentado em *Medellín* e *Santo Domingo*. A “nova evangelização, apresentada por João Paulo II, apresenta uma notável semelhança com a mensagem da antiga cristandade. A novidade da atual evangelização consistiria somente nas circunstâncias extrínsecas”²². Esse projeto foi desenvolvido desde um momento de fechamento eclesial que propunha uma releitura do Concílio Vaticano II.

Outros teólogos refletiram sobre o desafio de evangelizar ou, até, reevangelizar os batizados, considerando que temos uma multidão de batizados que não foram evangelizados. Nessa perspectiva se favoreceu mais a devoção do que uma autêntica pastoral, a ofensiva mais institucional que evangelizadora, gerando um retrocesso a antigas práticas. Em consequência, os “leigos sentiram-se abandonados: nada substituiu o culto ao Sagrado Coração, o culto mariano”²³.

No momento atual, o horizonte missionário da Igreja já não segue os princípios da Nova Evangelização de João Paulo II. Papa Francisco fala de âmbitos da missão, enfatiza o desafio de chegarmos aos afastados, grande número de católicos batizados que não têm uma vinculação com a Igreja e não pertencem a nenhuma comunidade de fé. E que a evangelização não se destina em primeiro lugar a buscar pessoas para a Igreja, mas em anunciar o Reino de Deus.

Diante da complexidade das relações humanas, a paróquia territorial parte de um pressuposto equivocado, pois considera todos os membros desse território como vinculados à paróquia, realidade que não se constata na prática. Assim as

²¹ João Paulo II falou de «nova evangelização» pela primeira vez a 9 de junho de 1979 em Nowa Huta, bairro industrial de Cracóvia que se tornou famoso pela luta dos crentes contra o comunismo. Nowa Huta tinha sido concebida como cidade sem Deus, um povoado sem símbolos religiosos e sem igreja. Mas os operários revoltaram-se e reuniram-se para erigir primeiro uma cruz. Mais tarde, depois de contrastes com os órgãos estatais e com as forças da ordem, surgiu também uma igreja, que deve a sua existência — como disse o Papa na sua primeira visita à Polónia — ao suor e à resistência dos operários. O conceito de «nova evangelização» desde o início inclui o compromisso e o serviço de todos os batizados na sociedade e no mundo através do testemunho decidido da obra de salvação de Cristo. A profissão de fé e a sua difusão não são prerrogativas de especialistas ou de funcionários, mas competem a todos os membros do povo de Deus: «Da cruz de Nowa Huta — disse João Paulo II — começou a nova evangelização: a evangelização do segundo milénio». E ainda: «A evangelização do novo milénio deve referir-se à doutrina do concílio Vaticano II. Cf. <http://www.osservatoreromano.va/pt/news/a-nova-evangelizacao-segundo-wojtya>, último acesso 22 de junho de 2018.

²² José Comblin, *Cristãos rumo ao século XXI, nova caminhada de libertação* (São Paulo: Paulus, 1996), 36.

²³ Comblin, *Cristãos rumo ao século XXI*, 43.

paróquias que subsistem são massificadoras. Temos o fenômeno de paróquias que têm no seu território mais de cem mil pessoas. Numa realidade assim não existe comunidade, normalmente existe um grupo menor, mais ligado à vida da paróquia e uma grande massa, que eventualmente busca algum serviço oferecido pela paróquia.

O modelo de paróquia territorial apresenta dois graves limites para a vida eclesial. O primeiro, considerar a massa de grupos, movimentos e de pessoas que recebem sacramentos como uma comunidade. Segundo, considerar essa massa que vem à estrutura paroquial a totalidade, desconsiderando que a grande maioria das pessoas não se relaciona a nenhum setor da paróquia. Assim, a vida pastoral da paróquia carece de superar o desafio do modelo vigente, que se configura por dispensar sacramentos e uma pastoral de conservação.

Apesar das estatísticas religiosas mostrarem que houve um estancamento da drástica perda de fiéis que a Igreja sofreu nas últimas décadas no país, não podemos partir do princípio que o dado do IBGE que aponta 62% de católicos, seja expressão dos católicos devidamente evangelizados e comprometidos com a Igreja. Esse número considera aqueles que se declaram católicos não-praticantes, que são pessoas que, até receberam os sacramentos da iniciação cristã, participam eventualmente de algumas celebrações, mas não têm uma adesão à doutrina da Igreja, relativizam a moral cristã e pouco sabem de catequese. Aqui a pergunta é como criar o sentido de pertença à comunidade na multidão de batizados numa realidade eclesial que na maioria das regiões do país não alcança a décima parte dos que se declaram católicos?

Tem crescido uma atitude descomprometida entre os que se declaram católicos, dizendo aceitar alguns valores cristãos, mas não concordar com Igreja institucional, sua moral, doutrina e práticas. Sentem-se livres para criticar e discordar da Igreja, sem ver nisso nenhuma contradição ou arbitrariedade. Também entendem que, mesmo assim, estão aptos a receber da Igreja sacramentos e outros serviços eclesiais. Estabelecem assim, uma relação pragmática com a Igreja, numa atitude quase comercial, desafiando a comunidade cristã em como promover a comunhão da fé professada e a disciplina institucional.

A postura indicada pelo Papa Francisco tem sido de um olhar pastoral, para procurar o discernimento que deve orientar as ações da Igreja. Não se trata de uma análise metodológica, estatística ou sociológica, mas um olhar pastoral, que conjuga o imperativo de missão com a realidade das pessoas. Nesse sentido afirma o Papa:

A realidade é superior à ideia. Isto supõe evitar várias formas de ocultar a realidade: os purismos angélicos, os totalitarismos do relativo, os nominalismos declaracionistas, os projetos mais formais que reais, os fundamentalismos anti-históricos, os eticismos sem bondade, os intelectualismos sem sabedoria (*EG* 231).

Todos os diagnósticos sobre o impacto da realidade ambígua, complexa e fragmentada de nosso tempo, que afetam diretamente a vida da Igreja e impõem uma capacidade de discernimento e diálogo, exigem, ao mesmo tempo, uma autocrítica sobre as práticas e estruturas da Igreja. Especialmente a paróquia, estrutura eclesial mais próxima e sensível aos batizados, que há muito tempo, reconhecidamente se tornou uma estrutura caduca:

Além disso, é necessário reconhecer que, se uma parte de nosso povo batizado não sente a sua pertença à Igreja, isso deve-se também à existência a estruturas com clima pouco acolhedor em algumas de nossas paróquias e comunidades, ou à atitude burocrática com que se dá resposta aos problemas simples ou complexos, da vida dos nossos povos (*EG* 63).

2. A emergência da pós-modernidade e novos valores

A leitura pessimista do tempo presente é a tentação mais comum para interpretar os novos movimentos que surgem nas sociedades. Os meta-relatos que antes serviam como explicações unânimes aceitas, já não são assumidos, cada indivíduo constrói e aceita suas razões particulares. Que a verdade é relativa, é a grande afirmação do nosso tempo. Contudo, começam a aparecer outros olhares sobre essa nova ordem social, pensadores de diversas ciências que sinalizam para novos valores que surgem da pós-modernidade.

A pós-modernidade emerge como uma constatação da crise da modernidade. Cabe perguntar quais são os sintomas dessa crise? O reconhecimento da crise gera uma perspectiva crítica da dialética da modernidade, e dessa nova dialética emerge a pós-modernidade, realidade que por sua contemporaneidade é difícil definir. Ao tratar dos sintomas da crise procura-se apontar os fatores que

marcam as diferenças na mudança de época. Finalmente, na perspectiva positiva é imperioso tentar identificar alguns valores que emergem da pós-modernidade.

É justamente nesse ambiente de ambiguidades, que tantas vezes a vida parece caminhar para o fim, que surgem respostas novas, criativas e inéditas que abrem um novo horizonte, que são capazes de contrastar com a cultura de morte e fazer emergir novos valores de vida, cuidado, sustentabilidade, relação e de fé. Por isso, como advertiu o Papa João XXIII ao convocar o Concílio Vaticano II: “em nosso tempo, abundam profetas de calamidades, para os quais não há nada de bom no mundo de hoje; no fundo, eles não aceitam a história; eles não assumem a radical ambiguidade da história”²⁴.

2.1. A crise da modernidade

A modernidade mudou o centro do pensamento teocêntrico, consolidado por séculos pela cultura cristã, colocando a razão humana no centro. Mas, o projeto da modernidade se mostrou insuficiente e incapaz de responder a todas as questões humanas, e hoje sofre profundos questionamentos e mudanças. O tempo que vivemos é marcado por muitas e aceleradas mudanças, alicerçadas no projeto de desenvolvimento moderno, “a crise atual se deve à crise da modernidade, do projeto civilizacional moderno, responsável pelas maiores conquistas da humanidade, mas, ao mesmo tempo, pelas maiores frustrações da história”²⁵.

Hoje é comum usarmos o termo pós-modernidade para designar a realidade do tempo presente, contudo, é importante reconhecer que nem o termo tem um significado unânime, nem tampouco, a realidade plural, complexa e dinâmica cabe numa classificação única. Antes ainda, é necessário reconhecer que o termo pós-modernidade não representa uma unanimidade nem um consenso. Pós-modernidade é um termo em disputa, que consiste na ideia de que já não vivemos a modernidade, e que novos valores emergem do tempo presente.

²⁴ Papa João XXIII, “Constitutio Apostolica Humanae Salutis”, *AAS* vol. 54, nº1 (1962) 5.

²⁵ Agenor Brighenti, *Vida Pastoral*, <http://www.vidapastoral.com.br/artigos/temas-pastorais/acao-pastoral-em-tempos-de-mudanca-modelos-obsoleteos-e-balizas-de-um-novo-paradigma/>, último acesso 15 de junho de 2018.

A própria modernidade é mais fácil ser descrita que definida. Por isso, sua caracterização é o meio mais usual diante da complexidade que a mesma abarca. Tomada sob diversos prismas podemos caracterizar a modernidade com diversas orientações: produtiva, epistemológica, dualista, secularizante, totalitarista ou universalista, do sujeito individual, de uma história linear e em evolução e da mudança através do progresso contra a tradição. Essas concepções totalizantes da modernidade que fizeram irromper uma nova cultura, que marcou uma mudança de época no mundo, especialmente, no mundo ocidental acabou confrontando-se com suas próprias ambiguidades.

Assim, a pós-modernidade é entendida como a crise da modernidade, o que exige no tempo presente uma análise mais complexa: a crise ou dialética da própria modernidade invoca o programa de uma revisão da mesma. E uma revisão implica sempre uma visão; uma visão não meramente repetitiva, mas crítica; crítica não meramente superadora ou substituidora, mas desconstrutora²⁶.

Em âmbito eclesial, viveu-se a mútua condenação entre Igreja e modernidade. Por muito tempo a Igreja recusou-se a reconhecer valores na modernidade, preferindo condenar e advertir. O Concílio Vaticano II vai marcar uma mudança definitiva nessa relação, como ponto culminante de um processo que vinha se dando em vários âmbitos e gestaram essa guinada conciliar.

O problema maior parece ser que justamente quando a Igreja dá esse passo decisivo no diálogo com a modernidade, a própria modernidade inicia um processo interior de desconstrução e revisão. A modernidade gerou uma crise na Igreja, por apresentar a razão e a razão prática como valores absolutos. A pós-modernidade, terceiro momento da ilustração, a própria razão entre em crise com seus valores, assumindo as ambiguidades como um valor “definindo-se ela pela transformação da crise num valor e não encontrando alvos externos a colocar em crise, não teve outro remédio senão virar-se contra si mesma”²⁷.

Acontecimentos históricos marcantes geraram uma crise profunda na modernidade revelando suas ambiguidades. As guerras mundiais, os campos de concentração e a revolução juvenil de 1968, são alguns destes acontecimentos

²⁶ Duque, *Para o diálogo com a pós-modernidade* (São Paulo: Paulus, 2016), 18.

²⁷ Duque, *Para o diálogo com a pós-modernidade*. 21.

paradigmáticos que abalaram os conceitos da modernidade. A dialética moderna se viu questionada gerando um processo de desconstrução, inadequação e revisão.

Claro que os efeitos desses fatos repercutiram no âmbito eclesial que vivia a recente fecundidade do diálogo com a modernidade. O pós-concílio e, em nível latino-americano, a Conferência de Medellín marcam esse encontro. Nesse contexto, a Igreja já começa a sofrer os reflexos da pós-modernidade com o fim dos meta-relatos e a fragmentação religiosa, que vão atingir em cheio nosso continente. A leitura da realidade desde a fé provoca um olhar diferente, não só na perspectiva do tempo como *Cronos*, mas na perspectiva do tempo como *Kayros*, “e a fé que professamos ensina-nos, precisamente, a ler o tempo como sinal – também o nosso”²⁸.

Também a pastoral e a teologia vivem a crise e as ambiguidades do tempo presente, no ambiente eclesial se reproduzem as posturas de condenar ou se aferrar ao tempo presente. A reconhecida crise cultural que vivemos não é uma realidade exclusiva da sociedade, “também a instituição eclesial, as teologias e a pastoral estão mergulhadas num tempo de crise”²⁹. As últimas décadas, especialmente pelas posturas dos Papas João Paulo II e Bento XVI, parecem refletir a preferência pelo entrincheiramento. Enquanto Francisco tem convidado a Igreja ao discernimento, promovendo um reconhecimento e um diálogo com os valores que emergem do tempo presente.

2.2. A emergência da pós-modernidade

A consciência de que o tempo que vivemos é complexo e difícil de caracterizar, mas nos ajuda a entender que já estamos numa mudança profunda de época. Esse contexto que convencionamos chamar de pós-modernidade, mais se caracteriza pela diferença com a modernidade, do que pela objetividade com que conseguimos definir o tempo presente. Brighenti se refere à pós-modernidade nesses termos:

Mais propriamente, não se trata de uma superação e ocaso da civilização moderna, mas de uma nova síntese no interior do projeto

²⁸ Duque, *Para diálogos com a Pós-modernidade*, 19.

²⁹ Brighenti, *Vida Pastoral*, <http://www.vidapastoral.com.br/artigos/temas-pastorais/a-acao-pastoral-em-tempos-de-mudanca-modelos-obsoleteos-e-balizas-de-um-novo-paradigma/>, último acesso 15 de junho de 2018.

moderno. A exasperação de certos valores da modernidade puseram em xeque seu projeto como um todo, mas tudo parece indicar que não estamos entrando num contexto de pós-modernidade, mas gestando terceira-ilustração (razão comunicacional), que se soma à primeira-ilustração (razão subjetiva) e à segunda-ilustração (razão prática)³⁰.

Os grandes pilares da modernidade foram abalados por acontecimentos históricos que demonstraram a insuficiência da razão prática. A tentativa de responder todos os problemas da humanidade pela razão empírica faliu e forçou o surgimento de uma nova dialética, crítica própria crítica da modernidade.

É preciso reconhecer que o tempo que vivemos não é como outrora, e que com certeza abre caminhos para novidades no futuro. Mudanças assim sempre nos desestabilizam e ameaçam porque tendemos a buscar segurança, existe uma ideia de segurança naquilo que pensamos entender. Com que olhar devemos ver tempo presente, é possível ter esperança e reconhecer que a crise gesta boas novidades, reconhecer novos valores que nascem destes novos tempos?

Graças à intensificação do processo de mundialização nos últimos tempos, estamos passando de uma consciência antropocêntrica a uma consciência cosmocêntrica; de uma razão meramente instrumental-técnica, a tomar conta outros tipos de razão, como emocional, intuitiva e experiencial; de uma constelação de ciências independentes entre si, a uma relação inter e transdisciplinar; enfim, dos regionalismos egoístas à urgente necessidade de uma ética universal, capaz de frear uma economia de rapinagem, que destrói o meio ambiente e coisifica o homem³¹.

Reconhecer a crise da humanidade, conseqüentemente, a crise da Igreja não deve ser motivo para o fechamento e condenações, mas antes, pode ser momento de discernimento e de reconhecimento dos sinais dos tempos, das inspirações que o Espírito Santo suscita em meio a pequenas minorias, apresentando novos projetos civilizatórios e eclesiais. A realidade atual exige o avançar da cultura rural para a cultura urbana do nosso tempo, da cultura “moderna e pós-moderna, ainda que marcada pela positividade e pela negatividade, inserir-se nela e acolhê-la, para enriquecer-se com ela e redimi-la de suas sombras”³².

³⁰ Brighenti, *A Igreja do futuro e o futuro da Igreja. Perspectivas para a evangelização na aurora do terceiro milênio* (São Paulo: Paulus, 2001), 6.

³¹ Brighenti, *A Igreja do futuro*, 10.

³² Brighenti, *Vida Pastoral*, <http://www.vidapastoral.com.br/artigos/temas-pastorais/a-acao-pastoral-em-tempos-de-mudanca-modelos-obsoleteos-e-balizas-de-um-novo-paradigma/>, último acesso 15 de junho de 2018.

2.3. Sintomas da crise

A modernidade apresentou-se com um projeto civilizatório capaz de responder todos os desafios da humanidade, desde a razão. Sua pretensão de oferecer uma única compreensão da realidade, objetiva, defendendo que o progresso é garantia de desenvolvimento e melhoria de vida, se mostra, por uma série de eventos, que já não é suficiente.

Os estudiosos sinalizam que a pretensão de uma análise da contemporaneidade não é tarefa fácil, mas vários movimentos no interior da sociedade sinalizam as transformações profundas que diferenciam o tempo presente. A mudança de época, como crise da modernidade, aponta os limites e a “parcialidade de horizontes estreitos como os do antropocentrismo, do cientificismo, do racionalismo, do individualismo e da razão técnica-instrumental, que puseram em risco a vida humana e seus ecossistemas”³³. Tais sintomas questionam balizas do projeto da modernidade.

Uma das características da modernidade é o secularismo. A primazia da razão pura, que se proclama libertadora do domínio religioso, apresentando o método científico como único caminho válido para demonstrar a verdade. Padre Libânio define esse movimento como a inversão da relação do sujeito e do cosmos, “nasce o homem-sujeito, que afirma sua autonomia frente aos dois. A sacralidade do cosmos desmoronou ante os olhos investigadores, objetivantes. A experiência do indivíduo-sujeito tritura as tradições recebidas”³⁴.

O que na crise da modernidade está sendo questionado não é o valor dos avanços científicos, já que seus resultados concretos são indiscutíveis, mas o que está em crise é a ideia de que esse avanço científico, por si só, garantiria o progresso da humanidade. Coisa que na prática não se concretizou e, em muitos casos, demonstrou gerar mais diferenças entre ricos e pobres, países desenvolvidos e países subdesenvolvidos. A linha de uma visão unitária da história, baseada nos meta-relatos, que apresentavam essa história como um processo gradual e constante de emancipação e liberdade, não se verifica.

³³ Brighenti, *A Igreja do futuro*, 10.

³⁴ João Batista Libânio, *En busca de lucidez, vivir con sensatez en tiempos de cambio* (Bogotá: San Pablo), 14.

Eventos históricos como as duas guerras mundiais, o fracasso das ideologias políticas como do marxismo, geraram um clima de desconfiança das reais possibilidades de a razão moderna responder todos os desafios da sociedade. O desencanto vivido em relação ao progresso prometido pela razão moderna se constata na percepção do uso destrutivo das novas tecnologias.

A crise da modernidade é assim uma crise interior dos pressupostos da dialética moderna, que reconhece e questiona seus próprios princípios, baseados nos meta-relatos, discursos universalizantes e razão científica. Assim começamos a falar de pós-modernidade, não como fim da modernidade, mas como movimento interno da própria modernidade gerando uma nova dialética. A nova visão de mundo exige uma nova gramática social, expressando que na medida em “que se passava a empregar o termo “pós”-modernidade e se insistia na ideia de que as narrativas e teorias gerais, que sustentavam a visão anterior do mundo, careciam mais do que de uma atualização”³⁵.

Um dos sintomas dessa crise é o de que a história não tem uma única versão, muitos começam a perceber que existem várias versões para os mesmos acontecimentos contados a partir de seus interlocutores. Colabora para essa visão múltipla da história o advento da sociedade da comunicação, que avançou drasticamente, pelo desenvolvimento dos meios de comunicação, especialmente pela internet, assim “depois de séculos de modernidade, os que se cantaram louvores à igualdade e à fraternidade, enfrentamos uma situação trágica. Sem negar os imensos avanços dos valores humanos, sofremos degradações terríveis”³⁶.

2.4. Emergência de novos valores

Existem, como diz o papa, muitos “profetas de calamidades” (EG 84), que vêm os avanços e mudanças das últimas décadas como algo negativo e ameaçador para Igreja. É preciso superar a posição de suspeita e condenação ou de pura assimilação da pós-modernidade, para uma nova relação: “urge passar da antiga

³⁵ CNBB-INP, *Pastoral urbana: Categorias de análise e interpelações pastorais* (Brasília: Edições CNBB, 2010), 150.

³⁶ Libânio, *En busca de lucidez*, 15.

cultura rural medieval à atual cultura urbana, moderna e pós-moderna, ainda que marcada pela positividade e pela negatividade³⁷. A humanidade busca uma nova dialética e a Igreja, também, necessita buscar um novo paradigma pastoral.

As conquistas alcançadas pelo desenvolvimento moderno são inegáveis, contudo a simples crença de que o desenvolvimento resolveria todos os problemas humanos não se confirmou. Em alguns desafios, como a divisão justa das riquezas produzidas pelo desenvolvimento se agravaram. Restringir a leitura da realidade como exclusivamente negativa seria injusto. E é na perspectiva de reconhecer que dessa nova dialética emergem novos valores que tratará os próximos itens. Valores como a subjetividade, autonomia, gratuidade, tempo livre, pluralismo e diversificação crescente.

2.4.1 Subjetividade e autonomia. A subjetividade e a autonomia aparecem como resultado da emancipação do sujeito e novos valores que nascem da pós-modernidade, contrastando com os contra valores, tão alardeados, da modernidade. Como crítica da dialética da modernidade, que procurava apresentar a história num curso linear, da centralidade do homem-sujeito, nascem suas consequências imediatas: o individualismo, o egoísmo e o relativismo. A modernidade elevou a autonomia a um valor absoluto “a hipermodernidade a levou ao paroxismo. O indivíduo desvalorizou a si mesmo, se apartou, se desvinculou das estruturas coletivas tradicionais que davam um mínimo de segurança”³⁸. Realidade que com o tempo se mostrou contraditória pelo crescimento da insegurança em relação à autonomia.

Libânio faz uma relação entre heteronomia e autonomia como a tensão que rege o agir do indivíduo, variando em determinadas épocas, e em diferentes pessoas no tempo presente. Para ele a lucidez e o equilíbrio entre essas duas forças são um desafio, difícil de regular.

A maturidade consiste no equilíbrio das duas dimensões de referência a algo que vem de fora e ao que já se sedimentou no interior. Viver permanentemente em espera de sinais e ordens externas nos mantém no infantilismo. Por outro lado, não aceitar nenhuma imposição exterior,

³⁷ Brighenti, *Vida Pastoral*, <http://www.vidapastoral.com.br/artigos/temas-pastorais/a-acao-pastoral-em-tempos-de-mudanca-modelos-obsoleteos-e-balizas-de-um-novo-paradigma/>, último acesso 15 de junho de 2018.

³⁸ Libânio, *En busca de lucidez*, 185.

apoiados unicamente em nossa autossuficiência, nos empobrece, nos fecha em nós mesmos³⁹.

No reconhecimento da autonomia a Igreja tem desenvolvido documentos, no espírito do Concílio Vaticano II, para ajudar a orientar e discernir sobre a legítima autonomia, na política por exemplo.

Não cabe à Igreja formular soluções concretas – e muito menos soluções únicas – para questões temporais, que Deus deixou ao juízo livre e responsável de cada um, embora seja seu direito e dever pronunciar juízos morais sobre realidades temporais, quando a fé ou a lei moral o exijam. Se o cristão é obrigado a admitir a legítima multiplicidade e diversidade das opções temporais, é igualmente chamado a discordar de uma concepção do pluralismo em chave de relativismo moral, nociva à própria vida democrática, que tem necessidade de bases verdadeiras e sólidas, ou seja, de princípios éticos que, por sua natureza e função de fundamento da vida social, não são negociáveis⁴⁰.

A subjetividade e a autonomia se apresentam no âmbito eclesial como um desafio para a evangelização, já que o juízo de aceitação da mensagem cristã, passa pela consciência de cada indivíduo. Esse reconhecimento sugere a relação interpessoal, a vida de comunidade e a espiritualidade como caminhos da plena autonomia, alguém vive a verdadeira autonomia na relação com as outras pessoas, com Deus e na comunidade.

A subjetividade e autonomia são novos valores da pós-modernidade e que provocam atualização pastoral em vista de interagir com essa nova realidade. É desde o coração de cada pessoa que deve ser cultivada a semente da esperança cristã, “a modernidade e a hipermodernidade jogam com a tensão de incitar as pessoas a total autonomia e desvinculação e de criar-lhes vínculos inconscientes e ilusórios”⁴¹. Por isso, Libânio associa a lucidez como uma condição para alcançar um tipo de autonomia que humaniza e traz felicidade.

³⁹ Libânio, *En busca de lucidez*, 197.

⁴⁰ Congregação para a Doutrina da Fé, *Nota Doutrinal, sobre algumas questões relativas à participação e comportamento dos católicos na vida política*, Cf. http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_20021124_politica_po.html, último acesso 15 de junho de 2018.

⁴¹ Libânio, *En busca de lucidez*, 229.

2.4.2 Gratuidade e tempo livre. A modernidade e, em particular o capitalismo, apresentaram o modelo de realização humana baseado na posse, no prazer e no consumo alcançado no ideal da prosperidade econômica. Assim o tempo na perspectiva moderna foi bem caracterizado por Marx - 8 horas para produzir, 8 horas para consumir e 8 horas para descansar – condicionando a existência a esse ciclo. A crise da modernidade propõe outros valores que extrapolam esse ciclo, sugerindo novos significados para os fins da existência (gratuidade) e os meios para a existência (tempo livre), rompendo o paradigma do salário e do trabalho com únicos fins e meios das atividades humanas.

A gratuidade vista antes mais como uma virtude religiosa e, até uma certa forma de alienação, pois o fim de toda atividade humana deve ser algum tipo de lucro, passa a ser entendida na pós-modernidade como um valor. Que o ser humano deve se dedicar gratuitamente em alguma atividade sem buscar nisso, objetivamente um lucro, mas como caminho de realização.

A gratuidade não é o que é grátis (preço zero), tem valor infinito; não é o desinteresse, mas o interesse por todos e de todos. Quando se age com esta gratuidade não se segue a lógica do cálculo instrumental meios-fins, mas ama-se aquela dada atividade ou pessoa por si e antes dos resultados que produz, por uma excedência ética, antropológica, espiritual⁴².

Na mesma perspectiva o tempo livre é entendido como um valor pós-moderno de realização da pessoa. O tempo livre deve ser entendido como espaço de possibilidades, “não é apenas um tempo entre tempos, já ocupados, mas interroga-nos, antes de mais, sobre a realização pessoal e social que projetamos”⁴³. Assim, na perspectiva do projeto de pessoal de vida o tempo livre e o descanso ganham significados importantes, “mesmo o descanso autêntico pede para ser enquadrado nesta dinâmica maior da responsabilidade pela realização pessoal e social”⁴⁴.

⁴² Luigino Bruni, “Secretariado Nacional da Pastoral da Cultura” *A gratuidade cria o novo, mas onde estão os profetas?* http://www.snpcultura.org/a_gratuidade_cria_o_novo.html, último acesso 22 de junho de 2018.

⁴³ Manuel Clemente, “Secretariado Nacional da Pastoral da Cultura” *Do tempo livre à libertação do tempo* http://www.snpcultura.org/do_tempo_livre_a_libertacao_do_tempo.html, último acesso 22 de junho de 2018.

⁴⁴ Ibid.

Em nível eclesial já existem estudos acerca do tema tempo livre, desde o Secretariado Nacional da Pastoral da Cultural de Portugal:

É um horizonte onde se destacam aspectos inegavelmente positivos, que representam um limiar da esperança para a contemporânea construção da vida. Mas as dificuldades e os conflitos que o rodeiam não devem também ser escamoteados, até porque são sintomáticos de uma crise mais vasta, crise antropológica e de sentido para existência⁴⁵.

Na América Latina a ecoteologia e o conceito da cultura do bem-viver têm desenvolvido aspectos importantes dos temas gratuidade e tempo livre. Nesse sentido a teologia toma o tempo na perspectiva de Santo Agostinho, que fala de deficiência ontológica do tempo humano, o ser é inacabado, o tempo é o que falta para o ser tornar-se o que deve ser, tempo como *kayrós*.

A lógica pragmática e tecnicista da modernidade, seja na ideologia do capitalismo ou do socialismo, concebe o homem em relação à posse ou à produção, negligenciando outros aspectos mais subjetivos da existência. A pós-modernidade como revisão da modernidade amplia esse horizonte considerando aspectos mais subjetivos, que os objetivos e universais. A existência ganha significado mais pelo ser do que o ter, “a gratuidade do lúdico mostra uma dimensão existencial que não podemos negligenciar, abre uma clareira no utilitarismo habitual com que se pensa o tempo (*time is money*) e, em consequência, o homem”⁴⁶.

2.4.3 Pluralismo e diversificação crescente. A descoberta da cultura se apresenta como grande passo na terceira ilustração como crítica à modernidade. Esse dado tem aberto uma perspectiva nova em reconhecimento à alteridade, superando a visão dualista, que propõe como antagônicas as diferenças. Superando a ideia de que a diferença cultural divide uma nação civilizada e outra bárbara, de que o outro é um inimigo ou herege. Que a diferença não exclui.

No processo de escalada do pluralismo e da diversificação crescente a religião ganha um novo reconhecimento, como alma da cultura. Assim, a religião é ambiente de possibilidade de humanização, na medida em que o ser se desenvolve no reconhecimento da diferença com o outro. O outro é sempre um devir de infinitas

⁴⁵ Ibid.

⁴⁶ Ibid.

possibilidades “enquanto - dimensão sabática da existência – se faz caminho para o grande “Outro”, abrindo caminho ao ser humano à autêntica experiência religiosa, não alicerçada no medo, e sim no amor”⁴⁷.

Junto com o desenvolvimento do pluralismo cultural caminha o pluralismo religioso que interpela a Igreja quanto à forma de realizar sua missão diante desse novo paradigma. Brighenti recorda que o pluralismo religioso não é um fenômeno novo na história da humanidade, mas que o cristianismo, especialmente no ocidente, gozou de uma certa hegemonia como religião oficial de muitos estados. O pluralismo gerou uma nova atitude de fé “com a chegada da modernidade, a emancipação da razão individual fez emergir, com seriedade, a fé como opção pessoal”⁴⁸.

De fato, na história, a Igreja resistiu muito aos avanços da modernidade, em especial, na questão da liberdade individual que desafiou a valor das instituições. Foi o Concílio Vaticano II que reconheceu os valores da modernidade, legitimando liberdade de consciência em relação às religiões.

A diversidade cultural não é uma ameaça para fé, mas pode, antes, ser entendida à luz das pessoas da Trindade “que transforma os nossos corações e nos torna capazes de entrar na comunhão perfeita da Santíssima Trindade, onde tudo encontra a sua unidade” (EG 117). Os valores da liberdade e da consciência são dois grandes marcos nos documentos do Concílio Vaticano II, que marcam a nova relação da Igreja com o homem e a sociedade.

O pluralismo e a diversificação são uma realidade incontestável do tempo presente. Cada vez mais os homens e mulheres se reconhecem diferentes e assumem o valor da alteridade. Nesse contexto plural e diversificado, que tem também, suas consequências negativas como o individualismo, o egoísmo, o fanatismo religioso e ideológico é que a Igreja está desafiada a apresentar a mensagem cristã, estar no mundo como sacramento, assumindo a realidade mesmo que isso modifique a ela própria.

Não faria justiça à lógica da encarnação pensar num cristianismo monocultural e monocórdico. É verdade que algumas culturas estiveram intimamente ligadas à pregação do Evangelho e ao

⁴⁷ Agenor Brighenti, *La Iglesia perpleja, a nuevas preguntas, nuevas respuestas* (Madrid: PPC, 2007), 90.

⁴⁸ Brighenti, *La Iglesia perpleja*, 91.

desenvolvimento do pensamento cristão, mas a mensagem revelada não se identifica com nenhuma delas e possui um conteúdo transcultural. Por isso, na evangelização de novas culturas ou de culturas que não acolheram a pregação cristã, não é indispensável impor uma determinada forma cultural, por mais bela e antiga que seja, juntamente com a proposta do Evangelho. A mensagem, que anunciamos, sempre apresenta alguma roupagem cultural, mas às vezes, na Igreja, caímos na vaidosa sacralização da própria cultura, o que pode mostrar mais fanatismo do que autêntico ardor evangelizador (EG 117).

3. Impacto sobre a paróquia e desafios pastorais

Tomando a paróquia como nosso objeto de estudo, trataremos de relacionar a realidade da paróquia hoje e os novos valores que emergem da pós-modernidade. A situação da paróquia, a centralidade na paróquia e no padre, a pastoral de conservação e o escasso sentimento de pertença são algumas das realidades que configuram as paróquias atuais. Realidade que se relaciona diretamente com o momento histórico marcado por profundas mudanças. A modernidade está vivendo uma crise, fato que sinaliza uma nova época, a pós-modernidade.

Normalmente as caracterizações e interpretações do tempo presente acentuam os aspectos negativos, gerando uma atitude de condenação e rejeição. Contudo, análises mais justas identificam valores que emergem desse tempo. Muitos desses novos valores nascem de lugares novos e como antítese dos contra valores, já tão alardeados. A autonomia e a subjetividade, a gratuidade e o tempo livre e, o pluralismo e a diversificação são alguns desses novos valores, que apresentamos como possibilidades para a busca de dar respostas adequadas a tempos que apresentam novas interpelações a ação evangelizadora da Igreja.

Reconfigurar a paróquia superando a pastoral de conservação e as estruturas obsoletas é o desafio para Igreja em nosso tempo. O modelo centralizado na estrutura e no padre debilitaram a dimensão evangelizadora da Igreja e cooptaram as comunidades. Os grupos de fiéis que permanecem na paróquia são massificados e perderam o senso de pertença, vivem uma relação utilitarista com a paróquia, quase que de consumo. É imperativo reinventar o jeito de ser comunidade e como definiu *Medellín*, comunidade de tamanho humano.

3.1. A paróquia como instituição caduca

O Papa Francisco afirmou numa perspectiva prospectiva: “a paróquia não é uma estrutura caduca; precisamente porque possui uma grande plasticidade, pode assumir formas muito diferentes que requerem a docilidade e a criatividade missionária do Pastor e da comunidade” (EG 28). Parte da ideia de que a paróquia precisa se reinventar, ser uma nova comunidade, o que exige profundas mudanças na sua configuração. O que está claro para Igreja do pós-concílio é que a paróquia não pode se limitar a oferecer serviços aos fiéis que a procuram. A ideia da paróquia como uma força centrípeta foi superada e as pessoas já não se relacionam da mesma maneira com a paróquia como no passado. O pressuposto que todos são católicos também é um conceito que já não corresponde à realidade.

O fato é que em mais de mil e quinhentos anos a paróquia consolidou-se como uma estrutura hegemônica na Igreja. Primeiro, como um serviço de suplência ao bispo, único ministro, na realidade rural onde ele não podia estar. Depois, pela associação da Igreja ao poder imperial, com a liberdade de culto, criando paróquias nas cidades. A reforma carolíngia juridicamente vai normatizar as paróquias na Igreja e definir as funções do pároco como cura de almas. Desde então, a paróquia só recebeu reconhecimento e fortalecimento institucional, consolidando-se como a estrutura eclesial mais próxima dos batizados. Mesmo depois do Concílio Vaticano II, os intentos de aprimorar a paróquia vão mais no sentido de recuperar, reorganizar, reestruturar, revitalizar e renovar, ou seja, não se supera a ideia de imaginar uma presença eclesial que supere o modelo paroquial vigente.

Há um descompasso entre o modelo paroquial nascido no século IV, que conservou suas características rurais, com a realidade urbana que chega a todos os recantos hoje em dia. A sociedade urbana no universo complexo que abarca não se encaixa ao sistema paroquial territorial e concêntrico que temos atualmente, “o problema é que este jeito de se configurar a paróquia corresponde a uma concepção de espaço, a um modo de socialmente ocupar o território, que é mais fixista do que marcado pela mobilidade e por todas as outras características apontadas acima para as cidades atuais”.⁴⁹

⁴⁹ CNBB. *Pastoral urbana, categorias de análise e interpelações pastorais*, 74.

Muitos apontam para o fim da paróquia, assim como a conhecemos e a necessidade de uma pastoral urbana que considere a cidade e suas complexidades como o campo próprio da ação pastoral. Assim, pouco a pouco a paróquia deixará de existir, “a paróquia sobreviverá até que desapareçam os últimos representantes da antiga cristandade”⁵⁰.

Hoje inspirados na eclesiologia conciliar e adaptando-se às novas realidades da complexa fragmentação da sociedade nascem várias novas formas de participação eclesial. Experiências de pastoral urbana e de CEBs notadamente superam os condicionamentos da paróquia. “Constatamos que outras formas de configuração eclesial, que tendem atuar ao largo da estrutura paroquial, não têm apresentado incidência suficiente”⁵¹. Pois a estrutura paroquial acaba sendo um obstáculo a outras formas de organização eclesial.

A consolidação jurídica que a Igreja ganhou ao longo dos séculos e sua presença marcante como estrutura eclesial mais próxima à vida das pessoas fez com que o institucional prevalecesse sobre o carisma, o administrativo sobre o pastoral e o sacramental sobre a evangelização. Falando das tentativas pré-conciliares de renovação paroquial, Almeida aponta:

Três pressupostos, porém, prejudicavam a teologia da paróquia deste período: quase se identifica a paróquia com a Igreja local (problema eclesiológico); parte-se do pressuposto de que a paróquia seja comunidade, quando os sociólogos a veem como mero agregado (problema sociológico); o territorial cede lugar ao local, mas certo ruralismo medieval continuava subjacente (problema canônico)⁵².

3.2. A necessidade de reinventar o modo de ser comunidade

A Igreja vive um momento crucial em meio às ambiguidades do tempo presente e o desafio de apresentar o projeto do Reino de Deus aos homens e mulheres desse tempo. A pretensão da modernidade de responder todos os anseios humanos, superando a religião e a transcendência se mostraram insuficientes. Da pós-modernidade, com suas ambiguidades ressurgiu a busca do sagrado, mas ao mesmo tempo, rejeitando o enquadramento institucional. É nesse cenário complexo

⁵⁰ Comblin, *Os desafios da cidade no século XXI* (São Paulo: Paulus, 2002), 48.

⁵¹ CNBB, *Pastoral urbana, categorias de análise e interpelações pastorais*, 67.

⁵² Almeida, *Paróquia, comunidade e pastoral urbana*, 135.

e atravessado por muitas variantes, da realidade fragmentada e subjetiva baseada no indivíduo que a Igreja deve mover-se.

Há um movimento de engendramento social. Muitas pessoas se unem em torno dos variados temas e, ao mesmo tempo, se diversificam criando um novo emaranhado de relações diferentes de tudo que antes se conhecia. Assim uma nova configuração eclesial deve ser plasmada, na perspectiva da Igreja que se apresenta como sacramento no mundo. A comunidade eclesial desafiada “neste cenário faz emergir a questão sobre o futuro da dimensão comunitária da experiência cristã. Os mais afoitos chegam a dizer que o cristianismo precisará assumir formas não tão insistentemente comunitárias”⁵³. Considerar novos modelos de comunidade que assimilam essa nova realidade social é um imperativo para Igreja.

Trata-se, não de ser uma outra Igreja, mas de reconfigurar as estruturas eclesiais, especialmente a paróquia, para ser a mesma Igreja de Cristo. Os princípios dessa reconfiguração já foram apontados pelo Concílio Vaticano II, vem sendo aprofundado pelo Magistério, pelas experiências das comunidades e pela teologia. Na base desse movimento está a volta às fontes do cristianismo, que nasceu em pequenas comunidades, que de maneira flexível, inteligente e lúcida foram entrando de cidade em cidade. Culturas diferentes, realidades sociais variadas não foram obstáculos para a mensagem cristã dialogar com a realidade do seu tempo. Por certo também não será em nosso tempo, se tivermos a audácia de ser uma Igreja em saída, que se deixa afetar pela realidade das pessoas e apresentar a elas a mensagem do Evangelho.

A imagem da Igreja como Povo de Deus, resgatada pelo Concílio, é uma valiosa chave para essa reconfiguração da Igreja, especialmente da paróquia, a partir de um novo modo de ser comunidade. A pequena comunidade, que tem tamanho humano, que não tem como um único critério a territorialidade, mas considera a realidade fragmentada que vivemos, deve se tornar a primeira estrutura eclesial, antes ainda, da paróquia. A comunidade ambiental, afetiva, territorial e de outras possíveis vinculações é o caminho de uma profunda renovação eclesial.

Ao reinventar o jeito de ser comunidade a Igreja estará possibilitando outra vez, como fizeram as primeiras comunidades cristãs, que a mensagem do

⁵³ CNBB, *Pastoral urbana, categorias de análise e interpelações pastorais*, 75.

Evangelho penetre nas culturas. A CEB é o lugar onde a pessoa faz a experiência de discípulo onde encontra Jesus e se compromete com o projeto do Reino de Deus. Assim a experiência das CEBs traz uma preciosa contribuição, pois resgataram o estilo das primeiras comunidades cristãs, baseadas na vivência da fé e não na estrutura do templo. *Medellín* reconhece isso quando diz que a CEB é: “célula inicial da estruturação eclesial” (*DM* 15,10).

O magistério do Papa Francisco tem provocado a Igreja a concretizar as imagens preconizadas no concílio:

Ser Igreja significa ser povo de Deus, de acordo com o grande projeto de amor do Pai. Isto implica ser o fermento de Deus no meio da humanidade; quer dizer anunciar e levar a salvação de Deus a este nosso mundo, que muitas vezes se sente perdido, necessitado de ter respostas que encorajem, deem esperança e novo vigor para o caminho. A Igreja deve ser o lugar da misericórdia gratuita, onde todos possam sentir-se acolhidos, amados, perdoados e animados a viverem segundo a vida boa do Evangelho (*EG* 114).

Reinventar o modo de ser comunidade, é um imperativo na vida da Igreja hoje, especialmente, pela falência da paróquia como estrutura eclesial mais próxima das pessoas.

As enormes e rápidas mudanças culturais exigem que prestemos constante atenção ao tentar exprimir as verdades de sempre numa linguagem que permita reconhecer a sua permanente novidade; é que, no depósito da doutrina cristã, «uma coisa é a substância (...) e outra é a formulação que a reveste». Por vezes, mesmo ouvindo uma linguagem totalmente ortodoxa, aquilo que os fiéis recebem, devido à linguagem que eles mesmos utilizam e compreendem, é algo que não corresponde ao verdadeiro Evangelho de Jesus Cristo. Com a santa intenção de lhes comunicar a verdade sobre Deus e o ser humano, nalgumas ocasiões, damos-lhes um falso deus ou um ideal humano que não é verdadeiramente cristão. Deste modo, somos fiéis a uma formulação, mas não transmitimos a substância. Este é o risco mais grave. Lembremo-nos de que «a expressão da verdade pode ser multiforme. E a renovação das formas de expressão torna-se necessária para transmitir ao homem de hoje a mensagem evangélica no seu significado imutável” (*EG* 41).

3.3 O imperativo de comunidades de tamanho humano

O contraste entre a nova realidade social, com os valores que emergem da pós-modernidade, em relação à Igreja, assim como ela se realiza nesse momento da

história, impõem um grande desafio. Por sorte, o Concílio Vaticano II e o magistério recente já expressaram que essa relação não deve ser de exclusão e julgamento, mas de diálogo e assimilação. A Igreja está no mundo e é afetada por ele, bem como, a Igreja, sacramento de salvação do mundo, deve atuar nele a fim de cristificar o mundo.

Assim a Igreja como fermento deve ajudar a gerar novos valores na realidade ambígua que vivemos, capazes de atualizar a Revelação. A comunidade é o espaço de conjugar a fé e a vida, “a fé é um fator fundante da comunidade paroquial, mas além da fé, que é o fator específico, essa comunidade se caracteriza também pelos desafios próprios de um grupo humano”⁵⁴. No cenário social fragmentado do nosso tempo, aspectos subjetivos comuns num grupo humano podem ser motivo de vinculação para a formação da pequena comunidade eclesial, por promover o conhecimento e o reconhecimento das pessoas entre si.

A comunidade tem seu fundamento de fé, mas sua estrutura fundamental é o grupo humano - “daí que a dimensão teológico-espiritual da paróquia em nada se contrapõe com os desafios próprios da dimensão humana de todo grupo”⁵⁵. Na verdade, é próprio da missão da comunidade eclesial conjugar a fé e a vida de seus membros. A experiência do discipulado é vivida sempre na perspectiva comunitária e os desafios da realidade são o campo próprio da missão da Igreja.

Há um desencontro entre a realidade urbana de hoje e o modelo, rural do passado, que vigora na configuração das paróquias. Nos documentos eclesiais já se aponta para necessidade de reconfigurar a paróquia em CEBs, mas na prática as “paróquias acabam por permitir a experiência comunitária a apenas um pequeno grupo, em geral mais próximo do pároco e sobrecarregado de tarefas, muitas vezes, na linguagem de Aparecida, em nível da pastoral de conservação”⁵⁶. Daí que as análises da paróquia não podem presumir que a comunidade seja identificada com a população existente no território da paróquia, coisa comum na prática.

A reconfiguração da paróquia supõe considerar que essa nutre a vida de muitas pequenas comunidades no seu interior, assim a expressão comunidade

⁵⁴ Baldomero Carrasco, *La comunidad parroquial, perfil pastoral da parroquia y del sacerdote pastor* (Madrid: PPC, 2014), 185.

⁵⁵ Carrasco, *La comunidad parroquial*, 186.

⁵⁶ CNBB, *Pastoral urbana, categorias de análise e interpelações pastorais*, 73.

paroquial se refere a uma realidade espiritual e não a uma estrutura concreta, pois só existem comunidades de tamanho humano, onde se possa fazer a experiência do encontro, a paróquia não é comunidade, mas comunhão de comunidades. A fisionomia de pequena comunidade é o que devemos buscar para configurar a paróquia, “se a paróquia é, em si mesma, uma comunidade que, por razão da sua extensão e amplitude, é acessível ao encontro e o conhecimento pessoal, nos encontraremos diante de uma comunidade de tamanho humano”⁵⁷.

Na comunidade de tamanho humano o maior valor são as pessoas e as relações fraternas. As estruturas não existirão ou serão relativas. O que importa são as pessoas, o grupo, o encontro e a fé. A paróquia deve se configurar desde pequenas comunidades, CEBs, comunidades de tamanho humano onde se faz experiência de acolhida e fraternidade, “com sensibilidade para partilhar, aberta para aqueles que se sentem estranhos e afastados, com capacidade para o perdão e o diálogo, em definitivo, que floresça o sentido de família”⁵⁸.

A pequena comunidade é, portanto, a célula fundamental da Igreja e não a paróquia. A paróquia deve ser uma estrutura de serviço que reúne as pequenas comunidades.

Faz-se necessário delimitar a chamada “zona humana” (*zone humaine*), à qual vai corresponder, em nível eclesial, a “zona pastoral” (*zone pastorale*). A primeira é a unidade social elementar da vida de um grupo de pessoas; compreende formalmente, a rede de relações que se dão entre os indivíduos de um território suficientemente extenso para permitir o desenvolvimento de todas as dimensões mais significativas da existência humana; para ser eficaz, a pastoral deve estruturar-se de acordo com a zona humana, criando, portanto, aí, uma zona pastoral, que é justamente o espaço onde a ação eclesial enfrenta os problemas humanos e religiosos de uma unidade social⁵⁹.

A estrutura paroquial é assim desafiada a se reconfigurar, reconhecendo a complexidade do ambiente urbano, diferente do rural onde ela se desenvolveu. Também em resgatar o modelo de comunidade, que em nossas paróquias tradicionais se perdeu, pelo agrupamento de uma pastoral de massas.

Um meio de renovação paroquial, particularmente urgente nas paróquias das grandes cidades, pode ser encontrado talvez considerando a paróquia como comunidade de comunidades e de

⁵⁷ Carrasco, *La comunidad parroquial*, 187.

⁵⁸ Carrasco, *La comunidad parroquial*, 188.

⁵⁹ Almeida, *Paróquia, comunidade e pastoral urbana*, 133.

movimentos. Por isso, é oportuno a formação de comunidades e de grupos eclesiais de tal dimensão, que permitam estabelecer verdadeiras relações humanas. Isto permitirá viver mais intensamente a comunhão, preocupando-se em cultivá-la não somente « ad intra », mas também com a comunidade paroquial à qual pertencem tais grupos, e com toda a Igreja diocesana e universal (EA 41).

O processo de resgate do modelo apostólico e da *Domus Ecclesiae*, para formar comunidades de tamanho humano, questiona o modelo institucional da Igreja, que tem a paróquia como sua estrutura elementar, já que a pequena comunidade é a base fundamental da Igreja.

Para uma Igreja-comunidade, o Vaticano II propõe renovar a paróquia. A Igreja na América Latina foi mais ousada, assumiu o desafio de configurá-la, a partir das comunidades eclesiais de base. Toma-se consciência que a Igreja só será verdadeiramente comunidade, se for comunidade de pequenas comunidades. Uma comunidade eclesial, para ser realmente comunidade, precisa ter tamanho humano, condição para a ministerialidade e a corresponsabilidade de todos⁶⁰.

⁶⁰ Agenor Brighenti, “Ameríndia”, *De uma Igreja – massa a uma Igreja – comunidade (Em que o Vaticano II mudou a Igreja 4)*, <http://amerindiaenlared.com/contenido/12120/de-uma-igrejmassa-a-uma-igrejacomunidade-em-que-o-vaticano-ii-mudou-a-igreja-4/>, último acesso 18 de junho de 2018.

CAPÍTULO II

O ITINERÁRIO DA PARÓQUIA NA HISTÓRIA DA IGREJA

O Concílio Vaticano II indicou a volta às fontes como caminho para atualizar a vida da Igreja. Entender como nasceram as primeiras comunidades, como elas se configuravam, como se relacionavam entre si e como foram respondendo aos desafios da sua época, pode ajudar a Igreja, nos dias de hoje, a atualizar sua missão. A transição do movimento de Jesus, que era itinerante e rural, para as primeiras comunidades estáveis e urbanas no início da era cristã, permite entender a dinâmica da evangelização que conseguiu estabelecer um autêntico processo de inculturação do Evangelho.

Na primeira parte desse segundo capítulo trataremos de entender esse desenvolvimento das primeiras comunidades cristãs, que começa com o modelo da Igreja nas casas – *Domus ecclesiae* – e vai evoluindo aos *Tituli* até o surgimento das paróquias. Ao entender como a Igreja nos primeiros séculos era organizada em comunidade que se concretizava nas pequenas comunidades e como acontecia o exercício dos ministérios numa Igreja toda ministerial. Conhecer esses fatos ajudam ver que a promoção dos ministérios leigos e descentralização da paróquia em pequenas comunidades, tão conclamados hoje não são uma invenção, mas um resgate de uma característica constitutiva da Igreja nascente.

Como surgiram as paróquias, o processo de expansão dessa estrutura e acontecimentos históricos que favoreceram o estabelecimento do modelo paroquial, são os temas da segunda parte desse capítulo. Já a terceira parte tratará da paróquia no período da renovação conciliar e na tradição eclesial latino-americana, como foi abordada no Concílio, sua tradição na América-latina e os valores e limites que as CEBs oferecem para a Igreja.

1. Igreja na *Domus Ecclesiae*

As primeiras comunidades cristãs se reuniam nas casas, em cidades. Encontramos relatos bíblicos que demonstram a prática das primeiras comunidades

cristãs de se reunirem nas casas, de algum membro da comunidade ou até mesmo alugada, isso sempre nas cidades onde se iam constituindo comunidades. Daí a expressão *Domus Ecclesiae*, Igreja doméstica, da casa. Assim, o cristianismo nasce como um fenômeno essencialmente urbano, flexível e simples, com características muito mais carismáticas que institucionais.

Na primeira parte desse capítulo buscaremos apresentar os elementos constitutivos da Igreja primitiva, de como se configuravam as comunidades, mostrando que a Igreja era comunidade nas pequenas comunidades. Como esse modelo de comunidade se desenvolveu, chegando aos *tituli*, antes do aparecimento das paróquias. O modelo de relação e o exercício ministerial nessas primeiras comunidades também são um exemplo iluminador para a reconfiguração da paróquia que estamos buscando nos tempos atuais.

1.1. A Igreja comunidade na pequena comunidade

As cidades do I século da era cristã, apesar da vastidão por onde se estendia o império Romano, são em sua maioria pequenas cidades. Existiam centros urbanos, mas em geral as cidades eram pequenas. É nesse contexto urbano que a Igreja vai crescer e se multiplicar, especialmente pelo impulso missionário do apóstolo Paulo, configurada numa rede de pequenas comunidades. A iniciativa missionária de “Paulo introduz-se na organização social emergente e modifica profundamente – em continuidade descontínua – aquele outro movimento que havia começado entre ambientes rurais da Galileia”⁶¹. Essas mudanças são consideradas a transição do movimento de Jesus para a Igreja cristã.

Vários fatores determinaram esse processo de expansão e nucleação de comunidades cristãs em muitas cidades nos primeiros séculos. A comunidade que nasceu em Israel entre os judeus foi protagonista da nucleação de novas comunidades em outras cidades pelo processo da diáspora. Perseguidos entre judeus os cristãos iniciam um processo de emigração fundando novas comunidades fora de Jerusalém. A iniciativa missionária como a de Paulo, de anunciar o evangelho

⁶¹ Almeida, *Paróquia, comunidades e pastoral urbana*, 29.

entre os gentios, foi outro fator determinante para a multiplicação de comunidades cristãs em muitas cidades.

A característica das comunidades nascentes é de que são pequenas comunidades. Inseridas na cidade, muitas vezes, pequenas cidades, os cristãos formavam uma pequena comunidade, que convivía harmoniosamente na nova realidade social, contudo se distinguía pelo testemunho de fé. Havia como pano de fundo um projeto universalista, “universalismo supõe ruptura com toda identidade étnica: para tornar-se cristão, não é preciso tornar-se, antes, judeu”⁶². São muitos os relatos do reconhecimento social que a comunidade cristã gozava nos ambientes sociais onde estava inserida.

O desenvolvimento da *Domus ecclesiae* marca uma evolução no movimento dos cristãos, um processo de acomodação, cumprir o imperativo do mandato missionário adaptando-se ao ambiente onde o evangelho está sendo anunciado. Essa versatilidade do movimento missionário da Igreja nos primeiros séculos garantiu sua expansão e diversificação, sem, contudo, perder a comunhão entre as comunidades. Assim, “enquanto o movimento de Jesus era fundamentalmente itinerante e desinstalado, a estratégia de Paulo promovia um cristianismo sedentário, baseado em comunidades locais”⁶³. As pequenas comunidades urbanas espalhadas pelo império são a expressão dessa dinâmica eclesial, que se estabelece nas casas sem perder sua identidade missionária.

O lugar da Igreja, caracterizada como a pequena comunidade, era a casa. Nas casas as pequenas comunidades nascentes se reuniam para celebrar. A casa não era um lugar exclusivo para o culto, senão que se prestava para a celebração no momento que a comunidade estava reunida, sendo utilizada normalmente pela família, que era uma referência para comunidade. Mesmo nessa simplicidade os estudos arqueológicos apontam que nessas comunidades já existiam elementos básicos de um espaço litúrgico como a mesa e a pia batismal.

A configuração da Igreja é de pequenas comunidades espalhadas pelas cidades do império, mas apesar de serem espalhadas e pequenas conservavam a comunicação e a comunhão, existia o fluxo missionário, e, também, pelas cartas,

⁶² Almeida, *Paróquia, comunidades e pastoral urbana*, 28.

⁶³ Almeida, *Paróquia, comunidades e pastoral urbana*, 29.

sustentavam essa comunicação. Nessa configuração eclesial, a “comunidade era a base, e todos os seus membros efetivos tinham o dever missionário; testemunhavam e anunciavam de modo querigmático, impulsionando a missão, unidos na pluralidade”⁶⁴.

Os ministérios tinham uma estrutura simples conforme as necessidades que cada comunidade apresentasse. Já aparecem desde os relatos mais remotos as figuras do bispo, dos presbíteros e dos diáconos. Muitas vezes os próprios moradores da casa eram os ministros da comunidade. Há relatos de mulheres que eram as chefes da casa, naturalmente também, da comunidade.

As comunidades formadas como *Domus ecclesiae* dão à Igreja nascente uma característica mais formal, como se pudéssemos marcar a transição do movimento para a instituição.

O primeiro espaço para reuniões específicas das comunidades cristãs foi a casa (aqui no sentido da habitação), e o primeiro núcleo das Igrejas domésticas foi a casa-família (no sentido amplo que então tinha a palavra), o que propiciava a aquisição, por parte dos primeiros cristãos, da consciência de sua identidade e de sua diferença com o judaísmo (cf. At 2,46)⁶⁵.

Sem perder sua originalidade nem o vigor missionário, pelo contrário conjugando, harmoniosamente, a estrutura institucional e o carisma missionário.

Esses elementos basilares da *Domus ecclesiae* – casa, família -, somado ao modelo de relação, a partilha dos bens, foram estruturantes nas comunidades nascentes. Por essa estrutura as pequenas comunidades domésticas foram consolidando sua identidade, inseridas nas realidades urbanas em que viviam, mas ao mesmo tempo, se distinguindo pelo estilo de vida autêntico. No contexto cultural diversificado em que as primeiras comunidades eclesiais vão surgindo “os cristãos demonstram a possibilidade de unidade na pluralidade, pela vivência comunitária, e causaram impacto na sociedade. Eram notados porque não faziam acepção étnica, cultural, de classe ou de gênero”⁶⁶.

⁶⁴ Gelson Luiz Mikuska, *Por uma paróquia missionária, à Luz de Aparecida* (São Paulo: Paulus, 2012), 23.

⁶⁵ Almeida, *Paróquia, comunidades e pastoral urbana*, 32.

⁶⁶ Mikuska, *Por uma paróquia missionária, à Luz de Aparecida*, 19.

Outro elemento de destaque na *Domus ecclesiae* é o papel das mulheres. Superando os condicionamentos dos ambientes sociais, as comunidades cristãs tinham mulheres que exerciam protagonismo e liderança. Isso demonstra a plasticidade das primeiras comunidades centradas na missão, e não num modelo de rigidez institucional.

As pequenas comunidades nascentes no modelo da *Domus Ecclesiae* apresentaram uma alternativa religiosa. Diferente do judaísmo imposto mais como uma herança cultural e carregado de estruturas, códigos e preceitos e, ao mesmo tempo, diferente das religiões estatais, que mais serviam para legitimar o poder vigente. As comunidades cristãs destacavam três características muito importantes: “o caráter voluntário, de modo que qualquer um podia participar; a base doméstica, o que propiciava relações interpessoais e um embasamento sobre uma estrutura social muito sólida; a aspiração a uma fraternidade universal”⁶⁷.

Outros fatores que consolidaram a força das comunidades cristãs nascentes são o martírio e a missão. O testemunho dos membros dessas primeiras comunidades foi uma marca decisiva e, ao mesmo tempo, um impulso missionário para o nascimento de novas comunidades, “o fundamento do martírio para a comunidade cristã está no testemunho fiel à pessoa de Jesus, que morre por sacrifício supremo de amor consumado na cruz”⁶⁸. As comunidades causavam muita admiração pelo testemunho pessoal de cada membro que corajosamente ia até as últimas consequências para testemunhar sua fé.

1.2. O crescimento da *Domus Ecclesiae* e o surgimento dos tituli

Por suas características as *Domus ecclesiae* eram pequenas comunidades inseridas em ambiente urbano que tinham como lugar próprio a casa de uma família. As características das primeiras comunidades eram da versatilidade e simplicidade. A casa das famílias da comunidade era uma referência para o encontro - “não houve propriamente locais destinados exclusivamente ao culto e, conseqüentemente, com

⁶⁷ Almeida, *Paróquia, comunidades e pastoral urbana*, 34.

⁶⁸ Mikuska, *Por uma paróquia missionária, à Luz de Aparecida*, 24.

um desenho arquitetônico específico”⁶⁹. Contudo, naturalmente essas casas se tornaram pontos de referência para a Igreja nascente.

No modelo da *Domus Ecclesiae*, a constituição é muito simples, centrado na figura do bispo. Existem outros ministros como os diáconos e presbíteros, mas que desempenham suas funções em estreita relação com o bispo. Assim as *Domus Ecclesiae* vão se espalhar nos primeiros séculos do cristianismo como a configuração mais comum da Igreja em suas primeiras comunidades.

É importante compreender esse fenômeno urbano da *Domus Ecclesiae* e como a Igreja vai expandindo, do movimento de Jesus, que inicia no interior e na periferia, para a cidade nas casas das famílias. Isso se deu a uma característica mais carismática das primeiras comunidades cristãs, e não por um programa de implantação institucional. Não podemos imaginar esse processo nos âmbitos institucionais e formais de hoje. Os primeiros cristãos realizavam naturalmente, o que hoje definimos como o desafio da inculturação do Evangelho. Favorecia esse processo a capacidade dos cristãos em assimilar a cultura e viver os valores evangélicos na realidade em que estavam inseridos - “as primeiras comunidades urbanas tiveram, em primeiro lugar uma linguagem de pertença”⁷⁰. Ao mesmo tempo seu modo de viver o evangelho os destacava dentro da cidade.

O movimento missionário do apóstolo Paulo foi muito importante para a expansão da Igreja e o estabelecimento das *Domus Ecclesiae*. Judeu formado na escola helenística fiel às tradições, via com desconfiança e aversão o cristianismo e o paganismo. Com sua conversão superou o preconceito aos cristãos levando consigo sua formação teológica e cultural, adaptando-a a seu empenho missionário. A mescla de elementos de outras tradições foi um incremento positivo trazido com Paulo - “por ser judeu e viver num mundo urbano, conheceu a prática judaica de estabelecer associações em grandes casas e famílias que, em reuniões, decidiam ou abordavam vários assuntos”⁷¹.

O sentido da casa no contexto a que nos referimos é mais amplo do que temos hoje. É preciso considerar o seu sentido no império Romano e na cultura

⁶⁹ Almeida, *Paróquia, comunidades e pastoral urbana*. 36.

⁷⁰ Benjamín Bravo Perez, *Para comprender la Iglesia de casa. De la conservación a la misión* (Navarra: Verbo Divino, 2011), 29.

⁷¹ Mikuska, *Por uma paróquia missionária*, 22.

judia. O modelo familiar é o patriarcal, no qual o pai de família é o responsável por todos que vivem na casa, assim a casa se refere ao mesmo tempo à construção material e a todos que nela vivem. Há uma profunda e substancial diferença, como demonstra a arqueologia, entre a casa das pessoas ricas e das famílias pobres. Mas a casa é a célula fundamental da sociedade e é nessa instituição que as primeiras comunidades cristãs vão se infiltrar, estendendo a pregação e a vivência do evangelho no ambiente urbano.

A *Domus Ecclesiae* molda as comunidades nascentes como espaços de experiência de fé, que nasce da adesão ao evangelho e do reconhecimento entre seus membros, pela acolhida de todas as pessoas indistintamente. O estilo de vida adotados nessas comunidades, baseadas em famílias, se mostrou inovador no contexto em que estavam inseridas pela “valorização das diferenças, no confronto com costumes, crenças e padrões de diversos povos. O crer necessariamente implicava pertencer, possibilitando a constituição de comunidades bem definidas e identificadas”⁷².

Como centros pastorais da vida das comunidades as *Domus Ecclesiae* a partir do século II começam a ser transformadas em *Titulus*, denominados assim, por terem o nome do proprietário da casa, gravado numa pedra ou tábuas sobre a porta de entrada. Posteriormente, no século V “erigiram-se nos diversos bairros das grandes cidades, como Roma, edifícios de culto (*tituli*) com objetivo de facilitar aos fiéis a participação na liturgia”⁷³. Os nomes dos proprietários dos edifícios passaram a ser substituídos pelo nome de mártires e santos estimados pela comunidade.

Assim os *tituli* são uma estrutura transitória que a Igreja adquiriu entre as igrejas nas casas e as futuras edificações, como as basílicas, destinadas exclusivamente ao culto - “títulos, eram, pois, Igrejas domésticas, como as de Rm 16, que se tornaram – com algumas ‘variações acidentais’ – centros regionais (na cidade de Roma) e, depois de Constantino, basílicas”⁷⁴. Os *tituli* eram inicialmente casas de família, e com passar do tempo tornam-se local exclusivo da comunidade.

⁷² Mikuska, *Por uma paróquia missionária*, 22.

⁷³ Casiano Floristán, *Para compreender a paróquia* (Estella, Navarra: Gráfica Coimbra), 13.

⁷⁴ Floristán, *Para compreender a paróquia*, 13.

O desenvolvimento dos *Tituli* deve ser entendido, não como um programa estabelecido num projeto de desenvolvimento estratégico da Igreja, mas, antes, como processo natural de acomodação, versatilidade e dinâmica das comunidades, que conseguiam dar respostas às realidades sociais do seu tempo. É importante recordar que nesse período as comunidades cristãs estão inseridas no contexto do império Romano, vivem na clandestinidade e, até, com perseguição. Com o processo gradativo de diminuição da perseguição aos cristãos e aumento de seu número “casas privadas - sobretudo, em Roma, ainda que não oficialmente – foram se tornando, por doação ou herança “posse” da Igreja”⁷⁵.

Esse processo das casas privadas que, pouco a pouco, se tornaram posse da Igreja, não se assemelha aos nossos moldes legais de reconhecimento de uma personalidade jurídica do império em relação à Igreja. É antes um processo lento e progressivo de destinar essas casas, exclusivamente às atividades da comunidade, por convenção e herança. Assim as casas de cristãos individuais foram aos poucos “transformando essas propriedades anteriormente de cristãos individuais em centros de atividade pastoral, polos administrativos, depósitos e locais de distribuição de víveres e roupas aos cristãos necessitados, lugares de culto”⁷⁶.

A história registrada revela que em Roma existiam muitos *tituli*, mas que não são de nenhuma maneira uma divisão territorial ou de setores da cidade, mas sim em torno de grupos humanos que iam acolhendo a proposta de formar uma comunidade cristã. Origem e concentração num novo ambiente social mostram como surgiram muitos *tituli*, “se supõe que estavam, sobretudo, nos bairros dos emigrantes de origem oriental, onde cristãos se reuniam segundo a região de procedência”⁷⁷.

Os *tituli* são estruturas eclesiais que vão se desenvolvendo na onda de crescimento que a Igreja experimenta nesse período. Começam a dar as feições da Igreja, “fruto de doações de particulares, estes *títulos* constavam de uma sala de reuniões, um baptistério, um armazém para ajudas caritativas e uma residência presbiteral”⁷⁸.

⁷⁵ Floristán, *Para compreender a paróquia*, 13.

⁷⁶ Floristán, *Para compreender a paróquia*, 13.

⁷⁷ Comblin, *Teologia da cidade*, 201.

⁷⁸ Floristán, *Para compreender a Paróquia*, 13.

1.3. O exercício dos ministérios numa Igreja toda ela ministerial

Ao pensar no exercício ministerial nas primeiras comunidades cristãs, especialmente nos quatro primeiros séculos do cristianismo, não podemos empregar premissas consolidadas em nossa consciência nos tempos atuais quando nos referimos à Igreja, “só no séc. II as comunidades se estruturam mais uniformemente, pela influência mútua, segundo uma hierarquia de três ou dois graus (episcopo-presbítero-diácono; episcopo-diácono)”⁷⁹. Nas primeiras comunidades apesar de já aparecerem ministérios que hoje conhecemos, devemos entendê-los, antes pela natureza e necessidade das comunidades, do que em caráter institucional que hoje eles possuem no corpo da Igreja.

As comunidades são formadas em comunhão com os apóstolos que as confirmam na fé, mais no sentido de comunhão do que de governo. Assim, nessas primeiras comunidades os binômios clero-leigos e hierarquia-fiéis não é um problema. Os ministérios são complementares e não imposições, serviços e não estruturas institucionais. Nas primeiras comunidades existia a preocupação de dotar a comunidade de ministros locais, “Paulo promovia um cristianismo sedentário, baseado em comunidades locais, que dispunham de diversos ministérios próprios, de modo a não depender dos missionários de passagem”⁸⁰.

No Novo Testamento encontramos diversos textos que confirmam a realidade ministerial das comunidades cristãs. Com o traço comum da colegialidade apostólica e da diversidade, conforme a realidade e a necessidade de cada comunidade. Há relatos de vários ministérios desempenhados também por mulheres, personagens importantes em vários registros históricos.

A Igreja dos primeiros séculos estabelecida no ambiente urbano, em pequenas comunidades e com ministérios de caráter mais carismáticos que institucionais, orbitavam na figura do bispo. Com a expansão da Igreja para a realidade rural pelo surgimento das paróquias, essa referência em torno do bispo vai se deslocar progressivamente para figura do presbítero. A Igreja perde o dinamismo da expansão pela nucleação de novas comunidades, com diversos

⁷⁹ Francisco Taborda. *A Igreja e seus ministros, uma teologia do ministério ordenado* (São Paulo: Paulus, 2011), 76.

⁸⁰ Almeida, *Paróquia, comunidades e pastoral urbana*, 29.

ministérios para a designação de um padre para um determinado território ou população.

Há uma diversidade de apresentação dos ministérios no Novo Testamento. Apesar de essa não ser uma preocupação fundamental, percebe-se nas cartas de “Paulo um homem empenhado em estabelecer comunidades organizadas e bem-ordenadas (cf. 1Cor 11,17s.34b.)”⁸¹. As cartas pastorais de Paulo atestam essa preocupação. Enquanto, que outras comunidades formadas em torno de Pedro e as comunidades joaninas “parecem ter menos interesse na organização”⁸².

Os primeiros séculos do cristianismo experimentaram um florescimento de criatividade e vitalidade ministerial e litúrgica. Com o processo de expansão eclesial “a espontaneidade litúrgica, por falta de impulso criador, foi cedendo à codificação. Esbateu-se o dinamismo missionário e aumentou a preocupação sacral e sacramental”⁸³. E assim, o caráter mais carismático dos ministérios, que antes existiam nas comunidades, perde espaço para um tipo de ministério mais institucional.

2. O surgimento da paróquia

Nos quatro primeiros séculos da Igreja não existiam as paróquias. A Igreja era formada de pequenas comunidades, que não possuíam templos, se reunia nas casas das cidades e tinha uma estrutura ministerial simples, conforme as necessidades de cada comunidade, destacando-se especialmente o ministério do bispo e dos diáconos. O movimento de expansão eclesial revela que “a paróquia surgiu para adaptar a ação pastoral da primitiva comunidade urbana às zonas rurais recém evangelizadas”⁸⁴. Esse processo de presença da Igreja na realidade rural coincidiu com transformações na realidade urbana, como a aproximação da Igreja e do poder temporal, o enfraquecimento do catecumenato e a possibilidade do batismo de jovens.

⁸¹ Taborda. *A Igreja e seus ministros*, 76.

⁸² Taborda, *A Igreja e seus ministros*, 76.

⁸³ Floristán, *Para compreender a paróquia*, 13.

⁸⁴ Instituto Superior de Pastoral, *A vueltas con la parroquia*, 18.

Entender o processo histórico do surgimento da paróquia, suas razões e como, pouco a pouco, ela vai se consolidando e expandindo, nos ajudará os processos históricos de evangelização e seus limites. Como os *tituli*, comunidade urbana, foram sendo substituídos pelas paróquias, modelo eclesial rural. Depois com a expansão rápida que a paróquia viveu no século V, se consolidando como principal estrutura eclesial, as principais mudanças sofridas a partir de reformas eclesiais promovidas ao longo de séculos.

2.1 Dos *tituli* às paróquias

Com o reconhecimento da liberdade de culto no ano de 313, a Igreja experimenta um novo cenário. A liberdade provoca modificações nas, até então, simples estruturas eclesiais. Na cidade a Igreja era centrada nas casas, nas famílias e no bispo, agora passa por um processo de expansão. Nasce os templos exclusivos para o culto, as basílicas, e acontece uma multiplicação desses templos. Assim a fisionomia da Igreja, caracterizada por várias pequenas comunidades, vai mudando para lugares de culto mais centralizados, coisa antes incomum, “exceto nas pequenas cidades, nunca se realizou a imagem de todos os cristãos reunidos na assembleia eucarística ao redor do bispo, ao menos de maneira habitual”⁸⁵.

Depois de seu surgimento a paróquia passou por várias transformações no seio da Igreja até atingir a configuração que conhecemos. Aparecem como relevantes nessa transformação da paróquia a *Reforma Carolíngia*⁸⁶ e a *Contra-reforma*⁸⁷. A reforma carolíngia VIII-IX, marca o casamento definitivo da Igreja

⁸⁵ Comblin, *Teologia da cidade*, 201.

⁸⁶ Tanto Carlos Magno com Luís os Piedosos empreenderam reformas eclesiásticas (clero, monacato, linha romana de liturgia), contando com o apoio da escola da Corte e de personalidades como Hincmar de Reims, Alcuino, Crodegang de Metz e Benito de Aniano. O imperador fez em partes as nomeações de bispos e confiou a estes últimos, tarefas oficiais. O sistema de igrejas próprias, desenvolvido na época merovíngia, passou a ser elemento permanente da pastoral rural. O imperador convocou concílios, cujas resoluções se converteram em leis do império. Citado por Macel Albert, “La época carolíngia”, en *Diccionario enciclopédico de historia de la Iglesia*, Tomo 1, Walter Kasper (Barcelona: Herder, 2005), 525.

⁸⁷ Nos últimos anos, o conceito de contrarreforma entrou novamente em discussão. Se questiona atualmente a sucessão cronológica de Reforma e Contrarreforma, assim como se recusa a contraposição dos conteúdos de ambas (Reinhard, en: CHR). Segundo esta visão, ambos os movimentos surgiram antes de uma raiz comum. A partir da baixa Idade Média aparecem outra vez inquietude de reforma eclesial. Tanto o movimento evangélico de Martinho Lutero e dos demais reformadores, como também, os movimentos de reforma que se deram no campo católico foram parte dessa cadeia de inquietudes reformistas. Mais tarde, o movimento evangélico no âmbito protestante, como também os movimentos reformistas católicos desembocam, sem embargo, no

com o Estado - “o imperador Carlo Magno dividiu o Império em dioceses e paróquias. As mesmas circunscrições territoriais eram administradas, ao mesmo tempo, pelo poder civil e o eclesiástico”⁸⁸. Essa configuração se estendeu por toda a cristandade e com a *reforma gregoriana*⁸⁹ do século XI e a estrutura ficou ainda mais cristalizada. Já a contra-reforma reforçou o ordenamento jurídico da paróquia como divisão da diocese, que tem o próprio pároco, com faculdades até então comuns aos bispos. O desenvolvimento posterior a Trento vai tratar de reforçar o caráter jurídico da paróquia e, ao estilo da escolástica, desenvolver argumentos teológicos e analogias bíblicas, que confirmem a definição doutrinal.

As paróquias aparecem a partir do século IV nas áreas rurais onde começam a surgir comunidades cristãs. O aparecimento das paróquias coincide com a liberdade religiosa concedida aos cristãos, e pouco tempo depois o cristianismo torna-se religião oficial do império. Esses eventos mudaram o processo de expansão das comunidades cristãs, antes marcado pela adesão pessoal de fé, e agora, simplificado e dirigido a massas, “passou-se do modelo fraternal da comunidade cristã para o protótipo de aglomerado social”⁹⁰.

Os primeiros séculos do cristianismo foram marcados pelo processo de iniciação cristã, que nascia da decisão pessoal de adesão à comunidade e exigente num longo catecumenato. O sistema penitencial “a *ordo paenitentium* teve, também, consequências pastorais, uma vez que a penitência – uma única na vida, como que um segundo baptismo – caiu em desuso”⁹¹. O compromisso cristão era característica que favorecia que a vivência de fé nas comunidades fosse muito exigente, assim o testemunho era a marca que mais atraía novos membros. O rigor

processo de <<confessionalização>>. Com essa perspectiva, a Reforma católica adquire uma nova qualidade. A mesma tem assim uma forte orientação confessionalista, ou seja, tem a tendência a uma delimitação a respeito das confissões protestantes. Por conseguinte, as chamadas <<atuações da Contrarreforma>> devem ser vistas dentro do processo de confessionalização. Klaus Ganzer “Contrarreforma” en. *Diccionario enciclopédico de historia de la Iglesia*. 339. Tomo 1, Barcelona: Herder, 2005. Walter Kasper.

⁸⁸ Instituto Superior de Pastoral, *As vueltas con la parroquia*, 22.

⁸⁹ Se trata de um termo genérico moderno, derivado do nome do papa Gregório VII, que designa as tendências de renovação e mudança que modificaram de maneira importante o aspecto da Igreja latina durante o século XI e inícios do século XII. Citado por Rudolf Schieffer, “Reforma Gregoriana” en. *Diccionario enciclopédico de historia de la Iglesia*, tomo 1, Walter Kasper (Barcelona: Herder, 2005), 1232.

⁹⁰ Floristán, *Para comprender a paróquia*, 13.

⁹¹ Floristán, *Para comprender a paróquia*, 13.

do processo catecumenal, talvez, explica a fidelidade do testemunho das primeiras comunidades, tantas delas entregues ao martírio.

Com a aproximação da Igreja e o império enfraqueceram-se essas características das comunidades, nesse sentido o surgimento das paróquias representará o processo de expansão da Igreja institucional. Esse período marca mudanças da configuração anterior da Igreja, “no século IV, portanto, assiste-se ao deslancar gradual, mas constante, de uma nova forma de organização eclesial – que tem como base o território -, que vai receber, mas tarde, o nome de paróquia”⁹². Ser cristão já não é uma decisão pessoal, mas uma espécie de enquadramento social.

A paróquia como nova estrutura eclesial surge com ministérios, antes exclusivos dos bispos, agora confiados a presbíteros e diáconos. Foi uma decisão de não multiplicar as sedes episcopais para resguardar a dignidade do ministério episcopal, confiando faculdades próprias aos colaboradores imediatos, os presbíteros. Houve uma preocupação com a multiplicação das dioceses - “isso não quer dizer que certos *vici* ou *pagi* não tenham se tornado sedes de bispado, sobretudo no sul da Itália e na África romana”⁹³. A expansão constante, que se deu na instalação de paróquias em zonas rurais, teve um ritmo bem acelerado no século V, da “*domus ecclesiae* passou-se para a *ecclesiae paroecialis*, ou seja, a Igreja das massas”⁹⁴.

Modelos da administração política romana inspiraram a organização das dioceses e paróquias. A paróquia que surge como presença da Igreja na zona rural, agora passa a existir também nas cidades. Surgem templos cada vez maiores, gerando um relacionamento mais impessoal. A comunidade, antes espaço de adesão pessoal à fé cristã, passa a ser paróquia baseada no grupo de pessoas presentes num determinado território, “com a nova ideia de circunscrição eclesiástica e civil, entrou em jogo o conceito da territorialidade”⁹⁵.

Com a aproximação da Igreja do poder temporal, “a figura do bispo era fundamental, não apenas no aspecto religioso, mas também civil”⁹⁶. A construção das basílicas, começaram a concentrar funções exclusivas aos bispos. Foi

⁹² Almeida, *Paróquia, comunidades e pastoral urbana*, 43.

⁹³ Almeida, *Paróquia, comunidades e pastoral urbana*, 45.

⁹⁴ Floristán, *Para compreender a paróquia*, 13.

⁹⁵ Floristán, *Para compreender a paróquia*, 14.

⁹⁶ Floristán, *Para compreender a paróquia*, 12.

promovida a criação de sedes episcopais em cidades de certa importância - “assim é que se criaram centenas de sedes nas províncias do império romano, e sua densidade corresponde ao desenvolvimento da urbanização das diferentes províncias”⁹⁷.

Ao mesmo tempo a Igreja preocupou-se em não diminuir a relevância do papel dos bispos, como sucessores dos apóstolos, limitando a multiplicação de sedes episcopais em cidades pequenas e em comunidades rurais. Nesse contexto a paróquia nasce como a extensão da Igreja nas comunidades onde o próprio bispo não podia estar, especialmente nas zonas rurais. Houve um florescimento das paróquias e santos que lutaram para seu desenvolvimento, como a obra de São Martinho de Tours, “este erigiu seis Igrejas rurais em torno da Igreja de Tours, e estimulou o zelo dos bispos”⁹⁸.

Almeida identifica o processo de criação das paróquias, em seu início exclusivamente rurais, ao processo de projeção do padre:

A Igreja, que, até o século IV, tinha uma estrutura nitidamente episcopal e urbana, começa a organizar comunidades em torno de um grupo de presbíteros, de um presbítero, ou de um diácono: sua fisionomia episcopal e urbana começa a ganhar traços crescentemente presbiterais e rurais⁹⁹.

A junção desses fatores resulta numa mudança na fisionomia da Igreja, até então caracterizada como comunidade de comunidades. A liberdade religiosa dada pelo Império romano, a expansão do cristianismo à zona rural, o enfraquecimento do catecumenato, o batismo de grande quantidade de pessoas de localidades inteiras e, finalmente, o crescente conceito de territorialidade, adotado do modelo imperial, favoreçam o fortalecimento da paróquia, conseqüentemente, do padre. Até então, a Igreja estava centrada no ministério do bispo, com a expansão da paróquia, pouco a pouco, os padres assumem o protagonismo das paróquias, reservando ao bispo algumas funções específicas, como a das ordenações.

O processo de desenvolvimento das paróquias é lento, mas nem por isso sem conseqüências para a antiga Igreja de pequenas comunidades de cristãos adultos e convictos na fé.

⁹⁷ Comblin, *Teologia da cidade*, 202.

⁹⁸ Comblin, *Teologia da cidade*, 206.

⁹⁹ Almeida, *Paróquia, comunidades*, 41.

A evangelização dos campos e a progressiva conversão dos bárbaros (processo só concluído no século IX), que, a partir do princípio *cuius regio eius est et religio* (“a religião é de que é a região”) – ainda não formulado explicitamente -, são batizados em massa, irão ter algumas consequências notáveis: atropela-se o catecumenato (chega um momento em que o batismo de crianças suplantar o de adultos); entra em crise o sistema penitencial (a penitência única, entendida como segundo batismo, é substituída, desde o século VI, pela penitência reiterável, bem menos rigorosa); a espontaneidade litúrgica dos primeiros séculos dá lugar à codificação e, a partir do século VIII, à centralização; e, à medida que diminui o dinamismo missionário, aumenta a preocupação sacral e sacramental¹⁰⁰.

Com o avanço do estabelecimento das paróquias, o modo de ser, pertencer e atuar na Igreja muda, “consolidou-se em toda parte o sistema paroquial sob o ponto de vista financeiro, administrativo e cultural”¹⁰¹. A comunidade já não é como a das antigas pequenas comunidades, passando da casa para os templos. As pequenas comunidades baseadas nas famílias passam a ser grandes grupos, massificados e incorporados, mais por uma conveniência social, do que uma decisão pessoal. Acompanhando o movimento de enfraquecimento das cidades “a paróquia surgiu, pois, quando um presbítero assumia a responsabilidade pastoral de uma zona do campo”¹⁰².

A Igreja deixa de ter a fisionomia de movimento carismático e missionário para assumir um caráter mais institucional, aos moldes do poder temporal. O modelo do império vai influenciar nesse processo de institucionalização da Igreja, assim “com a ideia de circunscrição, adotada da administração romana (e reforçada pelo sistema feudal), introduz-se no conceito de paróquia – antes, pessoal e comunitária -, o de territorialidade”¹⁰³.

2.2 A paróquia na Reforma carolíngia

As marcas do Império franco que em seu auge alcançou quase todo o território central da Europa afetaram, por certo, a Igreja. A força das reformas introduzidas pelo imperador *Carlos Magno* e a estreita relação mantida entre Igreja e império, repercutiram diretamente nas paróquias. O império carolíngio como

¹⁰⁰ Almeida, *Paróquia, comunidades e pastoral urbana*, 46.

¹⁰¹ Floristán, *Para compreender a paróquia*, 14.

¹⁰² Floristán, *Para compreender a paróquia*, 12.

¹⁰³ Almeida, *Paróquia, comunidades e pastoral urbana*, 47.

ficou conhecido esse período da história europeia afetou profundamente a organização das igrejas paroquiais. Historiadores classificam esse momento como esplendoroso para o resgate da cultura greco-romana, a promoção educacional e administração política.

A expansão das paróquias e as transformações políticas no império romano vão modificar muito a Igreja dos primeiros séculos, configuradas por pequenas comunidades urbanas, religião de minoria e até perseguida. Agora como religião oficial, uma hierarquia ministerial e uma estrutura material, a paróquia, presença da Igreja, é muito mais institucional. Politicamente é o período do desenvolvimento do feudalismo, que com o modelo paroquial teve uma relação muito estreita. Muitos bispos concediam a licença para construção de oratórios nos feudos e mesmo a residência de sacerdotes nesses locais. Dessa maneira, os senhores das *villae*, recebem dos bispos sacerdotes exclusivos, “sob a condição de mantê-los. O sacerdote acaba se tornando um empregado (*servus*) de um senhor (*dominus*) e, isolado do presbitério local urbano, perde toda perspectiva missionária e comunal”¹⁰⁴.

Pouco a pouco esse contexto vai fazer com que o poder da Igreja esteja mais nas mãos dos senhores feudais do que dos próprios bispos, “a reforma carolíngia dos sec. VIII e IX pretendeu colocar as paróquias sobre a jurisdição do bispo”¹⁰⁵. O processo de conversão dos germânicos provocou a introdução de seu modelo de direito no império, surge a modalidade de igrejas próprias, construídas e administradas pelos senhores feudais e reis. É um modelo que vai sobrepondo-se às paróquias criadas pelos bispos, já que esses oratórios e igrejas próprias não são paróquias. Nasce assim, o que conhecemos como patronato, símbolo do feudalismo, marcado pelo modelo dos “*oratoria villarum*, isso é, as igrejas privadas ou pessoais, construídas nas propriedades dos grandes senhores e que gozavam de relativa autonomia em relação ao bispo”¹⁰⁶.

Carlos Magno introduziu uma profunda reforma nesse modelo desgastado produzido pela identificação da Igreja mais com o papel temporal, que com sua missão, “o sistema paroquial adquiriu características de benefício a partir dessa

¹⁰⁴ Almeida, *Paróquia, comunidades e pastoral urbana*, 48.

¹⁰⁵ Floristán, *Para compreender a paróquia*, 14.

¹⁰⁶ Almeida, *Paróquia, comunidades e pastoral urbana*, 48.

data”¹⁰⁷. A reforma política do império promoveu uma aproximação com a Igreja, estreitando as relações, e ao mesmo tempo, como que libertando a Igreja da vassalagem aos senhores feudais. Essa reforma estatal alcançou êxito graças à aproximação com a hierarquia da Igreja, em detrimento aos senhores feudais.

A união do império com a hierarquia da Igreja unifica o modelo de gestão entre cidades e Igreja, dividindo o território como dioceses e paróquias. Os bispos são equiparados aos senhores feudais e recebem insígnias imperiais. Na perspectiva eclesial esse processo pode ser entendido como a consolidação do modelo paroquial como principal estrutura eclesial. Significou uma maior liberdade da Igreja em relação aos senhores feudais. Contudo, isso também acarretou alguns prejuízos à hierarquia eclesiástica. A relação de presbitério é quebrada, “a partir daí os bispos consideram seus sacerdotes como vassalos, substituindo a intercolegialidade primitiva por uma obediência do tipo vertical”¹⁰⁸.

A reforma carolíngia deu à Igreja um caráter mais institucional, consolidando as estruturas da paróquia, diocese e a hierarquia. A identidade de comunidade é sobreposta pela compreensão de um território governado pela hierarquia da Igreja. Os ministérios deixam de ter o caráter de serviço à comunidade, passando a ser poder sobre o território. O sentido sacramental do ministério se esvazia a “ordenação perde o caráter de participação na missão do bispo e se torna um envio, paradoxalmente não missionário, mas para a tarefa precisa de ‘celebrar a eucaristia e administrar sacramentos num território determinado’”¹⁰⁹.

Pode-se se dizer que nesse período começa o processo de secularização dentro da Igreja, justamente por essa identificação com o poder temporal. A Igreja agora é uma instituição muito bem estabelecida, que exerce um poder não só religioso, mas também, secular. Apesar da reforma carolíngia ter dado à Igreja maior autonomia frente aos senhores feudais, trouxe, com o passar do tempo, a secularização e um desgaste institucional, gerando críticos à Igreja tanto externa, quanto internamente.

¹⁰⁷ Floristán, *Para compreender a paróquia*, 14.

¹⁰⁸ Almeida, *Paróquia, comunidades e pastoral urbana*, 49.

¹⁰⁹ Almeida, *Paróquia, comunidades e pastoral urbana*, 49.

Gradualmente as paróquias se transformam em lugares dos atos formais da fé (sacramentos), mas o povo vai buscar nos mosteiros e com frades mendicantes alimentar sua fé.

A igreja paroquial era o coração da paróquia, que constituía o centro da comunidade e o edifício público principal. Os fiéis eram obrigados a comparecer para receber os sacramentos e participar da missa dominical e festivos; para cada pedido de natureza religiosa, eles tinham que contatar o pastor competente (reitor, pároco). Em contrapartida o padre recebia renda relacionada ao território de sua paróquia (dízimos, direitos de estola e oblações)¹¹⁰.

Pode-se dizer que esse processo consolidou a Igreja como uma instituição, aos moldes seculares. A vinculação das pessoas agora está ligada à figura do “pároco que se reservava quase todas as funções pastorais: batismo, comunhão. Confissão anual, bênção do consentimento conjugal, viático, unção e funerais”¹¹¹.

O sistema feudal e o modelo paroquial tiveram uma estreita sintonia, mas com o processo de reaparecimento das cidades pelos séculos XI e XII, o descompasso entre a paróquia e a realidade urbana reaparece também. A Igreja procurou responder ao desafio do reaparecimento das cidades na Europa com os “cabidos, em primeiro lugar, e logo, com os mendicantes, as irmandades, os mosteiros. A solução não foi, porém, completa. A Igreja medieval nunca esteve tão de acordo com a sociedade comunal como com a sociedade feudal”¹¹².

2.3 A paróquia na Contrarreforma de Trento e na era moderna

A reforma protestante foi a conclusão de um processo de crítica interna que a Igreja sofria por seu processo de secularização e mundanização. A secularização havia se intensificado a tal ponto que a cobrança de impostos e a de dízimos haviam se tornado sinônimos, “a reforma gregoriana tentou cortar o avanço destes abusos, prescrevendo, sem demasiado êxito, que os dízimos, primícias e ofertas dadas por leigos fossem administradas pelo bispo”¹¹³. A hierarquia da Igreja era vista como uma soberana opressora, bem aos moldes dos antigos impérios. Restando ao povo

¹¹⁰ Immacolata Saulle Hippenmeyer / vfe. “Pontificia Università Gregoriana” *Parrocchia* en: <http://www.hls-dhs-dss.ch/textes/i/I11744.php?topdf=1>, último acesso 22 de junho de 2018.

¹¹¹ Floristán, *Para comprender a paróquia*, 15.

¹¹² Comblin, *Teologia da cidade*, 212.

¹¹³ Floristán, *Para comprender a paróquia*, 15.

para viver sua fé nas ordens mendicantes e os mosteiros, consideradas comunidades marginais dentro da instituição eclesiástica oficial.

A paróquia era como a agência fazendária do império onde todos estavam obrigados a recolher suas taxas, dízimos e impostos, e pagar por qualquer serviço religioso que buscasse. O clero se caracteriza pelo binômio regular e secular, o povo era relegado a um segundo plano - “faltava a ideia de comunidade e contavam apenas os ideais mundanos”¹¹⁴. É o florescimento das novas ordens e movimentos de renovações, justamente por serem a alternativa possível para o povo viver sua fé. É daí, desses grupos religiosos alternativos, que nascem e amadurecem as maiores críticas à hierarquia da Igreja.

O processo de crescimento da autonomia das paróquias desde a reforma carolíngia consolidou a institucionalização da Igreja, como uma grande força diante de outros atores políticos da época. Trento procura ser uma reação à reforma protestante e ao mesmo tempo da necessidade de uma revisão interior, pois o problema de fundo “não era tanto o número de paroquianos na paróquia, mas antes a concepção benéfica e territorial da Igreja dividida em parcelas”¹¹⁵. A tentação de priorizar os bens temporais em detrimento à missão da Igreja foi uma tentação sempre presente e denunciada internamente, dessas críticas nasceu o processo da reforma protestante, por isso, a contra-reforma é um processo de revisão e assimilação das críticas que a Igreja sofreu.

Ao atingir-se o século XVI, vive-se um momento importante na história da instituição paroquial, pois o Concílio de Trento passa a estimular a criação de paróquias como meio eficaz de atender às demandas das comunidades. Vê-se que o reconhecimento da paróquia nos moldes estimulados pelos padres conciliares liga-se à opção de não multiplicar o número de sedes episcopais. Consagra-se, também, uma redefinição das relações entre bispos e presbíteros, que vinha se gestando¹¹⁶.

No aspecto de ordenamento jurídico podemos dizer que a contra-reforma deu à paróquia todos os requisitos institucionais e estabeleceu os procedimentos legítimos para sua existência.

O Concílio de Trento fizera da residência, da pregação e da visita pastoral – realizada, de forma sistemática e metódica, pelos grandes e

¹¹⁴ Floristán, *Para compreender a paróquia*, 16.

¹¹⁵ Floristán, *Para compreender a paróquia*, 16.

¹¹⁶ Djalma Rodrigues de Andrade, *Reinventar a paróquia, sonhar em tempo de incertezas* (São Paulo: Loyola, 2006), 20.

não tão grandes bispos pós-tridentinos, tendo como modelo o bispo símbolo da Reforma Tridentina, São Carlos Borromeu, que não viveu o suficiente para ver todos os seus frutos – um dos instrumentos da renovação da Igreja¹¹⁷.

Na reforma do Concílio de Trento foram firmados pontos decisivos na consolidação e legitimidade da paróquia como estrutura fundamental da Igreja, as disposições de Trento obrigavam os fiéis a recorrer à paróquia para os momentos mais relevantes da vida de fé, fortalecendo a figura do pároco. Esse processo de fortalecimento institucional da paróquia, aprofundou a proximidade dos párocos e os fiéis, que agora é regulamentar, “com Trento que surgiram os “livros das almas” e os registros paroquiais que se conhecem e fazem comunidade. Eles deram credibilidade à instituição da paróquia”¹¹⁸.

Profundamente questionada na reforma protestante a resposta da Igreja foi fortalecer as estruturas eclesiais e promover uma renovação dos procedimentos, para enfrentar as críticas que nasceram no seu próprio interior.

O Concílio de Trento reforçou a centralidade da paróquia na vida da Igreja. Estimulou ao máximo a criação de paróquias a fim de atender as demandas. Afirma-se a divisão do território da diocese em paróquias, com limites geográficos, sacerdotes próprios, o que modifica definitivamente a relação entre cidade e Igreja, mantida nas comunidades primitivas. São os religiosos nesta época que entram no coração das cidades¹¹⁹.

O contexto da reforma e contra-reforma tem como pano de fundo a tensão entre a manutenção do sistema feudal, cada vez mais desgastado e insustentável, e o reaparecimento das cidades. Como todas as ideologias políticas, cada parte sempre tem sua fundamentação doutrinária como sustentação. Por um lado, a Igreja institucional baseada nas paróquias e no modelo rural de pastoral, por outro o movimento das cidades nascentes assimiladas e idealizadas pelos mosteiros, universidades e ordens mendicantes. Os intelectuais católicos começam a projetar sobre as cidades nascentes um modelo de comunidade.

Tentou-se salvar a paróquia nascida da sociedade rural, para poupar-se o trabalho de repensar a pastoral urbana sobre novas bases. Pois viu-se

¹¹⁷ Almeida, *Paróquia, comunidades e pastoral urbana*, 125.

¹¹⁸ Edson Oriolo. A Revitalização das paróquias. Revista *Encontros teológicos*. n°2, 2013, 13.

¹¹⁹ João Fernandes Reinert. “PUC-Rio” *Pode Hoje a Paróquia Ser uma Comunidade Eclesial? Renovação da instituição paroquial no contexto urbano*. En: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/13328/13328_5.PDF, último acesso 22 de junho de 2018.

de repente que a paróquia, com a finalidade de atender espiritualmente a 200 pessoas, ou no máximo a 500, contava com 20.000 ou 50.000 cristãos e, inclusive, com mais. Multiplicaram-se as paróquias. Tentou-se rejuvenescê-las. Pode-se dizer que há cem anos grande parte dos esforços da pastoral urbana foi consagrada a tentar a salvaguarda da paróquia, para não ter que colocar em julgamento os conceitos fundamentais¹²⁰.

Houve enrijecimento institucional da Igreja, concretizado de maneira objetiva nas paróquias, como postura contra a modernidade, buscando que “a paróquia fosse o meio mais idóneo de instruir religiosamente o povo, e o local mais adequado de contato pastoral com os batizados”¹²¹. Essa atitude de negação permaneceu por muito tempo, até o Concílio Vaticano II, o que fez com que a Igreja estivesse à margem dos principais avanços sociais do seu tempo, um atraso que custou muito quando a Igreja quis entrar em diálogo com a modernidade.

Quando pensamos nos efeitos da contra-reforma na vida da Igreja não podemos pensar num processo homogêneo de implementação, seja na Europa, centro do cristianismo medieval, seja no recém colonizado continente americano. Na América Latina, especialmente, as reformas introduzidas na Igreja pelo Concílio de Trento, tiveram uma chegada tardia, muito mais tardia do que se passou na Europa. O processo de implementação das reformas tridentinas podem ser mais bem constatadas com os processos de independência, e no Brasil, em particular com a proclamação da república 1889, marcando a separação de Igreja e Estado.

O Cristianismo da América Latina era caracterizado por duas frentes: uma ligada às coroas portuguesa e espanhola, no sistema do padroado, e outra pelos religiosos com vinculação direta com o papa. Ainda, que essa segunda frente foi interrompida em alguns tempos pela expulsão dos religiosos, especialmente os Jesuítas, por serem suspeitos de incitar os povos originários contra os colonizadores. Por isso, podemos pensar mais na implementação das normas tridentinas no período de independência dos países latinos, e no Brasil em especial, quando a Igreja se desvincula do poder temporal, muito mais tarde que na Europa e mesmo assim mesclado a devoções e práticas medievais de rezas, novenas, festas

¹²⁰ Comblin, *Teologia da cidade*, 224.

¹²¹ Floristán, *Para compreender a paróquia*, 16.

de santos, que preservadas pelos leigos, foi o conteúdo de fé que sustentou as comunidades nos sertões brasileiros.

O catolicismo chega em nosso continente numa velocidade diferente das aceleradas mudanças que passava no mesmo período a Europa. A evangelização se assemelhou bastante ao processo de colonização, “o caráter de cristandade sob o qual se realizou a ocupação do território brasileiro e os entreses burocráticos do padroado favoreciam a reunião dos católicos em torno de igrejinhas e capelas”¹²². Assim, o concílio de Trento teve pouca ressonância em nossos países, que conjugou o catolicismo medieval de devoções, confrarias e irmandades e as inovações que chegaram num processo lento até o Concílio Vaticano II.

3. A paróquia na renovação conciliar e na tradição eclesial latino americana

O Concílio Vaticano II foi um evento sem precedentes na história da Igreja por ser ecumênico e pastoral, uma expressão sublime da catolicidade da Igreja. Com o concílio a Igreja inaugurou um novo período de sua história mudando profundamente a compreensão sobre si mesma e sua relação com o mundo. De fato, a implementação do espírito conciliar ainda é uma tarefa por ser realizada na Igreja. É importante compreender, também, que as conclusões do Concílio não foram uma inspiração repentina dos padres, mas a expressão de vários movimentos e experiências eclesiais que estavam florescendo em várias partes do mundo.

Apresentar os processos desencadeados pelo Concílio Vaticano II no que se refere à paróquia, especialmente na latino-américa é a intenção dessa parte do capítulo. Entender a paróquia no contexto do concílio e na tradição eclesial latino-americana ajudará no esforço que persiste de reconfigurar a paróquia. Também tratar do magnífico valor acrescentado à Igreja do continente a experiência das CEBs, que inspiraram um novo jeito de ser Igreja, buscando se aproximar de seus valores e limites.

¹²² Fernando Torres-Londoño, *Paróquia e comunidade no Brasil, perspectiva histórica* (São Paulo: Paulus, 1997), 17.

3.1 A paróquia na renovação do Vaticano II

O Concílio Vaticano II foi o grande giro eclesiológico que supera esse largo desenvolvimento conceitual que a paróquia teve na história da Igreja. É importante ressaltar que concílio tem movimentos que o antecederam e ajudaram a atingir os resultados que teve, como os movimentos litúrgico, bíblico, patrístico, teológico, ecumênico e dos padres operários. Em sua eclesiologia, o Concílio resgata o sentido da Igreja Local e entende a paróquia como célula eclesial - “a paróquia dá-nos um exemplo claro de apostolado comunitário porque congrega numa unidade toda a diversidade humana que aí se encontra e a insere na universalidade da Igreja”¹²³. De fato, essa concepção da paróquia como uma célula só poderá ser entendida na perspectiva da Igreja Local ou Particular, conceito basilar na eclesiologia do Concílio Vaticano II.

Muitos movimentos antes do Concílio já procuravam enfrentar a constatação de que a paróquia já não respondia aos desafios da cidade. Foram muitos intentos e experiências eclesiais, pena que a maioria partindo do princípio de resgatar a paróquia e enfraquecer ou absorver a cidade, “mas buscavam a solução em um mito: tentavam voltar a fazer da paróquia uma comunidade total, restabelecer a aldeia em sua paróquia, implantar a Igreja local em sua paróquia”¹²⁴.

Padre *Comblin* a partir da perspectiva da incompatibilidade do modelo da paróquia, pensada para o meio rural, com a realidade urbana, cada vez mais complexa nas cidades, aponta muitas críticas. Diz não existir eficácia nas ações da paróquia completa, como ele a chama, que compete com aquilo que é próprio da sociedade, tentando reproduzir numa sociedade menor, que é a paróquia:

O público da paróquia (pois convém falar de um público), encontra à sua disposição todos órgãos e instituições de vida social: escolas, serviços médicos, serviços sociais, espetáculos e diversão, festas, desportos, organizações juvenis, casas de férias, turismo e viagens. O número dessas instituições aumenta sempre, posto que o estilo de vida urbana cria sempre novas necessidades e deve-se responder à pressão que criam as instituições urbanas¹²⁵.

¹²³ Concílio Vaticano II, “Apostolicam Actuositatem, 10” *Acta Apostolicae Sedis* vol. 58, nº1 (1966) 837. Daqui em diante deve ser citado com AA e seu respectivo número.

¹²⁴ Comblin, *Teologia da cidade*, 225.

¹²⁵ Comblin, *Teologia da cidade*, 226.

Esse modelo de paróquia completa, baseado nas obras, que tenta criar uma sociedade dentro da cidade se multiplicou em muitas partes, realizando em alguns lugares obras que merecem reconhecimento, ainda mais pelo empenho de recursos dos mais pobres, mas sua real eficácia e penetração é muito pequena.

Não temos por que estranhar que a paróquia tenha tão pouca irradiação na vida urbana, que passe, de fato, inadvertida: é inofensiva. A força real da paróquia é inferior inclusive ao que se poderia esperar do número de pessoas que a frequentam. Na realidade é tão pouco eficaz como uma colônia estrangeira em grande metrópole¹²⁶.

Na esteira da renovação conciliar apareceram vários movimentos, uns à margem das paróquias, outros dentro delas, mas todos com a insatisfação de que o alcance das iniciativas da paróquia é insuficiente em relação ao grande terreno de sua missão na cidade. Entre esses movimentos estão a Ação Católica Operária, movimentos de juventude, movimento litúrgico, movimento ecumênico, movimento bíblico e o dos padres operários. Mesmo com essa ebulição criativa as paróquias, nesse contexto, representavam mais um obstáculo do que um motor para impulsar essas novidades.

A pastoral é a expressão de um modelo de Igreja, nos anos anteriores ao concílio já floresciam em muitas partes do mundo as perguntas sobre a real identidade da Igreja, e de como ela deve concretizar-se no mundo. O lugar próprio dessas experiências foi sempre a paróquia, estrutura eclesial mais comum e próxima dos batizados. Contudo, muitos têm se preocupado em refletir sobre essa realidade da possibilidade de reconfigurar a paróquia ou mesmo de extingui-la.

O período pós-conciliar foi riquíssimo de experiências de desenvolvimento da nova eclesiologia nas paróquias, especialmente na Europa e na América Latina. Em nosso continente as conferências de Medellín e Puebla foram muito importantes na reflexão de como aplicar o concílio à realidade da paróquia. E é justamente na busca de aplicar a nova eclesiologia do concílio que se começou a perceber que a paróquia, como estava, não permitia aplicar essa eclesiologia, como sentença Medellín: “Entre os sinais negativos figuram os seguintes...Inadequação da estrutura tradicional em muitas paróquias para proporcionar uma vivência comunitária” (DM 15,4). A identidade jurídica da paróquia se cristalizou na

¹²⁶ Comblin, *Teologia da cidade*, 226.

eclesiologia anterior, a partir dos conceitos de Igreja como sociedade perfeita, corpo místico e hierárquica de uma forma que o impulso renovador do concílio parece não penetrar sua estrutura. Nesse sentido Puebla denuncia alguns desses obstáculos:

Subsistem ainda atitudes que obstaculizam este dinamismo da renovação: primazia do administrativo sobre o pastoral, rotina, falta de preparação aos sacramentos, autoritarismo de alguns sacerdotes e fechamento da paróquia em si mesma” (DP 633).

Apesar das constatações desses obstáculos, nem tudo foi negativo, houve uma primavera eclesial, especialmente, pela multiplicação das CEBs, pequenas comunidades comprometidas com o Reino de Deus, que lutam pela libertação integral da pessoa.

Muitas paróquias estão vivendo e construindo novas experiências, mas é necessário um novo conceito de organização, em vista da missão e não da estrutura, para a reconfiguração da paróquia.

Hoje em dia, tanto na América como em outras partes do mundo, a paróquia atravessa por vezes algumas dificuldades no desempenho da própria missão. Ela precisa de uma contínua renovação a partir do princípio fundamental de que «a paróquia deve continuar a ser acima de tudo comunidade eucarística» (EA 41).

O *Sínodo para a América* também refletiu sobre a necessidade da renovação para a paróquia, acentuando o desafio sobre novas estruturas pastorais para as grandes cidades e renovação no estilo de pastoreio.

A assembleia dos bispos do Brasil no ano de 2013 dedicou um extenso trabalho de reflexão sobre a paróquia. Esse estudo partiu de duas frentes, um dos teólogos e pastoralistas que assessoram a conferência e, outra, de uma ampla consulta a todas Igrejas Locais. Desse processo nasceu um primeiro texto de estudo que foi devolvido às dioceses, até que foi aprovado o documento final número 100, Comunidade de comunidades. Nele estão presentes as interrogantes atuais que procuram responder os rumos que devem tomar as paróquias no Brasil, as questões que norteiam este texto são:

Qual a situação das paróquias hoje? Quais são as causas de certo esfriamento na comunidade cristã? O que é preciso perceber para que ocorra uma mudança? Que aspectos merecem de revisão urgente? O que é possível propor e assumir na pluralidade da realidade brasileira?

As perguntas do documento já em sua introdução, sem que no texto se faça um exaustivo diagnóstico, indicam que é ponto pacífico que a paróquia como está não responde mais a sua missão.

Os bispos do Brasil no documento 100 louvam que em muitas paróquias florescem iniciativas que comprometem e formam comunidades (N.º30), mas também constataam:

Paróquias que não assumiram a renovação proposta pelo Concílio Vaticano II e se limitam a realizar suas atividades principais no atendimento sacramental e nas devoções. Falta-lhes um plano pastoral sintonizado com um plano diocesano, e sua evangelização se reduz à catequese de crianças, restrita à instrução da fé, sem os processos de uma autêntica iniciação cristã. Nelas, a administração e a responsabilidade da comunidade concentram-se, exclusivamente no pároco¹²⁷.

O Concílio Vaticano II foi uma primavera colorida na vida da Igreja, especialmente na Igreja latino-americana, que se preocupou de acolher de maneira criativa com as conferências do episcopado as inovações e o espírito conciliar. Já existia em muitas comunidades no mundo inteiro um grande anseio por renovação. Em muitas partes do mundo, em caráter experimental e até clandestino, haviam nascido experiências inspiradas nos movimentos bíblico, litúrgico, teológico e ecumênico, bem como, experiências como da Ação Católica e dos Padres Operários.

Muitos esforços vinham sendo empreendidos para acolher na dinâmica da vida paroquial a eclesiologia do Concílio Vaticano II. A paróquia foi reconhecida como sujeito unitário de ação eclesial, uma vez que, “ao redor dela, os fiéis, unidos entre si como membros de um só corpo, realizam uma ação que é do todo e não apenas de alguma das suas partes”¹²⁸. O concílio propôs assim a superação da paróquia de obras para uma paróquia missionária.

Os documentos conciliares não trataram objetivamente, mas a reconhecem com base elementar da Igreja Local. E é nesse aspecto a grande contribuição do concílio, resgatar a teologia da Igreja particular ou local, que havia se esvaziado no passado, especialmente pelo centralismo, promovidos desde os concílios de Trento

¹²⁷ CNBB, *Comunidade de comunidades*, 29.

¹²⁸ Andrade, *Reinventar a Paróquia? Sonhar em tempos de incertezas*, 27.

e Vaticano I, tornando as dioceses uma espécie de filial da sede romana e os bispos auxiliares do Papa.

O Concílio abre o caminho para repensar a paróquia a partir da eclesiologia do Povo de Deus, da Igreja como sacramento de salvação, Igreja comunhão. É um horizonte mais pastoral e de possibilidades, que de caráter normativo e jurídico como foi Trento.

As principais propostas pastorais são a paróquia litúrgica; a paróquia missionária; a paróquia substitutiva; a paróquia instância de condensação da pastoral de conjunto, certamente, do ponto de vista estrutural, a mais rica e orgânica, uma vez que contempla elementos-chave da edificação e do edifício eclesiais: a iniciação cristã, o catecumenato, a existência de comunidades menores, a necessidade de planejamento, a importância do trabalho em grupo, a identificação das zonas humanas transcendendo os limites territoriais paroquiais, a indispensabilidade do recurso a pesquisas sociológicas e, casadas com elas, a reflexão teológica, a fim de que, deste fecundo esponsalício, possam vir à luz *insights* e pistas para a ação da Igreja¹²⁹.

A perspectiva aberta para as paróquias com eclesiologia do Concílio Vaticano II projeta a evolução da paróquia, superando aspectos, que na sua realização urbana se mostraram obstáculo. Um desses horizontes é a superação do conceito de territorialidade firmando mais a compreensão do grupo humano, da comunidade. A Igreja coloca na sua base fundamental as pequenas comunidades. A Igreja é comunidade, e a paróquia deve ser comunidade de comunidades.

Pela eclesiologia do Concílio Vaticano II só pode ser entendida com estrutura a serviço da Igreja particular. Assim se relativiza a centralidade da paróquia como estrutura, devolvendo seu lugar próprio no conjunto eclesial. Outro aspecto importante foi bem desenvolvido pelas conferências do episcopado da América Latina ao refletir sobre a comunidade, como estrutura elementar da Igreja. Medellín reconhece as CEBs, e diz que comunidade é pequena tendo tamanho humano. Puebla dizendo que o modelo de relação dessas pequenas comunidades é o de comunhão e participação, e que essas pequenas comunidades transformam a paróquia em comunidade de comunidades foi o que projetou Santo Domingo. E entre as contribuições de Aparecida que reforçam esses valores das pequenas comunidades na tradição eclesial latino-americana e da eclesiologia conciliar,

¹²⁹ Almeida, *Paróquia, comunidade e pastoral urbana*, 137.

refletindo sobre o agente transformador da comunidade, a categoria do discípulo missionário.

3.2. A paróquia na tradição eclesial latino-americana

Ao pensar na trajetória das paróquias na história da Igreja não podemos imaginar um processo homogêneo, especialmente no novo continente americano, colonizado e submetido aos impérios europeus. Muitas das mudanças que passavam na Europa não chegavam com a mesma força e ao mesmo tempo na América Latina. O Concílio de Trento, que coincide com o período das grandes investidas europeias sobre os povos originários do continente, só vai ter ressonâncias na América Latina, muitos anos mais tarde. A Igreja em nosso continente estava mais ligada às coroas portuguesa e espanhola, regida pelo sistema do padroado.

Os processos de independência e criação das repúblicas nos países do continente foram movimentos que influenciaram avanços na vida da Igreja. Contudo, o catolicismo da América Latina sempre conviveu com essas características heterogêneas. Marcadas de um lado pela Igreja oficial, num primeiro momento submetida ao poder do imperador, em contraste com os religiosos vindos delegados diretos da Igreja de Roma, e num segundo momento a Igreja oficial ligada a Roma em disputa com os resquícios da igreja popular nascida do catolicismo marginal, órfão do padroado e do trabalho dos religiosos expulsos em muitos países do continente.

No Brasil a paróquia nunca teve a fisionomia da paróquia europeia, aqui as paróquias sempre abrangeram extensos territórios, estando com sua sede na cidade, a presença rural era a das capelas e oratórios. Esse fato, contudo, não diferencia as paróquias do Brasil da mentalidade e modelo rural que as paróquias têm, “embora falemos de paróquia urbana no Brasil, a mentalidade sempre foi rural. Até hoje, se bem que a maioria da população resida em cidades, a mentalidade paroquial vigente é rural”.¹³⁰

¹³⁰ Pedro F. Bassini, Para onde vai a paróquia, *Vida Pastoral*, janeiro-fevereiro (2007), <http://www.vidapastoral.com.br/artigos/temas-pastorais/para-onde-vai-a-paroquia/>, consultado 14 de novembro de 2018.

O impulso renovador sancionado pelo Concílio Vaticano II ajudou a avançar as experiências iniciadas antes, e outras novas vão aparecer. São processos plurais, diversos e heterogêneos que vão coexistir em muitas realidades eclesiais.

Em síntese, é razoável afirmar-se que o Vaticano II aponta para a superação dos modelos paroquiais voltados para a implementação de obras assistenciais e promove a pastoral evangelizadora, de horizontes abertos, capaz de impulsionar uma ação capilar com capacidade de atingir os novos espaços socioculturais abertos, em nossos dias, presença cristã. Em resumo, passa-se da “paróquia de obras” à “paróquia missionária”¹³¹.

A abertura possibilitada pelo Concílio Vaticano II trouxe para o âmbito das paróquias muitas mudanças. Na América Latina a conferência de *Medellín* marca a recepção criativa dos documentos conciliares, que repercutiram diretamente nas paróquias. O pós-concílio foi um tempo de efervescência, de muita criatividade superando o curso anterior, que era de uniformização e da grande disciplina, seguindo a igreja de Roma.

Na América Latina a Igreja conseguiu redefinir seu lugar no mundo desde a perspectiva do pobre. Se no concílio, que abrange a Igreja no mundo a busca foi de definir a Igreja no mundo moderno, na América Latina as conferências avançaram nesse sentido definindo o lugar da Igreja junto aos pobres. Essa definição está estritamente ligada a consciência da Igreja como Povo de Deus, eclesiologia do Concílio Vaticano II, que aqui foi assumida integralmente.

Também, aqui na América Latina, como em nenhum outro lugar a Palavra de Deus ganhou tanta relevância. Os círculos bíblicos, o método de leitura popular da bíblia, a espiritualidade e liturgia das pequenas comunidades devolveram a centralidade da Palavra a vida das comunidades. Consequência direta disso é o aumento da consciência dos direitos humanos, pela identificação o povo da bíblia, entende-se que a luta por direitos é uma luta que Deus faz ao lado de seu povo, esses processos foram muito sentidos nas paróquias, mais especialmente nas CEBs.

As paróquias em nosso continente também tiveram várias experiências de diálogo ecumênico, muitas atitudes práticas desde as bases das comunidades, ecumenismo de fato nas lutas e na vida do povo. Todas essas coisas mostram o

¹³¹ Andrade, *Reinventar a Paróquia? Sonhar em tempos de incertezas*, 28.

quanto o Concílio impactou na vida das paróquias, que muitas paróquias assumiram o *aggiornamento* convocado pelo Papa João XXIII.

Os anos posteriores ao concílio foram de muito desenvolvimento, experiências e avanços na Igreja do continente. Colaboraram nesse processo as conferências do episcopado como acolhida criativa do concílio. Já em *Medellín* se tratou de renovar a paróquia, o caminho apontado foi o das bases, reconhecendo a força das CEBs. Nessa perspectiva a paróquia passaria a ser a estrutura pastoral unificadora das comunidades, “A paróquia tem de descentralizar sua Pastoral no tocante a lugares, funções e pessoas, justamente para ‘congregar num todo as diversas diferenças humanas que encontra e inseri-las na universalidade da Igreja” (*DM 15,13*).

Em Puebla a imagem da paróquia é de um centro que articula as ações que não estão ao alcance das CEBs, “se assume uma série de serviços que não estão ao alcance das comunidades menores, sobretudo em nível missionário e na promoção da dignidade da pessoa humana” (*DP 644*). É um conceito mais próximo da rede de comunidades, onde a estrutura central é de animação e apoio as CEBs. A paróquia é apresentada como lugar de encontro, partilha e fraternidade entre as comunidades. Assim a paróquia é o elo de eclesialidade das comunidades entre si.

Mesmo com o desenvolvimento pastoral no continente e o suporte teológico pastoral das conferências Santo Domingo reconheceu que “que seu processo de renovação é lento em seus agentes de pastoral e na participação dos fiéis leigos” (*SD 58*). Mas o caminho de promover a renovação da paróquia a partir do surgimento das CEBs foi reafirmado, enfatizando a importância da participação dos leigos e do dinamismo missionário. O modelo de paróquia defendido é da paróquia como comunidade de comunidades e movimentos.

Aparecida é o impulso mais recente a ressoar no continente na missão de atualizar a paróquia. As categorias desenvolvidas na V Conferência de Aparecida sinalizam o caminho que se espera para a paróquia, a conversão pastoral, os discípulos missionários, a comunidade de comunidades e a missão permanentes são elementos objetivos desse processo. O Magistério do Papa Francisco e o documento 100 da CNBB, somam-se a Aparecida para indicar a paróquia o imperativo de reconfigurar-se em chave missionária.

3.3. Valores e limites da trajetória das CEBs

As comunidades eclesiais de base são um fruto da Igreja em nosso continente na busca de aplicar o Evangelho em todas as dimensões da vida. As CEBs nasceram num contexto muito particular do continente: a extrema pobreza da grande maioria da população, contrastando com a escandalosa riqueza de uns poucos. Vivia-se o auge dos avanços modernistas, e o mundo era dividido entre norte (rico) e sul (abaixo da linha da pobreza), mas ainda se sustentavam as teorias ideológicas de que progressivamente a modernidade, como seus avanços científicos e tecnológicos, iria acabar com a pobreza, coisa que na prática se mostrou justamente o contrário.

No contexto político o mundo vivia o período da guerra fria e no continente a proliferação de ditaduras militares, como “política preventiva ao comunismo”, depois da revolução cubana de 1959. O Contexto religioso é marcado por movimentos que vão irromper no Concílio Vaticano II, ajudando a compreender que esse momento tão paradigmático na vida Igreja foi gestado desde as bases da Igreja, as comunidades. Por isso, “devido ao contexto específico da sociedade brasileira, que vivia sob o regime de exceção, com cerceamento dos direitos civis, as CEBs se tornaram uma plataforma válida e eficiente para as mudanças sociais”¹³².

Como as CEBs nascem desde a base elas foram ganhando corpo pouco a pouco na Igreja. No documento de Puebla atribui-se a origem das CEBs à história de evangelização e os esforços do Povo de Deus nesse continente.

Aí estão a generosidade e o sacrifício evangélico de muitos cristãos, em que, por sua abnegação e oração, a mulher teve papel essencial. Aí está a criatividade na pedagogia da fé – a vasta rede de recursos que conjugava todas as artes, desde a música, o canto e a dança, até a arquitetura, a pintura e o teatro. Toda essa capacidade pastoral está associada a um momento de grande reflexão teológica (DP 9).

Como fruto de lutas, resistências, martírio e esperança as CEBs vão sendo gestadas na Igreja do nosso continente, como um novo jeito de ser Igreja. Que não

¹³² Nelito Nonato Dornelas, “A identidade das CEBs”, *Vida Pastoral*, maio-junho (2006), <http://www.vidapastoral.com.br/artigos/eclesiologia/a-identidade-das-cebs/>, consultado em 20 de novembro de 2018.

só se preocupa de cuidar dos que sofrem, mas busca enfrentar as causas do sofrimento.

É comunidade de fé, esperança e caridade; celebra a Palavra de Deus e se nutre da eucaristia, ponto culminante de todos os sacramentos; realiza a palavra de Deus na vida, através da solidariedade e compromisso como o mandamento novo do Senhor, e torna presente e atuante a missão eclesial e a comunhão visível com os legítimos pastores, por intermédio do ministério de coordenadores aprovados (*DP* 641).

As CEBs têm uma inspiração nas primeiras comunidades cristãs e têm uma opção fundamental pelo empobrecido, entende que a caminhada de fé integra a busca da salvação com a libertação integral das pessoas. A expansão de comunidades de base se deu, normalmente, nas periferias onde a paróquia territorial não chega, e provocou uma renovação eclesial. As CEBs que até Medellín ainda eram uma novidade pouco sistematizada, agora “amadureceram e multiplicaram-se sobretudo em alguns países. Em comunhão com os seus bispos e como o pedia Medellín, converteram-se em centros de evangelização e em motores de libertação e desenvolvimento” (*DP* 96). Ao longo dos anos se reconhece a validade e os frutos da CEBs na vida da Igreja do continente. Contudo nos últimos anos constata-se um enfraquecimento, e uma quase marginalização dessa experiência eclesial em algumas Igrejas particulares.

As comunidades eclesiais de base são uma experiência que acumulou muitos valores e tem muito a contribuir com a Igreja, “as CEBs, fruto da eclesiologia do Vaticano II e nascidas especificamente para atualizar a Igreja e adaptá-la ao mundo atual”.¹³³ Falta um reconhecimento no ordenamento jurídico da Igreja sobre o lugar próprio das comunidades de base no conjunto da Igreja local, sua relação com a paróquia ou com a pastoral urbana, mas é certo que as CEBs podem ser uma valiosa força na reconfiguração da paróquia.

A caminhada das CEBs na América Latina viveu um grande apogeu, espalhando-se pelos rincões do continente, normalmente onde a Igreja institucional, não chegava. Mas também onde as CEBs se desenvolveram no âmbito das paróquias e dioceses deu novas feições as Igrejas locais, “hoje, passada a euforia inicial e tomando a devida distância, podemos constatar que as CEBs estão na raiz de vários movimentos sociais e têm contribuído para a formação de muitas

¹³³ Ibid.

lideranças no campo social e político”¹³⁴. Mesmo com uma certa marginalização das CEBs pela Igreja, elas continuam a formar cristãos adultos na fé, que dão testemunho no mundo como discípulos missionários de Jesus.

No cenário atual da fé, diferente do que muitos projetaram como o fim da religião, há uma sede pelo sagrado. Nesse contexto as CEBs aparecem como uma resposta sólida a busca de sentido das pessoas do nosso tempo.

As CEBs não só aproveitam desse fator religioso para se animarem, fazerem uma experiência religiosa de qualidade, mais profunda e mais próxima desse mundo de Deus — o que lhes dá mais força e credibilidade — como também tomam consciência de que a força encontrada nessa experiência religiosa anima a vida comunitária.¹³⁵

As CEBs constituíram um sólido itinerário de formação cristã baseado na experiência de comunidade, centrado na Palavra de Deus e na missão no mundo, em vista da Esperança do Reino de Deus. Apesar das tantas resistências que as CEBs enfrentam no âmbito da Igreja e da sociedade, existem milhares de comunidades espalhadas nos países do continente, e até outros continentes, que seguem assumindo o ideal comunitário dos discípulos missionários de Jesus. Exemplo disso são os Intereclesiais, que revelam uma pequena fração da caminhada capilar das CEBs na Igreja do Brasil, “as CEBs estão mais vivas do que nunca e prontas para encarar inúmeros desafios, sem deixar cair a profecia, num mundo em que cresce o individualismo, o fundamentalismo religioso, o racismo e inúmeras práticas de violência”.¹³⁶

¹³⁴ Ibid.

¹³⁵ Ibid.

¹³⁶ Emerson Sbardelotti, “A espiritualidade das CEBs no mundo urbano”, *Vida Pastoral*, Novembro-Dezembro (2017), <http://www.vidapastoral.com.br/edicao/a-espiritualidade-das-cebs-no-mundo-urbano/>, consultado dia 20 de novembro de 2018.

CAPÍTULO III

A PARÓQUIA COMO REDE DE PEQUENAS COMUNIDADES

A reconfiguração da paróquia é um imperativo que emerge da essência da Igreja, que é evangelizar, ser missionária, casa da iniciação cristã e da misericórdia. Assumir esse desafio não é uma simples reforma ou reorganização estrutural, que considera aspectos exteriores, a reconfiguração da paróquia é uma expressão da conversão pastoral. No presente capítulo trataremos desse processo de reconfiguração da paróquia a partir do encontro com Jesus Cristo, da Igreja como lugar onde se vive e se comunica a fé, do imperativo de recuperar a Igreja como CEBs missionárias.

A intuição do Concílio Vaticano II, de volta às fontes, é uma chave importante para atualizar a configuração eclesial nos tempos que vivemos. A Igreja se concretiza em comunidades eclesiais de base, daí a necessidade de enfrentar as estruturas massificantes, a pastoral impessoal e de conservação, a prática religiosa que não vincula nem compromete. Vencer a autorreferencialidade, buscar a conversão pastoral e uma pastoral em conversão, são os caminhos para Igreja realizar sua missão no mundo, na perspectiva do reinado de Deus.

1. O encontro com Jesus Cristo como fator fundante da comunidade eclesial

Aparecida desenvolveu a categoria do discípulo missionário como o sujeito que dinamiza a Igreja em permanente estado de missão. O discípulo missionário nasce do encontro com Jesus Cristo e é desse encontro que nasce a comunidade eclesial, como acontecimento transformador na vida de cada pessoa e vinculante ao projeto de Jesus na comunidade. Assim o encontro é um acontecimento tão marcante e profundo que congrega simultaneamente o seguimento de Jesus, à vinculação com o projeto do Reino de Deus. Essas dimensões do encontro com Jesus não são etapas sucessivas, mas faces de um único acontecimento que se aprofunda e amplia na vida na Igreja.

Criar CEBs que promovam a cultura do encontro, que é sempre mediado, é o caminho para alavancar a evangelização. As pequenas comunidades que vivem e proporcionam esse processo de iniciação cristã assumem a identidade missionária da Igreja. Esse movimento ajudará na reconfiguração da paróquia e a conversão pastoral, espiritualidade e missão são integradas na vida do discípulo missionário, que ao encontrar Jesus Cristo, não tem outra resposta senão segui-lo, lutando pela construção do Reino, na comunidade eclesial.

1.1. O encontro com Jesus Cristo como seguimento do Mestre

A força transformadora do encontro com Jesus testemunhada na Sagrada Escritura e na vida de tantos cristãos, ao longo da história da Igreja, mostra que o compromisso e o seguimento do Mestre são simultâneos ao encontro. É profundamente inserido na “realidade social concreta, o discípulo tem a experiência do encontro com Jesus Cristo vivo, amadurece sua vocação cristã, descobre a riqueza e a graça de ser missionário e anuncia a Palavra com alegria” (Dap 167).

O encontro já é o seguimento, assim a dinâmica do discipulado conjuga a identidade expressa no documento de Aparecida de discípulos missionários de Jesus, “os discípulos o fazem em silêncio, um silêncio carregado de sentido porque seu seguimento é já uma adesão de fé e uma aceitação das consequências que o seguimento implica”¹³⁷. Ao encontrar o Senhor a pessoa é questionada como os discípulos de João Batista, sobre a firmeza da sua adesão: que procurais? (Jo 1,38). O encontro gera uma nova vida, o “discipulado na comunidade vivencial com o Mestre significa seguimento de Jesus, despojamento *Kénose*”¹³⁸. Encontro e compromisso estão unidas na resposta que o Senhor exige dos discípulos missionários.

Não basta segui-lo, porque existem adesões que não são confiáveis (cf. Jo 2,3-35) e outras que se quebram diante das primeiras exigências do discipulado (cf. Lc 9,61; 18,18-23). A questão de Jesus se dirige a todos os que pretendem segui-lo qualquer que seja a época que pertençam¹³⁹.

¹³⁷ Gustavo Gutiérrez, *La espiritualidad de la liberación, escritos esenciales* (Santander: Sal Terrae, 2013), 63.

¹³⁸ POM, *Instrumento de trabalho, Como Pai me enviou, assim eu vos envio, 3º Congresso Missionário Nacional* (Brasília: POM, 2012), 45.

¹³⁹ Gustavo, *La espiritualidad de la liberación, escritos esenciales*, 63.

O lugar próprio do encontro com Jesus é a comunidade, e é em comunidade que se vive o seguimento. Na experiência cristã não há uma escala de etapas sucessivas – encontro, compromisso, seguimento – mas esses acontecimentos são realidades de um só evento, o encontro transformador com o Mestre Jesus, “o importante é criar comunidades com pessoas que se integrem para melhor viver a fé cristã”¹⁴⁰.

O Papa Bento XVI iluminou: “ao início do ser cristão, não há uma decisão ética ou uma grande ideia, mas o encontro com um acontecimento, com uma Pessoa que dá à vida um novo horizonte” (DC 1). Do encontro com Jesus Cristo nasce o discípulo missionário. Esse evento insere a pessoa na comunidade eclesial como espaço de comunhão das pessoas que permanecem em Jesus, pelo Espírito Santo. É Deus quem toma a iniciativa “encontrar ao Senhor é antes de tudo ser encontrado por Ele: “Não foram vocês que me elegeram senão eu que os elegi para irem e darem fruto” (Jo 15,16). Nesse encontro descobrimos onde vive o Senhor e qual é a missão que nos confia”¹⁴¹.

O termo encontro nesse sentido vai carregado de significado. Nas Sagradas Escrituras os encontros de Jesus são transformadores, afetam profundamente a pessoa, apresentam novo sentido para vida, “o que inicialmente se originou por um encontro pessoal, gerou um movimento de conversão, e esse por sua vez, deu lugar a um movimento mais íntimo: o discipulado”¹⁴². Em sua proposta de itinerário espiritual, Gutierrez descreve esse caminho na vida do povo: “Encontro com Cristo, vida no Espírito, caminho até o Pai, são, nos parece, as dimensões de todo caminho espiritual segundo as Escrituras”¹⁴³.

O discípulo missionário é o agente transformador da comunidade, é através da comunidade dos discípulos missionários que se promove a conversão pastoral e a urgente reconfiguração da paróquia.

¹⁴⁰ CNBB. *Paróquia comunidade de comunidades*, 253.

¹⁴¹ Gutiérrez, *La espiritualidad de la liberación, escritos esenciales*, 61.

¹⁴² Augusto H. Ríos Rocha. *Discipulado misionero juvenil, criterios y líneas de orientación* (Bogotá: CELAM, 2013), 171.

¹⁴³ Gustavo Gutiérrez, *Beber en propio pozo, en el itinerario espiritual de un pueblo* (Lima: Centro de Estudios y Publicaciones, 1983), 49.

Trata-se de confirmar, renovar e revitalizar a novidade do Evangelho arraigada em nossa história, a partir de um encontro pessoal e comunitário com Jesus Cristo, que desperte discípulos e missionários. Isso não depende tanto de grandes programas e estruturas, mas de homens e mulheres novos que encarnem essa tradição e novidade, como discípulos de Jesus Cristo e missionários de seu Reino, protagonistas de uma vida nova para uma América Latina que deseja reconhecer-se com a luz e a força do Espírito (*DAp* 11).

A possibilidade do encontro com Jesus considera a realidade complexa dos homens e mulheres do nosso tempo, sua autonomia, gratuidade, pluralidade e subjetividade. Nesse contexto plural e, tantas vezes, desafiador, sabemos que a iniciativa do encontro é divina, Deus toma a iniciativa, Ele permite que possamos encontrá-lo. Por isso, o encontro com Jesus é um ato de liberdade, de Cristo e da pessoa que o encontra. Esse encontro gera consequências na vida da pessoa, uma relação, que na linguagem teológica chamamos espiritualidade, “a fé que nasce do encontro pessoal com Cristo, exige a decisão de estar com ele, estar com o Senhor, para viver com ele”¹⁴⁴. É uma força que nasce do encontro impulsiona a vida, “a espiritualidade é um caminhar em liberdade segundo o Espírito de amor e de vida. Esse andar tem seu ponto de partida em um encontro com o Senhor”¹⁴⁵.

O discípulo missionário categoria tão bem desenvolvida em Aparecida encarna a realidade das dimensões dos frutos do encontro com Jesus. Seguimento é a dimensão que revela a dinâmica e progresso da experiência do encontro, “discipulado é criar vínculos, criar laços, laços afetivos interpessoais”¹⁴⁶. A comunidade é lugar do amadurecimento da experiência do encontro e do seguimento, por isso, “requerem que a Igreja particular se renove constantemente em sua vida e ardor missionário. Só assim pode ser, para todos os batizados, casa e escola de comunhão, de participação e solidariedade” (*DAp* 167).

Papa Francisco fala de evangelizadores com espírito como outra dimensão da pessoa transformada pelo encontro com Jesus, que reconhece a presença de Cristo nos irmãos e irmãs, nos outros povos e daí compromete-se com a missão.

O entusiasmo na evangelização funda-se nesta convicção. Temos à disposição um tesouro de vida e de amor que não pode enganar, a

¹⁴⁴ CNBB, *Diretrizes gerais da ação evangelizadora da Igreja no Brasil, 2015-2019* (Brasília: Edições CNBB, 2015), 10.

¹⁴⁵ Gutiérrez, *Beber en propio pozo*. 49.

¹⁴⁶ Rocha, *Discipulado missionário juvenil*, 172.

mensagem que não pode manipular nem desiludir. É uma resposta que desce ao mais fundo do ser humano e pode sustentá-lo e elevá-lo (EG 265).

1.2. O encontro como vinculação à sua obra, o Reino de Deus

O encontro com Jesus não é um acontecimento isolado e sem consequências, mas um evento eclesial com desdobramentos concretos. O encontro é seguimento e compromisso com o projeto do Reino de Deus. Encontrar Jesus é acolher a proposta do seu Reino, não é uma experiência pessoal, guardada para si, para um desenvolvimento ou realização individual. O encontro projeta o discípulo missionário a “entrar ao Reino, a vida definitiva, a vida eterna, supõe que o discípulo tenha seguido os passos do mestre no serviço a todos em especial aos mais necessitados”¹⁴⁷.

O fruto imediato e concreto do encontro com o Senhor é uma vinculação a um grupo, uma comunidade, a Igreja, um compromisso com um projeto, o Reino de Deus. Assim, encontro, seguimento e compromisso são faces de um único acontecimento, “ser um seguidor de Jesus requer caminhar e comprometer-se com o povo pobre; aí se dá um encontro com o Senhor que se revela e se oculta, ao mesmo tempo, no rosto do pobre”¹⁴⁸.

Jesus anuncia o Evangelho, e ao mesmo tempo, é o Evangelho. Assim encontrar e seguir Jesus significa comprometer-se com o Reino de Deus, já que Jesus não anuncia a si mesmo, mas o Reino. Ao encontrar o Senhor a pessoa se vincula a seu projeto:

Quando cresce a consciência de pertença a Cristo, em razão da gratuidade e alegria que produz, cresce também o ímpeto de comunicar a todos o dom desse encontro. A missão não se limita a um programa ou projeto, senão que é partilhar a experiência do acontecimento do encontro com Cristo, testemunhá-lo e anunciá-lo de pessoa a pessoa, de comunidade a comunidade, e da Igreja a todos os confins do mundo (At 1,8) (Dap 145).

As opções de Jesus orientam as opções dos discípulos, atualizar a prática de Jesus aos desafios de hoje é a missão da comunidade. Mudam os cenários, mas

¹⁴⁷ Gutiérrez, *La espiritualidad de la liberación, escritos esenciales*, 193.

¹⁴⁸ Gutiérrez, *Beber en propio pozo*, 53.

permanecem os valores do Evangelho. O testemunho é a característica mais forte dos seguidores de Jesus, “por isso mesmo, o discípulo missionário há de ser um homem ou uma mulher que faz visível o amor misericordioso do Pai, especialmente aos pobres e pecadores” (*DAp* 147).

A autêntica espiritualidade cristã, que nasce do encontro com Jesus e é vivida no seio da comunidade eclesial, forma o discípulo missionário. O Encontro com Jesus é um acontecimento que gera uma nova relação da pessoa com Deus, a espiritualidade, e “na raiz de toda espiritualidade há uma experiência determinada, feita por pessoas concretas, vivendo um tempo preciso. Experiência simultaneamente própria e comunicável aos outros”¹⁴⁹.

O encontro se dá no seguimento de Jesus, seguir Jesus é encontrá-lo, também encontrar-se com Ele já implica comprometer-se, “o encontro com o Senhor não fica com os discípulos, a própria natureza desse acontecimento leva a sua comunicação, ao testemunho”¹⁵⁰. É um caminho dinâmico que conjuga seguimento-encontro-testemunho, não é um processo em etapas, mas um acontecimento simultâneo e paradigmático que transforma a vida da pessoa.

A comunidade é o lugar onde se faz a experiência do encontro com Jesus Cristo, é na comunidade que o discípulo missionário vai aprofundar a experiência do encontro e é com a comunidade que vai testemunhar sua experiência de fé, como missionário. A comunidade é nutrida pela vida dos discípulos missionários, que constantemente, renovam e aprofundam a experiência, também “hoje o encontro dos discípulos com Jesus na intimidade é indispensável para alimentar a vida comunitária e a atividade missionária” (*DAp* 154).

A experiência de encontro com Jesus necessariamente vincula a sua obra, a pessoa que se encontra com o Senhor torna-se seu seguidor, se compromete com o projeto do Reino de Deus.

Por isso, tanto o anúncio como a experiência cristã tendem a provocar consequências sociais. Procuremos o seu Reino: «Procurai primeiro o Reino de Deus e a sua justiça, e tudo o mais se vos dará por acréscimo» (Mt 6, 33). O projeto de Jesus é instaurar o Reino de seu Pai; por isso, pede aos seus discípulos: «Proclamai que o Reino do Céu está perto» (Mt 10, 7), (*EG* 180).

¹⁴⁹ Gutiérrez, *Beber en propio pozo*, 52.

¹⁵⁰ Gutiérrez, *Beber en propio pozo*, 59.

A vida em comunidade onde acontece o encontro e o seguimento de Jesus gera discípulos missionários comprometidos com a obra de Jesus. Ao encontrar o Senhor a pessoa assume a missão com a Igreja de levar o evangelho por todo o mundo. O anúncio do Evangelho é integrador “seu mandato de caridade abraça todas as dimensões da existência, todas as pessoas, todos os ambientes da convivência e todos os povos. Nada do humano pode lhe parecer estranho” (*Dap* 380).

Na experiência de encontro vivido e aprofundado na comunidade o discípulo missionário conhece e se insere na história da salvação, reconhece-se como membro do Povo de Deus, herdeiro do povo da aliança e daí assume a esperança de salvação, o Reino de Deus. Como, tão bem ilustrou *Frei Carlos Mesters*, escrevendo sobre o paraíso terrestre, não como objeto de saudade, mas de esperança.

O paraíso não é algo que pertence ao passado, senão ao futuro. Não é uma saudade que havia deixado marca e que suscitaria no homem o desejo de voltar ao abrigo do seio materno. Pelo contrário. O paraíso é como a maquete do mundo. É a planta da construção que realizará o arquiteto que é o homem. É um projeto que desafia constantemente a fé e a coragem do homem¹⁵¹.

Jesus assume a nossa humanidade, vindo ao encontro de cada homem e mulher, seu encontro considera todas as pessoas e a pessoa toda, não é algo em âmbito espiritual, mas do ser humano em sua totalidade, e nessa realidade humana Jesus inaugura e convida a humanidade a participar da construção do Reino.

Seu mandato de caridade alcança todas as dimensões da existência, todas as pessoas, todos os ambientes da convivência e todos os povos. Nada do humano pode lhe parecer estranho. A verdadeira esperança cristã, que procura o Reino escatológico, gera sempre história (*EG* 181).

1.3. O seguimento em sua Igreja

O seguimento é sempre uma experiência comunitária. É na comunidade que o discípulo discerne e aprofunda sua experiência de encontro com o Senhor: - “é na comunhão eclesial que o discípulo missionário, ao contemplar Jesus Cristo, descobre o Verbo que arma sua tenda entre nós, o Filho do Pai, cheio de amor e

¹⁵¹ Carlos Mesters, *Paraíso terrestre: Nostalgia o esperanza* (Quito: EDICAY, 1992), 39.

fidelidade”¹⁵². A relação entre seguimento e anúncio é dinâmica, progressiva, daí “o amadurecimento no seguimento de Jesus e a paixão por anunciá-lo requerem que a Igreja particular se renove constantemente em sua vida e ardor missionário” (*DAP* 167). É essa dinâmica de encontro-seguimento, na comunidade, que renova e impulsiona a Igreja.

A pedagogia formativa da Igreja é o caminho, como Jesus com seus discípulos para Jerusalém, os discípulos missionários aprendem no fazer, por isso, o itinerário formativo não se baseia tanto num programa de conteúdos, mas antes, nas experiências vividas ao longo do caminho. A meta do caminho é o Reino, “essa missionariedade é configurada pelo seguimento histórico, pela gratuidade radical e prontidão permanente dos(as) discípulos(as) para anunciar o Reino de Deus”¹⁵³. O Papa Francisco insiste que todos os batizados devem assumir essa consciência: “não precisa de muito tempo de preparação para sair a anunciá-lo, não pode esperar que lhe deem muitas lições ou longas instruções” (*EG* 120).

Essa realidade sempre vai exigir dos pastores da Igreja a capacidade de discernimento, pois muitas vezes os carismas questionam a instituição e geram novos horizontes de renovação e impulso missionário:

Em meio à ambiguidade dos acontecimentos, é preciso ficar atentos às interpelações do Espírito e, sobretudo, não satanizarmos as práticas proféticas que “minorias abraâmicas” vão cravando, como cunhas, nas brechas de modelos sociais e eclesiais obsoletos. São respostas ainda frágeis, incapazes de compor um modelo estável e satisfatório, mas suficientes para sinalizar algumas balizas de um novo paradigma pastoral a ser ainda plasmado com a paciência das sementes, que sabem esperar pela estação propícia para germinar e pelo tempo de maturação dos frutos¹⁵⁴.

O acontecimento do encontro configura, plasma, o discípulo missionário, que vive seu discipulado na comunidade, e ao mesmo tempo se assume a missão da Igreja.

Cada cristão é missionário na medida em que se encontrou com o amor de Deus em Cristo Jesus; não digamos mais que somos «discípulos» e «missionários», mas sempre que somos «discípulos missionários». Se

¹⁵² CNBB, *Diretrizes gerais da ação evangelizadora da Igreja no Brasil, 2015-2019*, 8.

¹⁵³ POM, *Instrumento de trabalho, como Pai me enviou, eu vos envio*, 46.

¹⁵⁴ Agenor Brighenti. “Vida Pastoral” *A ação pastoral em tempos de mudança: Modelos obsoletos e balizas de um novo paradigma* en: <http://www.vidapastoral.com.br/artigos/temas-pastorais/a-acao-pastoral-em-tempos-de-mudanca-modelos-obsoletos-e-balizas-de-um-novo-paradigma/>, último acesso 27 de junho de 2018.

não estivermos convencidos disto, olhemos para os primeiros discípulos, que logo depois de terem conhecido o olhar de Jesus, saíram proclamando cheios de alegria: «Encontrámos o Messias» (Jo 1, 41) (EG 120).

O seguimento autêntico é vivido na comunhão da Igreja. A comunhão é assim um critério de discernimento para a vida cristã, a pessoa que é encontrada por Jesus busca a comunhão com os irmãos.

O Papa Francisco tem desenvolvido em seu magistério a categoria da cultura do encontro. Na concepção de Francisco a cultura do encontro é um caminho para o encontro com o Senhor, naturalmente para formar comunidade. A perspectiva da acolhida, da fraternidade e da partilha está envolvida no conceito de cultura do encontro, especialmente, em contraste com o acentuado individualismo, egoísmo e cultura do descartável tão presentes no tempo presente. Nas atitudes de Jesus temos a chave, “o que Jesus nos ensina primeiro é encontrarmo-nos. Necessitamos edificar, criar, construir uma cultura do encontro”¹⁵⁵.

Em *Evangelii Gaudium*, no capítulo V, O Papa Francisco desenvolve a categoria dos evangelizadores com espírito como mais uma face da pessoa que se encontra com o Senhor Jesus, como a contemplação do Evangelho na comunidade deve gerar a intimidade e compromisso com Jesus, de que Ele caminha com a comunidade.

Esta convicção, porém, é sustentada com a experiência pessoal, constantemente renovada, de saborear a sua amizade e a sua mensagem. Não se pode perseverar numa evangelização cheia de ardor, se não se está convencido, por experiência própria, que não é a mesma coisa ter conhecido Jesus ou não O conhecer, não é a mesma coisa caminhar com Ele ou caminhar tateando, não é a mesma coisa poder escutá-Lo ou ignorar a sua Palavra, não é a mesma coisa poder contemplá-Lo, adorá-Lo, descansar n’Ele ou não o poder fazer (EG 266).

A promoção da cultura do encontro é apresentada, pelo Papa Francisco, como uma linha mestra de seu ministério. O Papa acredita que do encontro de irmãos, da cultura do encontro, acontece o encontro com Cristo. Para criar a “cultura do encontro e do diálogo que propõe o Papa Francisco se localizam nos quatro

¹⁵⁵ Francisco, Papa. “Vaticano” *Videomensagem do Papa Francisco aos fiéis argentinos na memória litúrgica de São Caetano de Thiene*, http://w2.vatican.va/content/francesco/es/messages/pont-messages/2013/documents/papa-francesco_20130807_videomessaggio-san-caetano.html, último acesso 25 de junho de 2018.

princípios – “o tempo é superior ao espaço”; “a unidade prevalece sobre o conflito”; “a realidade é mais importante que a ideia”; e “o todo é superior à parte”¹⁵⁶.

Tanto as figuras do discípulo missionário, quanto a dos evangelizadores com espírito, fundamentam-se na eclesiologia do Concílio Vaticano II, do Povo de Deus, que reconhece a dignidade e a corresponsabilidade de todos os batizados pela missão da Igreja. Promover nos dias atuais “o encontro com Jesus na intimidade. é indispensável para alimentar a vida comunitária e a atividade missionária” (*Dap* 154). Assim, a pequena comunidade é lugar do encontro-seguimento de Jesus e, ao mesmo tempo, é a protagonista da missão.

A cultura do encontro gera a alegria do encontro de irmãos, nos humaniza e nos aproxima de Jesus, que misteriosamente se revela no irmão. O encontro nos faz sentir a alegria e a pertença à grande família humana, a família de Deus.

Portanto, quando vivemos a mística de nos aproximar dos outros com a intenção de procurar o seu bem, ampliamos o nosso interior para receber os mais belos dons do Senhor. Cada vez que nos encontramos com um ser humano no amor, ficamos capazes de descobrir algo de novo sobre Deus. Cada vez que os nossos olhos se abrem para reconhecer o outro, ilumina-se mais a nossa fé para reconhecer a Deus. Em consequência disto, se queremos crescer na vida espiritual, não podemos renunciar a ser missionários. A tarefa da evangelização enriquece a mente e o coração, abre-nos horizontes espirituais, torna-nos mais sensíveis para reconhecer a ação do Espírito, faz-nos sair dos nossos esquemas espirituais limitados. Ao mesmo tempo, um missionário plenamente devotado ao seu trabalho experimenta o prazer de ser um manancial que transborda e refresca os outros. Só pode ser missionário quem se sente bem, procurando o bem do próximo, desejando a felicidade dos outros (*EG* 272).

2. A Igreja como sacramento do Reino de Deus

Ao compreender-se como sacramento do Reino de Deus, a Igreja assume a eclesiologia do Concílio Vaticano II, que a projeta como sinal para humanidade, que manifesta e convoca para participar do seu Reino. Manifesta, mas não esgota a realidade do Reino, por que é serva, meio para que o Reino aconteça. Assim, a Igreja está a serviço da missão divina da construção do Reino. Como reafirmou o Concílio Vaticano II o mistério pascal de Cristo “infundiu nos discípulos o Seu

¹⁵⁶ Julio L. Martínez, *La cultura del encuentro, desafío e interpelación para Europa* (Maliaño: Sal Terrae, 2017), 63.

Espírito vivificador e por Ele constituiu a Igreja, Seu corpo, como universal sacramento da salvação”¹⁵⁷.

Nesta parte do capítulo ao tratar dessa definição da Igreja como sacramento do Reino de Deus, como na dinâmica eclesial o Reino inaugurado por Jesus é vivido e anunciado na comunhão da Igreja. Depois como a pequena comunidade é condição fundamental para a comunhão. E a base dessas comunidades centralizadas na Palavra, no culto e no serviço, ressaltando o imperativo do resgate das CEBs, como caminho para renovação eclesial.

2.1. O Reino vivido e anunciado na comunhão da Igreja

O Reino não é somente uma realidade escatológica, mas uma realidade já presente. Jesus inaugura o Reino, e a semente plantada por Jesus cresce e se desenvolve. A comunhão é um sinal do Reino que está presente na história humana, mas ainda de forma incompleta.

A Igreja, ou seja, o Reino de Cristo já presente em mistério, cresce visivelmente no mundo pelo poder de Deus. Tal começo e crescimento exprimem-nos o sangue e a água que manaram do lado aberto de Jesus crucificado (cfr. Jo. 19,34), e preanunciam-nos as palavras do Senhor acerca da Sua morte na cruz: «Quando Eu for elevado acima da terra, atrairei todos a mim» (Jo. 12,32) (LG 3).

O Concílio Vaticano II expressou essa identificação da Igreja, como sacramento do Reino, como elementos de sua identidade e de sua missão no mundo.

Mas porque a Igreja, em Cristo, é como que o sacramento, ou sinal, e o instrumento da íntima união com Deus e da unidade de todo o gênero humano, pretende ela, na sequência dos anteriores Concílios, pôr de manifesto com maior insistência, aos fiéis e a todo o mundo, a sua natureza e missão universal (LG 1).

As pequenas comunidades, aos moldes da comunidade que Jesus fundou com seus discípulos, configuram um modelo de acolhida e anúncio do Reino escatológico. Nesta perspectiva Jesus indicou atitudes a seus discípulos: hospitalidade, partilha, comunhão de mesa e acolhida dos excluídos. Com essas características os missionários davam um testemunho que representou uma

¹⁵⁷ Concílio Vaticano II, “*Lumen Gentium 48*” AAS vol.57, nº1 (1965), 5. Daqui em diante deve ser citado com LG e seu respectivo número.

novidade, “tratava-se de uma nova forma de ser e agir numa sociedade marcada por grandes contrastes. O Reino de Deus implica sempre uma nova maneira viver e conviver, nascida da Boa-Nova que Jesus anunciou”¹⁵⁸. A comunidade cristã é assim chamada a viver seu discipulado como continuadora da obra de Jesus e serva no mundo.

Ao ajudar o mundo e recebendo dele ao mesmo tempo muitas coisas, o único fim da Igreja é o advento do reino de Deus e o estabelecimento da salvação de todo o gênero humano. E todo o bem que o Povo de Deus pode prestar à família dos homens durante o tempo da sua peregrinação deriva do fato que a Igreja é o «sacramento universal da salvação», manifestando e atuando simultaneamente o mistério do amor de Deus pelos homens¹⁵⁹.

Essa compreensão, que a Igreja resgatou de si mesma no Concílio Vaticano II, ajuda a entendermos seu papel na história da salvação, como serva e instrumento.

A Igreja se concretiza, localmente, na comunidade e de maneira universal pela comunhão. Assim, a Igreja é a realidade dos discípulos missionários que acolhem e, ao mesmo tempo, anunciam o Reino de Deus.

A vida em comunidade acolhe e anuncia o Reino, ao fazê-lo se forja como comunidade: “Só como comunidade podemos escutar, acolher e anunciar o dom e a graça do Senhor, o chamado privilegiado a superar tudo que rompa a comunhão fraterna (opressão, injustiça, marginalização, discriminação, etc.) porque ao mesmo tempo rompe com Deus, e a luta pela implantação dos valores do Reino que Jesus anunciava.”¹⁶⁰

O Reino de Deus já está crescendo na história humana, pois foi inaugurado por Jesus, em sua encarnação. A missão da Igreja é manifestar no mundo a presença do Reino, convidando todos os homens e mulheres a acolhê-lo. O conteúdo do Evangelho não é um tema somente espiritual, mas que contempla todas as dimensões da vida humana, por isso, a “missão da Igreja consiste não só em levar aos homens a mensagem e a graça de Cristo, mas também em penetrar e atuar com o espírito do Evangelho as realidades temporais” (AA 5). Por este motivo, o apostolado dos leigos é uma missão para o mundo em perspectiva escatológica, une

¹⁵⁸ CNBB, *Comunidade de comunidades*, 76.

¹⁵⁹ Concílio Vaticano II, “Gaudium Et Spes 45” *AAS* vol. 58, nº1 (1966), 1025. Daqui em diante deve ser citado com *GS* e seu respectivo número.

¹⁶⁰ Gutiérrez, *Beber en su propio pozo*, 178.

a luta pela transformação do mundo na perspectiva do reinado de Deus, essas realidades “embora distintas, estão de tal modo unidas no único desígnio divino que o próprio Deus pretende reintegrar, em Cristo, o universo inteiro, numa nova criatura, dum modo incoativo na terra, plenamente no último dia” (AA 5).

2.2. A pequena comunidade como condição para a comunhão

A pequena comunidade é manifestação da Igreja, onde dois ou mais estiverem reunidos... (Mt 18.20) e assim um sinal para o mundo. O Papa Francisco se dirigindo às comunidades exorta, mesmo onde a comunidade é um pequeno rebanho “a viver como comunidade que seja sal da terra e luz do mundo (cf. Mt 5, 13-16). São chamados a testemunhar, de forma sempre nova, uma pertença evangelizadora. Não deixemos que nos roubem a comunidade!” (EG 92).

Cada cristão, como membro do corpo de Cristo, é responsável pela comunhão da Igreja. As CEBs são espaços privilegiados e escolas de comunhão. Ali, como no grupo dos discípulos de Jesus, se pode fazer a experiência da intimidade, do reconhecimento, da alteridade e da partilha. A comunidade é uma célula da Igreja, pois como célula tem uma existência dinâmica cresce, se nutre, se une a outras células e se divide formando novas células, em nosso caso novas comunidades. Esse processo orgânico na vida de comunidade acontece quando cada membro vive a experiência do encontro com o Senhor e se torna um discípulo missionário.

A vida de comunidade é fecunda e prazerosa, gera, como tanto insiste o Papa Francisco, a alegria de viver o Evangelho. Quando a comunidade desenvolve essa fecundidade naturalmente brota o amor e o compromisso pela missão da Igreja. A missão exige uma paixão por Jesus e pelo povo, “para ser evangelizadores com espírito é preciso também desenvolver o prazer espiritual de estar próximo da vida das pessoas, até chegar a descobrir que isto se torna fonte duma alegria superior” (EG 268).

Por ser sacramento no mundo a Igreja se concretiza na comunidade como sinal do Povo Santo de Deus, que unidos pela Palavra de Deus, a Liturgia e a Caridade, unem o Corpo de Cristo. A comunidade é assim, a estrutura primeira da

Igreja, desde onde se estrutura a diocese e as paróquias, “como o Povo de Deus vive em comunidades, sobretudo diocesanas e paroquiais, e é nelas que, de certo modo, se torna visível, pertence a estas dar também testemunho de Cristo perante as nações”¹⁶¹.

O Concílio afirma que mais que uma face da Igreja a comunidade é uma vocação humana. Homens e mulheres não foram criados para estarem sozinhos. Assim, a CEB é um espaço de realização plena do ser humano, consigo mesmo, como os irmãos e com Deus. Daí a comunidade é o lugar onde as pessoas fazem experiência dessa relação que humaniza, “esta solidariedade deve crescer sem cessar, até se consumir naquele dia em que os homens, salvos pela graça, darão perfeita glória a Deus, como família amada do Senhor e de Cristo seu irmão” (GS 32).

2.3. Comunidades centralizadas na Palavra, no culto e no serviço

Por muitos canais a comunidade é chamada a ser casa da Palavra, seja pela Liturgia (eucaristia, celebração da Palavra, grupos de família ou círculos bíblicos), e por outras expressões de culto difundidas nas comunidades, como a leitura orante, cursos bíblicos e a animação bíblica da pastoral, tornando as Sagradas Escrituras um alimento essencial para a vida das pequenas comunidades, como propôs a constituição dogmática do Concílio Vaticano II, *Dei Verbum*:

Debrucem-se, pois, gostosamente sobre o texto sagrado, quer através da sagrada Liturgia, rica de palavras divinas, quer pela leitura espiritual, quer por outros meios que se vão espalhando tão louavelmente por toda a parte, com a aprovação e estímulo dos pastores da Igreja. Lembrem-se, porém, que a leitura da Sagrada Escritura deve ser acompanhada de oração para que seja possível o diálogo entre Deus e o homem¹⁶².

Outro caminho valioso para as pequenas comunidades cultivarem a centralidade da Palavra de Deus é a iniciação cristã, assumida na perspectiva catecumenal, especialmente com adultos. Os ministros são os primeiros que devem

¹⁶¹ Concílio Vaticano II, “Ad Gentes, 37”, *AAS* vol. 58, nº1 (1966), 947. Daqui em diante deve ser citado com AG e seu respectivo número.

¹⁶² Concílio Vaticano II, “Dei Verbum, 25” *AAS* vol. 58, nº1 (1966), 817.

promover uma espiritualidade centrada na Palavra, que transforma a pastoral, “uma comunidade que assume a iniciação cristã renova sua vida comunitária e desperta seu caráter missionário. Isso requer novas atitudes pastorais por parte de bispos, presbíteros, diáconos, pessoas consagradas e agentes de pastoral”¹⁶³.

A eucaristia é a fonte da vida da Igreja, dela nossas comunidades se alimentam. A celebração é o núcleo de onde nasce e para onde converge a comunidade, “a Eucaristia ou Ceia do Senhor há de ocupar o lugar central de nossas comunidades, junto com a palavra de Deus posta em comum”¹⁶⁴. Ao mesmo tempo a eucaristia celebrada no chão da vida da comunidade, especialmente entre os pobres e oprimidos, alimenta a esperança de libertação inaugurada por Jesus com o Reino de Deus.

A liturgia é a forma que a Igreja comunica o mistério de Deus e convida a humanidade para participar da comunhão da Trindade. Toda liturgia prefigura o Reino de Deus, “em especial da Eucaristia, corre sobre nós, como de sua fonte, a graça, e por meio dela conseguem os homens com total eficácia a santificação em Cristo e a glorificação de Deus, a que se ordenam, como a seu fim, todas as outras obras da Igreja”¹⁶⁵.

É importante reconhecer a multiplicidade de expressões litúrgicas que existem na Igreja, e como, especialmente nas pequenas comunidades, essas expressões são um alimento da vida de fé:

Com profundo afeto pastoral, queremos dizer às milhares de comunidades com seus milhões de membros, que não têm a oportunidade de participar da Eucaristia dominical, que também elas podem e devem viver "segundo o domingo". Podem alimentar seu já admirável espírito missionário participando da "celebração dominical da Palavra", que faz presente o Mistério Pascal no amor que congrega (cf. 1 Jo 3,14), na Palavra acolhida (cf. Jo 5,24-25) e na oração comunitária (cf. Mt 18,20)” (*DAP* 253).

A vida litúrgica das CEBs deve ser reconhecida não só pela ausência de ministros ordenados, mas pelo valor da piedade popular, das para-liturgias e celebrações diversas que devem ser valorizadas e promovidas. Nas variadas

¹⁶³ DAP, 291. Daqui em diante deve ser citado com *DV* e seu respectivo número.

¹⁶⁴ IV Congreso Internacional Ecueménico de Teología. Documento final, n 28 en: Gutiérrez, *Beber en su propio pozo*, 179.

¹⁶⁵ Concílio Vaticano II, “Sacrosanctum Concilium, 10” *AAS* vol. 56, n°1 (1964), 97. Daqui em diante deve ser citado com *SC* e seu respectivo número.

expressões de culto de nossos povos, frutos do encontro do evangelho com as culturas, e que historicamente, em nosso continente, pelo vazio da Igreja institucional, sustentaram a fé de nossos povos.

Entre eles ninguém passava necessidade porque tinham tudo em comum (*At 2,44*). A caridade não é uma atividade ou um programa pastoral, mas constitutivo do ser cristão, “com as atitudes de alteridade e gratuidade, expressões do amor, os discípulos missionários promovem justiça, paz, reconciliação e fraternidade”¹⁶⁶. Assim as relações de partilha e solidariedade nas pequenas comunidades é uma exigência fundamental.

A misericórdia sempre será necessária, mas não deve contribuir para criar círculos viciosos que sejam funcionais num sistema econômico iníquo. Requer-se que as obras de misericórdia estejam acompanhadas pela busca de uma verdadeira justiça social, que vá elevando o nível de vida dos cidadãos, promovendo-os como sujeitos de seu próprio desenvolvimento (*DAp 385*).

O Papa Francisco convida a Igreja em saída, tornar-se um hospital de campanha, indo às periferias urbanas e existenciais. Ele dá contornos claros à imagem de Igreja que traz no coração: “Prefiro uma Igreja acidentada, ferida e enlameada por ter saído pelas estradas, a uma Igreja enferma pelo fechamento e a comodidade de se agarrar às próprias seguranças” (*EG 49*). Trata-se de a Igreja assumir-se como serva da humanidade, de maneira concreta onde está cada pequena comunidade. O Documento 100 da CNBB chama atenção para os rostos dos destinatários do serviço a que nossas comunidades devem dirigir-se: “Dependentes químicos, moradores de rua, sem-terra, soropositivos, doentes e idosos abandonados são alguns rostos que clamam para que a comunidade lhes apresente, concretamente, atitudes do Bom Samaritano”¹⁶⁷.

3. O imperativo de uma nova configuração da paróquia

O modelo paroquial que insiste em permanecer na Igreja, embora com algumas exceções de verdadeiras comunidades missionárias, mantém os fundamentos dos séculos IV, de um modelo rural. Essa constatação, de que a longa

¹⁶⁶ CNBB, *Diretrizes gerais da ação evangelizadora da Igreja no Brasil, 2015-2019*, 12.

¹⁶⁷ CNBB, *Comunidade de comunidades*, 283.

história das paróquias somente recebeu remendos, e que sua concepção foi enrijecida pelas reformas eclesiais ao longo dos séculos, fez com que chegássemos à encruzilhada histórica em que se encontra a paróquia. É urgente um processo de conversão pastoral, que confirmará o papel da Igreja no mundo e sua fidelidade, “a Igreja é chamada a repensar profundamente e relançar com fidelidade e audácia sua missão nas novas circunstâncias latino-americanas e mundiais” (DAP 11).

Nesta parte do terceiro capítulo, trataremos de demonstrar que é imperativo a reconfiguração das paróquias em CEBs, resgatando o modelo da Igreja nas primeiras comunidades. Assim apresentamos o projeto de setorização como uma ferramenta para facilitar o processo de nucleação de novas pequenas comunidades, no território paroquial, em vista de criar CEBs. Essa dinâmica deve reconfigurar a fisionomia de nossa paróquia, centralizada no templo, numa rede de pequenas comunidades. Essa nova configuração exigirá novas estruturas de gestão, promovendo o ministério dos leigos em detrimento à centralidade exercida pelo padre nas paróquias atualmente.

3.1. CEBs, comunidade de comunidades e setorização da paróquia

A reconfiguração da paróquia supõe a criação, formação e animação de pequenas comunidades. Nesse caminho duas experiências eclesiais na Igreja do Brasil podem iluminar e orientar esse caminho: a CEBs e a SMPs (Santas Missões Populares). As CEBs desenvolveram uma rica bagagem formativa de um “novo jeito de ser Igreja” desde as bases, em pequenas comunidades. As SMPs, embora não tenham criado o modelo de setorização, se apropriaram dessa proposta e pela inspiração do Padre *Luis Mosconi*, espalharam, desde a Amazônia brasileira, uma experiência que gera pequenas comunidades, e comunidades missionárias.

Para enfrentar a massificação da paróquia tradicional, baseada na pastoral de conservação e no escasso sentido de pertença, a setorização se apresenta como uma estratégia eficaz na nucleação de novas pequenas comunidades. A pastoral no modelo atual massifica as pessoas, uma paróquia “pode ser setorizada em grupos

menores. A paróquia descentraliza seu atendimento e favorece o aumento de líderes e ministros leigos e vai ao encontro dos afastados”¹⁶⁸

As CEBs como experiência eclesial que moldou um novo jeito de ser Igreja, e na Igreja da América Latina ganhou reconhecimento e validade pelas conferências de *Medellín* e *Puebla*, concretizaram a aspiração do Concílio Vaticano II de volta às fontes. Porque, como nas primeiras comunidades cristãs, criaram comunidades que conjugavam a fé e a vida, que viviam os ideais do Evangelho e o Projeto do Reino de Deus na prática. Os caminhos da história são imprevisíveis, por isso, é difícil explicar que a primavera das CEBs tenha coincido com o período mais duro de ditaduras e repressões políticas no continente. Por isso, “as CEBs constituem o espaço privilegiado de participação e comunhão de todo batizado na vida e missão da Igreja”¹⁶⁹, entre fé e vida, também testemunho pelo martírio.

O acúmulo dessas experiências eclesiais abre um horizonte já sonhado e sinalizado em Aparecida, e agora exigido pelo Papa Francisco. CEBs são como o modelo da pequena comunidade de tamanho humano que conjuga fé e vida, comunidade de comunidades como a nova configuração que deve assumir a paróquia, e a setorização como ferramenta de implementação do projeto de nucleação de comunidades na paróquia tradicional e centralizada para a nova paróquia comunidade de comunidades.

Se quisermos pensar rede de comunidades, então não basta que a paróquia, a diocese, ‘tenha CEBs’, mas que as pensemos em outro esquema de estrutura eclesial, com outras estruturas de mediação decisória e de atuação. Precisamos distinguir entre ‘Igreja com CEBs’ e ‘Igreja de CEBs’ (rede de comunidades)¹⁷⁰.

Para a setorização uma das ferramentas essenciais são os grupos de família, que são células menores dentro do setor. Em cada setor podem existir muitos grupos de famílias. Pelos pequenos grupos de famílias, o setor vai se estruturar por laços afetivos e proximidade das pessoas, para não correr o risco de repetir a falha da paróquia, considerando só uma delimitação geográfica. Os grupos podem ser reunir

¹⁶⁸ CNBB, *Comunidade de comunidades*, 244.

¹⁶⁹ Juan B. Cappellaro, *Servir al Pueblo desde la diócesis: Notas para la organización de las estructuras diocesanas y parroquiales* (Bogotá: Indo-American Press Service, 1996), 40.

¹⁷⁰ Sérgio Ricardo Coutinho, *A paróquia e um conceito “forte” de comunidade, uma compreensão pela sociologia e pela pastoral* (Florianópolis: Encontros Teológicos. Revista da Faculdade de Teologia de Santa Catarina, 2013), 62.

semanalmente para encontros nas casas das famílias, a dinâmica do encontro adota a rica experiência do da Leitura Popular da Bíblia¹⁷¹, muito difundido no Brasil pelo CEBI¹⁷².

Em muitas dioceses do Brasil, especialmente as que vivenciaram as SMPs, a setorização vem se consolidando com um processo de reconfiguração da paróquia. A descentralização das atividades pastorais, antes concentradas na matriz e nas capelas, vai aos bairros, periferias. A Igreja entra num movimento de saída, de encontro com as realidades da cidade, invertendo o polo que antes esperava todas as pessoas nas estruturas paroquiais. Mesmo que de maneira não tão sistemática, a setorização ajuda a Igreja a trabalhar mais na perspectiva de pastoral urbana, e menos paroquial.

Multiplicam-se os ministérios, cada grupo de família tem um animador, cada quadra pode ter um mensageiro e o setor tem um coordenador ou equipe de coordenação. Esses três agentes pastorais - coordenação do setor, animador do grupo e mensageiro - são os principais atores da dinamização dos setores, que dinamizam uma pastoral capilar. Surgem outros conforme a criatividade e necessidade do setor, há experiência de ministros extraordinários da comunhão, que visitam doentes e idosos. Catequistas que nos setores formam grupos de crianças e adolescentes e dão catequese nas casas. Há também a experiência da missa de setor, celebrada nas casas e reúne todos os grupos de um setor.

A setorização é um caminho para reconfiguração da paróquia, superando a centralização da matriz e das capelas, promovendo a nucleação de novas pequenas comunidades. As paróquias territoriais, extensas que temos deviam ser divididas em pequenas comunidades, “é aconselhável a setorização em unidades territoriais menores, com equipes próprias de animação e coordenação que permitam uma

¹⁷¹ Método Popular de Leitura da Bíblia. A leitura popular da Bíblia é o uso dessa obra na animação dos movimentos populares, definiu Orofino. “Sem os movimentos populares não haveria leitura popular da Bíblia”, observou. Seu método primordial é a animação dos movimentos populares em suas diversas frentes de luta. Por isso, algo importante é colocar a Bíblia na mão do povo, algo que nunca houve na história da Igreja. A primeira grande meta das pastorais bíblicas antes do Concílio Vaticano II foi entregar a Bíblia às pessoas do povo. Cf. <http://www.ihu.unisinos.br/172-noticias/noticias-2012/514417-a-leitura-popular-da-biblia-e-a-besta-neoliberal>, último acesso 23 de outubro de 2018.

¹⁷² CEBI: Centro Ecumênico de Estudos Bíblico. Criado como método de leitura popular da Bíblia pelo Frei Carlos Mesters.

maior proximidade as pessoas e grupos que vivem no território” (*DAp* 372). Assim, os setores seriam sementes de pequenas comunidades.

A setorização é uma estrutura de transição dentro do plano pastoral, ela é idealizada, na perspectiva do método prospectivo, como semente de novas CEBs. Assim a setorização é pensada como ferramenta para criar pequenas comunidades, pequenas comunidades que reconfiguram a paróquia como comunidade de comunidades, pequenas comunidades que se tornam CEBs, consolidadas no tripé liturgia, catequese e caridade que suscitam um novo jeito de ser Igreja.

3.2. A paróquia como rede de pequenas comunidades

A reconfiguração da paróquia pretende dar uma fisionomia nova à paróquia. É um processo longo e exigente de conversão pastoral. Trata-se da capacidade de atualizar a missão da Igreja, na perspectiva do Concílio Vaticano II, de fazer uma autocrítica, para perguntar-se sobre sua identidade e sua missão no mundo de hoje. Essa conversão exige, como profetizou o documento de Aparecida: “Abandonar estruturas caducas...” (*DAp* 365). É um assumir a intuição do concílio de volta às fontes e ao mesmo tempo olhar para o tempo presente como *Kayros*.

É da essência da Igreja ser comunidade, “desde o começo da história da salvação, Ele escolheu os homens não só como indivíduos, mas ainda como membros duma comunidade” (*GS* 32). Comunidade com tamanho humano e que desenvolve identidade. O movimento iniciado com Jesus de formar discípulos é um movimento de nucleação de comunidades. Daí o imperativo da missão da Igreja de formar e acompanhar as CEBs. A CEB é lugar teológico, lugar de conhecimento e reconhecimento humano e lugar de compromisso social, ecológico e de fé.

Dentro do universo complexo de relações que coexistem na cidade, a Igreja está desafiada a criar pequenas comunidades de fé e de vida. O critério, único consolidado por mais de quinze séculos na história da Igreja, da territorialidade que configura a paróquia como unidade da Igreja não responde a esse desafio. É preciso considerar as novas formas de construir relações que atuam no mundo de hoje, para propor às pessoas o convite de formar CEBs.

Sejam ambientais, sejam afetivas, virtuais, sociais ou de outra natureza é necessário considerar os motivos pelos quais as pessoas se associam para desde aí

formar comunidades. Sabendo que as decisões pessoais são movidas mais por razões afetivas que racionais. Não devemos nos perguntar que informação precisamos oferecer para as pessoas aderirem à proposta de vida de comunidade, mas que experiência-testemunho devemos proporcionar para afetar as pessoas, de tal forma que elas desejem tomar parte da vida de CEBs.

Assim, a paróquia deixa de ser um centro ou unidade fundamental da Igreja, mas passa a ser vista como uma estrutura de apoio, de ligação. A paróquia passa a se caracterizar como uma rede de CEBs, na qual existem simultaneamente muitas CEBs. O papel da paróquia é congregar as diversas CEBs, especialmente na assembleia litúrgica, mas ela mesma não é comunidade. É antes uma estrutura de apoio à vida, criação, animação, formação e acompanhamento das comunidades.

O horizonte é a descentralização dos serviços e ministérios, saem do centro a estrutura jurídica da paróquia e do pároco. Cada CEBs desenvolve no seu interior a vivência da liturgia, da catequese e da caridade. Desenvolve ministérios específicos conforme sua necessidade e realidade. A Igreja paroquial, a matriz e o pároco, deixam de acumular funções de governo, decisão e concentração de poder e passam a ser estrutura de apoio e acompanhamento. Assim a paróquia e o padre deixam de ter um caráter administrativo e jurídico e passam a uma postura mais pastoral.

Comunidade como a forma eclesial e a rede como o tipo de relação que se estabelece na paróquia reconfigurada, transformam a fisionomia da Igreja. Essas estruturas já não sofrem os condicionamentos da paróquia tradicional da territorialidade e da centralidade (matriz e capelas).

Apesar de serem estruturadas de forma transitória, desprendida de tempo e espaço, baseada muito mais na cooperação em vista de trocas objetivas que propriamente na permanência de laços, sociologicamente a rede de comunidades desloca o modo de pensar a estrutura social em si. Em vez de assumir a forma piramidal, opta-se pela interligação entre os corpos sociais: a forma rizomática¹⁷³.

¹⁷³ Coutinho, *A Paróquia e um conceito "forte" de comunidade*, 57.

3.3. A gestão da rede pela paróquia reconfigurada

A estrutura de organização de uma paróquia é um reflexo da eclesiologia subjacente, “as estruturas têm caráter de mediação”¹⁷⁴, que no modelo paroquial é uma estrutura caduca. O modelo paroquial tradicional se tornou uma estrutura pesada e autorreferencial, muitas paróquias vivem para sustentar a estrutura material obsoleta, relegando a missão e a pastoral a um plano inferior ou inexistente. Nesse cenário, foi que Puebla denunciou que é um atraso e obstáculo a “primazia do administrativo sobre o pastoral” (*DAP* 633). Nesse sentido escreveu padre Luiz Gonzaga: que o “poder e o dinheiro”¹⁷⁵ são os maiores obstáculos para a conversão pastoral.

Na paróquia comunidade de pequenas comunidades, a gestão é descentralizada e a prioridade é a missão e pastoral. Cada CEBs terá estruturas simples, basicamente as casas das famílias, lugares públicos e as ruas. A estrutura da matriz e das capelas serão pontos de apoio usados pelas comunidades em momentos oportunos, “as estruturas devem facilitar a comunicação entre as pessoas de um grupo pequeno”¹⁷⁶. Como CEBs haverá sempre a preocupação de suprir as necessidades materiais da própria comunidade e de corresponsabilidade com a Igreja. Nesse sentido, o dízimo e a partilha serão as melhores expressões da corresponsabilidade das CEBs que se reconhecem Igreja na nova configuração pastoral.

O exercício do poder e as estruturas de decisão deixam de estar centradas na matriz e no padre e passam a ser divididas com cada CEB, que manifesta sua eclesialidade na medida em que se preocupa com a vida da pequena comunidade e da Igreja universal. O modelo de gestão é participativo e comunitário, nas CEBs todos podem participar das decisões e no conjunto das comunidades que formam a paróquia os conselhos de representantes das comunidades para formarem o conselho pastoral e o conselho administrativo. As assembleias de comunidade serão

¹⁷⁴ Cappellaro, *Servir al Pueblo desde la diócesis: Notas para la organización de las estructuras diocesanas y parroquiales*, 16.

¹⁷⁵ José Luiz Gonzaga do Prado, “Vida Pastoral” *Paróquia, rede de comunidades – A conversão pastoral*, <http://www.vidapastoral.com.br/artigos/eclesiologia/paroquia-rede-de-comunidades-a-conversao-pastoral/>, último acesso 25 de junho de 2018.

¹⁷⁶ Cappellaro, *Servir al Pueblo desde la diócesis*, 16.

as instâncias de decisão da vida paroquial, “ou seja, em vez de uma paróquia governada por uma pessoa (o pároco), passaria a ser governada por um conselho de muitas pessoas, os representantes das várias realidades eclesiais existentes na paróquia”¹⁷⁷.

A paróquia reconfigurada é a estrutura eclesial que subsidia a vida das pequenas comunidades e as conecta à Igreja local, à diocese. A diocese é a porção da Igreja presente num território dotada de todos os meios necessários para a salvação, e como tal terá nas paróquias a estrutura necessária para articular a relação de cada CEB à vida da Igreja local. Assim a paróquia será a estrutura que garante que as diretrizes pastorais da Igreja local sejam vividas em cada comunidade, promovendo uma pastoral de comunhão e participação, pois “as pessoas não estão juntas em razão das estruturas senão dos valores que a justificam”¹⁷⁸. É uma relação bilateral entre as CEBs, concreta e de tamanho humano, e a Igreja local, que concretiza a Igreja Universal naquele território que se ajudam numa retroalimentação.

4. A paróquia como rede de pequenas comunidades missionárias

O Concílio Vaticano II ajudou a Igreja a resgatar a consciência de que a missão não é uma faculdade, mas parte da identidade, “evangelizar constitui, de fato, a graça e a vocação própria da Igreja, a sua mais profunda identidade” (EN 14). O testemunho autêntico do evangelho é semente de novas comunidades como nos Atos dos Apóstolos e nas primeiras comunidades cristãs, o modelo de vida comunitária era o primeiro atrativo para novos membros para a comunidade. Na sociedade fragmentada em que vivemos torna-se imprescindível apresentar um modelo de vida comunitário que contraste com os valores desintegradores e desumanização existentes.

¹⁷⁷ Fabio Antunes do Nascimento. “Ameríndia” *Parroquias sin párrocos, ¿es posible?* http://amerindiaenlared.org/contenido/11657/parroquias-sin-parrocos-es-posible/?utm_source=Amerindia&utm_campaign=75ae993ba0-EMAIL_CAMPAIGN_2017_11_10&utm_medium=email&utm_term=0_157c957042-75ae993ba0-31163251, último acesso 25 de junho de 2018.

¹⁷⁸ Cappellaro, *Servir al Pueblo desde la diócesis*, 32.

Nesta última parte, trataremos de apresentar dimensões constitutivas de autênticas comunidades eclesiais de base. Reafirmar que a missão é parte da identidade da Igreja e não de alguns delegados. Bem como, de que a atividade missionária não é uma atividade ou programação esporádica, mas da vida cotidiana da comunidade. Por isso, superar o modelo auto-referencial e de pastoral de conservação tornando toda a comunidade sujeito da missão é caminho para tornar nossas comunidades a Igreja em saída reclamada pelo Papa Francisco. Esse dinamismo na vida de nossas comunidades reconfigurará a paróquia promovendo a conversão pastoral.

4.1. A comunidade eclesial como sujeito da missão

O Concílio Vaticano II proclamou “A Igreja peregrina é, por sua natureza, missionária” (AG 2) Superando prejuízos passados a Igreja resgatou a consciência de que a missão não é uma tarefa ou programa facultativo, mas parte da própria identidade. Também superou a ideia de missão como uma ferramenta de expansão da Igreja, mas antes que a missão é de Deus e a Igreja é chamada a participar.

Cada CEB é protagonista da missão de Deus, na medida em que verdadeiramente alicerça sua vida pela Palavra, liturgia e serviço na comunhão eclesial. É um processo natural e simultâneo, não se decide começar a ser missionária, mas automaticamente, quando se é uma verdadeira comunidade cristã, se torna protagonista da missão. Na vida em comunidade “o seguimento de Jesus implica para todos o compromisso em uma missão, para a qual, como o Mestre, é necessário acampar na história humana e desde aí dar testemunho do amor do Pai”¹⁷⁹.

O sinal que confirma a autenticidade de uma comunidade é a comunhão, reflexo da própria Trindade. Assim, como a Trindade, a comunidade fecunda comunica para além de si mesma seus dons, daí nasce a missão que a comunidade protagoniza, fruto da comunhão. Na comunidade se vive de forma integral o discipulado e a missão como características constitutivas, “a comunhão e a missão estão profundamente ligadas entre si, compenetram-se e integram-se mutuamente,

¹⁷⁹ Gutiérrez, *La espiritualidad de la liberación, escritos esenciales*, 65.

ao ponto de a comunhão representar a fonte e, simultaneamente, o fruto da missão: a comunhão é missionária e a missão é para a comunhão”¹⁸⁰.

A comunidade protagonista da missão vive sua fé com alegria e dinamicidade, não está presa a programas ou esquemas fechados, “a comunidade dos discípulos missionários é o sujeito geral e transversal da missão”¹⁸¹. Tem intrínsecos o valor do Evangelho, por isso, é capaz de dar novas respostas aos novos desafios que aparecem.

A pastoral em chave missionária exige abandono de cômodo critério pastoral: ‘fez-se sempre assim’. Convido todos a serem ousados e criativos nesta tarefa de repensar os objetivos, as estruturas, o estilo e os métodos evangelizadores das respectivas comunidades (EG 33).

Interpelam a vida da comunidade e a identidade missionária da Igreja o contexto sociocultural em que está inserida. Para ser missionária a comunidade deve estar atenta à realidade em que está inserida, “não será missionária a paróquia que ficar confinada na sacristia, fingindo que a realidade é a mesma do passado e indiferente às mudanças e novos fenômenos sociais”¹⁸². Assim, o imperativo da missão capaz de atualizar a mensagem do Evangelho na realidade própria é o desafio da inculturação, da Igreja em saída, que assume as alegrias e esperanças dos homens e mulheres do nosso tempo.

As comunidades realizam a missão de evangelizar em vários âmbitos. Há o âmbito interno da missão como pastoral dirigida ao cuidado, animação e formação dos membros da comunidade. Depois, no âmbito dos que estão próximos da comunidade, que a missão é essencialmente o testemunho de vida, que pode atrair mais pessoas para o projeto do Reino de Deus. Depois aos que não receberam nenhum anúncio a quem a missão destina o primeiro anúncio, o convite da evangelização.

O princípio missionário resgatado pelo Concílio ajuda a entender que a missão não é uma tarefa ou um projeto da Igreja, mas parte constitutiva de sua identidade. Também supera o eclesiocentrismo do passado, que pensava na missão

¹⁸⁰ Concílio Vaticano II, “Christifideles Laici, 32”, *AAS* vol. 81, n°1 (1989), 393.

¹⁸¹ POM, *Instrumento de trabalho, como o Pai me enviou, assim eu vos envio*, 46.

¹⁸² Mikuszka, *Por uma paróquia missionária, à luz de Aparecida*, 127.

como expansão da Igreja, mas redefine o lugar da Igreja dentro da dinâmica da história, como serva e sacramento no mundo.

A missão é de Deus para o mundo; e a Igreja é instrumento dessa missão. Deixa-se o conceito de *Missio Ecclesiae*, para o conceito de *Missio Dei*, vivida e testemunhada pela Igreja, comunidade cristã, alimentada na Palavra e na Eucaristia, aberta para agir no e para o mundo. A missão é a Igreja em ação, em nome de Deus¹⁸³.

As CEBs serão assim missionárias, por estarem profundamente inseridas em sua realidade social e cultural, mas ao mesmo tempo se distinguindo entre os demais pelo testemunho de vida comunitário. A missão fundamental será apresentar o estilo de vida evangélico contrapondo o modelo fragmentado da pós-modernidade, onde cada pessoa se reconheça protagonista da missão como membro da comunidade. Ao respondermos o chamado de ser discípulo missionário de Jesus damos sentido à vida e “experimentaremos a alegria missionária de partilhar a vida com o povo fiel de Deus, procurando acender o fogo no coração do mundo” (EG 271).

Nas conferências do episcopado latino-americano se falou da missão da Igreja como comunidade de comunidades e na conferência de Aparecida se traçou o perfil do sujeito que forma essas comunidades, que é o “discípulo missionário de Jesus de Cristo” (Dap 20). Assim se apresenta de maneira objetiva a reconfiguração da paróquia, uma rede de CEBs formada de discípulos missionários de Jesus Cristo. A CEBs é, ao mesmo tempo, o lugar do discipulado e o sujeito da missão.

As CEBs formam uma rede que dará mais vida e dinamicidade à Igreja Local, multiplicam-se as forças, dividem-se tarefas, fortalece-se a caminhada.

Cada diocese necessita fortalecer sua consciência missionária, saindo ao encontro dos que ainda não creem em Cristo no espaço de seu próprio território e responder adequadamente aos grandes problemas da sociedade na qual está inserida (Dap 168).

4.2. De uma Igreja autorreferencial a uma Igreja em saída

A Igreja se move pelo único objetivo “continuar, sob a direção do Espírito Consolador, a obra de Cristo que veio ao mundo para dar testemunho da verdade, para salvar e não para julgar, para servir e não para ser servido” (GS 3). Essa

¹⁸³ Mikuszka, *Por uma paróquia missionária, à luz de Aparecida*, 55.

consciência de seu papel no plano da salvação, de meio e não como fim, deve mover a Igreja em sua missão. Serva da humanidade, sacramento de salvação no mundo, a Igreja coloca-se como instrumento da *Missio Dei*, como colaboradora do projeto do Reino de Deus.

É na história humana, que a Igreja, procura comunicar, em seus múltiplos cenários culturais, a única e imutável mensagem do Evangelho. O momento histórico que vivemos complexo e plural, que reúne variadas formas de agrupamentos sociais. É enraizada no chão da realidade em que está inserida, hoje marcada pelo pluralismo que “a Igreja deve inserir-se em todos esses agrupamentos, impelida pelo mesmo movimento que levou o próprio Cristo, na encarnação, a sujeitar-se às condições sociais e culturais dos homens com quem conviveu” (AG 10).

As CEBs são os atores pelos quais a Igreja promoverá a missão permanente, uma Igreja em saída, que vai ao encontro das novas realidades humanas, especialmente, as periferias urbanas e existenciais, a partir da cultura do encontro. Comunidades constituídas assim são a expressão da Igreja em permanente estado de missão, almejando no impulso da grande missão continental, incentivada pelos bispos em Aparecida.

Para que a Igreja seja capaz do discernimento evangélico, resulta necessário que existam lugares onde os cristãos de temperamentos e opções discrepantes possam encontrar-se e explicar-se sobre problemas concretos. Assim mesmo, acredito que a prática do diálogo intraeclesial deveríamos tomá-la como uma obrigação moral e como condição de possibilidade para a participação, como a Igreja, em outros foros com diferentes visões morais¹⁸⁴.

A Igreja em saída é formada por CEBs missionárias que assumem a corresponsabilidade pela Igreja universal. A paróquia reconfigurada é uma rede de comunidades que supera a centralidade das estruturas e da paróquia, para entender-se como célula viva da Igreja. A CEB é uma unidade eclesial da Igreja toda, “uma comunidade que supera os limites do próximo e local, porque é expressão e tarefa do conjunto da Igreja”¹⁸⁵.

¹⁸⁴ Martínez, *La cultura del encuentro, desafío e interpelación*, 241.

¹⁸⁵ Gutiérrez, *Beber en su propio pozo*, 180.

Leonardo Boff ao desenvolver a tese de que a Igreja nasce do Povo, das pequenas comunidades, pelo mistério da presença de Deus, numa eclesiogênese, assinala que a Igreja se faz em caminho, já que ela mesma não é ponto de chegada, mas caminho para o Reino. A essa realidade ele designa Igreja em marcha.

É uma palavra chave desta classe de Igreja e significa fundamentalmente: Existe um processo de desinstalação da Igreja do centro à periferia, fazendo que de Igreja clerical se transforme em popular; significa também que a construção da Igreja Popular é uma marcha nunca concluída, dinâmica, sempre aberta à articulação Evangelho-vida e disposta a acolher a todos os que queiram viver comunitariamente a fé¹⁸⁶.

A paróquia nos últimos tempos fechou-se em torno de si mesma, valorizando mais o administrativo que o pastoral, uma pastoral de conversão invés da missão, a sacramentalização em detrimento da evangelização. A imagem da Igreja em saída sintetiza “o grande desafio das paróquias é sair em missão, deixar de ocupar-se apenas com a rotina e com as mesmas pessoas que já estão na comunidade e sair ao encontro das pessoas”¹⁸⁷.

O Papa Francisco tem insistido de que a Igreja deve assumir a eclesiologia do Concílio Vaticano II, sobre sua identidade e sua missão no mundo. Convidando a ser uma Igreja pobre com os pobres, mudando a lógica de que o fortalecimento das estruturas materiais serviria à missão, e apontando a pobreza evangélica como uma libertação em vista da missão. Fiel ao evangelho a Igreja é missionária “a missão adverte a Igreja de que não é fim em si mesma, mas instrumento e mediação do Reino. Uma Igreja auto-referencial, que se compraza dos sucessos terrenos, não é a Igreja de Cristo, seu corpo crucificado e glorioso”¹⁸⁸.

A missão pede desinstalação, deixar falsas seguranças. A missão não tem como objetivo o fortalecimento ou expansão institucional da Igreja, mas a Igreja é serva da *missio Dei*, como sacramento no mundo.

Se alguma coisa nos deve santamente inquietar e preocupar a nossa consciência é que haja tantos irmãos nossos que vivem sem a força, a luz e a consolação da amizade com Jesus Cristo, sem uma comunidade

¹⁸⁶ Leonardo Boff, *Y la Iglesia se hizo Pueblo* (Bogotá: Paulinas, 1987), 60.

¹⁸⁷ CNBB, *Comunidade de comunidades*, 31.

¹⁸⁸ Francisco, Papa. “Vaticano” *Mensagem de sua santidade Papa Francisco para o dia mundial das missões 2017, A missão no coração da fé cristã, n 7*, http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/messages/missions/documents/papa-francesco_20170604_giornata-missionaria2017.html, último acesso 29 de junho de 2018.

de fé que os acolha, sem um horizonte de sentido e de vida. Mais do que o temor de falhar, espero que nos mova o medo de nos encerrarmos nas estruturas que nos dão uma falsa proteção, nas normas que nos transformam em juízes implacáveis, nos hábitos em que nos sentimos tranquilos, enquanto lá fora há uma multidão faminta e Jesus repete-nos sem cessar: «Dai-lhes vós mesmos de comer» (Mc 6, 37) (EG 49).

4.3 Paróquia e conversão pastoral

O modelo paroquial que persiste em nossos tempos obstaculiza processos que desafiam a pastoral da Igreja. O modelo centralizado na estrutura paroquial e na figura do padre, mantido por uma pastoral de conservação e sacramental, tem minguado a vida eclesial. Seus sintomas demonstram um fraco sentido de pertença eclesial por parte dos batizados e o desgaste dos agentes de pastoral que persistem no sistema vigente.

O desafio de considerar a realidade urbana, plural e fragmentada em que as estruturas eclesiais estão inseridas, no horizonte de sua missão parece ser uma barreira intransponível na configuração da paróquia que conhecemos. Há muito se pensa na mudança da paróquia e numa nova forma de realizar sua missão, “de fato, em 1992, em Santo Domingo é quando se emprega pela primeira vez em um documento do magistério eclesial a expressão Conversão Pastoral¹⁸⁹. Nesse momento foi aplicado em relação ao conceito de nova evangelização do Papa João Paulo II.

Santo Domingo trata a conversão a partir dos quatro âmbitos da mentalidade, ação, relações de poder e estruturas. A conversão de mentalidade se refere a consciência eclesial, a eclesiologia conciliar da Igreja como Povo de Deus, ainda não penetrou em todos os níveis, e em alguns, chega a transparecer retrocessos a eclesiologias pré-conciliares. Essa tensão em torno da mentalidade sobre modelo de Igreja, que como Povo de Deus, considera a mesma dignidade entre todos os membros. A questão da Igreja como sacramento do Reino no mundo, a colegialidade episcopal, o diálogo ecumênico e antirreligioso, ou seja, sobre a consciência da Igreja sobre si mesma e sua missão no mundo.

¹⁸⁹ Mario Moronta R, *La conversión pastoral. He venido traer fuego... (Lc12,49)* (Bogotá: San Pablo, 2012), 57.

A coerência com o espírito conciliar exige um modelo compatível de ação pastoral. As conferências do episcopado Latino Americano pedem modelos de pastoral orgânica e de conjunto, que promovam a vida em plenitude, desde de a dignidade de cada pessoa até o cuidado de todos pela Casa Comum. Desafia a superação da pastoral de conservação, que sacramentaliza as normas e marginaliza a evangelização. Como propôs Puebla é um desafio gerar uma pastoral de comunhão e participação, superando as involuções pastorais dos modelos secularistas coletivista. Aparecida, e agora Papa Francisco, propõem que essa conversão deve promover uma pastoral de conversão missionária.

O terceiro âmbito que pede conversão pastoral é das relações de poder. Persiste o binômio clero-leigos em detrimento a Igreja Povo de Deus. A hierarquia como um tipo de casta, com privilégios e poderes sobre os demais membros da Igreja. Superar esse binômio, trazendo para o âmbito das comunidades a sinodalidade, promovendo espaços de comunhão e participação é um imperativo no caminho da conversão pastoral. Promover a descentralização, superar o clericalismo, fortalecer os conselhos e assembleias ajudaram a melhorar o modelo de relações entre os membros da Igreja.

A Igreja, especialmente as paróquias, por muito tempo seguem sendo identificadas com suas estruturas materiais, esquecendo-se que a Igreja é o Povo de Deus. Muitas paróquias vivem em função das estruturas gastando muito tempo e esforço em conserva-las. O dinamismo pastoral e missionário é comprometido porque prevalece o administrativo e material sobre a pastoral e a missão. Abandonar estruturas obsoletas, priorizar a missão e criar estruturas mais eficientes em vista da missão, mesmo que isso signifique abandonar algumas é um gesto profético necessário.

Aparecida retoma a categoria de conversão pastoral como programa para a Igreja responder os desafios do nosso tempo e realizar sua missão. Assim, a categoria conversão pastoral representa a intenção renovadora do Concílio Vaticano II expressa no magistério, e atualmente reforçada pelo Papa Francisco. A Igreja tem em sua essência viver para evangelizar, Paulo VI na exortação *Evangelii Nuntiandi* e Francisco na *Evangelii Gaudium* vão explicitar que nada deve sobrepor o que é constitutivo na Igreja: anunciar o Evangelho. Por isso, “o objeto da conversão

pastoral é fazer da Igreja e seus agentes, a razão, a própria finalidade da evangelização, a salvação universal pela conexão com o Reino de Deus, do qual a Igreja necessita ser cada vez mais claramente seu sinal”¹⁹⁰.

A paróquia é a estrutura eclesial mais próxima da realidade das pessoas e é aí nessa estrutura que se consolidou ao longo de mais de quinze séculos que a conversão pastoral está mais distante de se concretizar.

Para Aparecida, levando em consideração suas dimensões, é aconselhável sua setorização em unidades territoriais menores, com equipes de animação e coordenação que permitam uma maior proximidade das pessoas e grupos que vivem na região’. Dentro destes setores, é aconselhável também, ‘a criação de grupos de famílias, que coloquem em comum sua fé as respostas a seus próprios problemas’ (DAp 372) (Libânio, 2008, p. 323)¹⁹¹.

A realidade urbana é um desafio para conversão pastoral. A cidade, suas complexidades e ambiguidades, é o novo terreno onde a Igreja deve desenvolver sua missão.

Concretamente, a Quinta Conferência recomenda uma nova pastoral urbana que: atenda as variadas e complexas categorias sociais, econômicas, políticas e culturais, compostas de elites, classe média e pobres; transforme as paróquias cada vez mais em comunidade de comunidades; aposte na experiência de comunidades ambientais, integradas em comunidades em nível supra paroquial e diocesano; fomente a pastoral da acolhida aos que chegam à cidade e aos que já vivem nela; intensifique a presença eclesial nas periferias urbanas, que crescem devido às migrações internas e situações de exclusão (DAp 517)¹⁹².

Muitos elementos devem ser afetados para conversão pastoral, um deles é dos ministros da Igreja. A paróquia reconfigurada em rede de pequenas comunidades prevê que cada pequena comunidade tenha sua própria estrutura ministerial. Assim supera-se a centralidade da figura do padre e promove-se a participação ativa dos leigos.

A conversão pastoral deve gerar um novo dinamismo pastoral na Igreja, que supera um programa, plano ou atividade, é um processo permanente que gera uma pastoral em conversão. É um caminho para reconfiguração a partir das CEBs

¹⁹⁰ Agenor Brighenti, “La conversión pastoral de la Iglesia Concepto e indicaciones programáticas” *Medellín* v.44 n 170 (2018), 16.

¹⁹¹ Brighenti, “La conversión pastoral” 35.

¹⁹² Brighenti, “La conversión pastoral” 32.

missionárias, que lança a Igreja num estado permanente de missão. A conversão pastoral cria uma nova realidade eclesial, transforma a paróquia relativizando as estruturas e priorizando a missão, todo esse processo depende do encontro pessoal com Jesus Cristo, assumir o projeto do Reino de Deus, e segui-lo como discípulos missionários na Igreja.

A conversão pastoral é uma exigência abrangente e profunda, um processo descentralizador e de impulsão, porque a deve gerar uma pastoral de conversão que reconfigurará a paróquia em CEBs. A reconfiguração das paróquias “exige a reformulação de suas estruturas, para que seja uma rede de comunidades e grupos, capazes de se articular conseguindo que seus membros se sintam realmente discípulos e missionários de Jesus Cristo em comunhão” (*DAp* 172).

Brighenti ao propor um novo paradigma pastoral, assumindo os desafios do tempo presente, sustenta que a Igreja não pode se fechar em “trincheiras”, propõe a reconfiguração eclesial num movimento de conversão pastoral:

Da Igreja-massa a uma Igreja de pequenas comunidades acolhedoras e aconchegantes; da centralização na matriz paroquial a uma Igreja rede de comunidade de comunidades; do aumento do tamanho dos templos à multiplicação de pequenas comunidades; de comunidades territoriais a comunidades por eleição e afeto; do monopólio clerical ao protagonismo dos leigos, especialmente das mulheres; do catecismo à Bíblia¹⁹³.

A reconfiguração da paróquia clama por uma mudança de estruturas, mas vai além de remodelações, construções materiais, ou demolição das estruturas materiais que conhecemos. A reconfiguração da paróquia pressupõe conversão pessoal e da comunidade, é atitude, o espírito com que se vive a missão, como membro da comunidade dos discípulos missionários de Jesus.

¹⁹³ Brighenti. “Vida Pastoral” *A ação pastoral em tempos de mudança: Modelos obsoletos e balizas de um novo paradigma*, <https://www.youtube.com/watch?v=p8s3sp7zIdU&feature=youtu.be>, último acesso 27 de junho de 2018.

CONCLUSÃO

O nosso trabalho quer ser uma colaboração nos intentos que estão acontecendo na Igreja pela renovação da paróquia. É uma contribuição, já que em cada realidade estão sendo buscadas respostas a esse desafio, e seria muito pretensioso buscar uma única resposta. A presente pesquisa oferece a possibilidade de aprofundar o caminho para a sonhada conversão pastoral, desenvolvendo duas categorias importantes, a imagem da paróquia e o agente transformador das estruturas paroquiais, o discípulo missionário. A imagem apresentada em Santo Domingo (*SD 30*), da paróquia como comunidade de comunidades, e aprofundada em Aparecida é nova imagem de paróquia que se busca. Em nosso trabalho, defendemos que esse processo deve gerar a reconfiguração da paróquia, ou seja, não uma simples reforma, reorganização ou revitalização, mas uma transformação profunda fundamentada nas CEBs, como estruturas fundamentais da Igreja. Trata-se de empreender um processo de nucleação, animação e abertura missionária de pequenas comunidades eclesiais, criando uma rede de comunidades.

A rede de comunidade exigirá novas estruturas e a superação de algumas que hoje existem. Exigirá, também, novos ministérios, superando a centralidade na figura do padre com a promoção dos ministérios dos leigos. A paróquia reconfigurada em chave missionária terá como prioridade a evangelização e vida dos nossos povos, a vida sacramental e a estrutura administrativa serão consequências desses processos e não fins na vida das comunidades.

Os discípulos missionários que nascem do encontro com Jesus Cristo serão os agentes transformadores da paróquia. Não se trata de um processo de etapas sucessivas, mas de uma relação de retroalimentação, comunidades missionárias, que desenvolvem processos de iniciação cristã, que geram novos discípulos missionários. Discípulos missionários, que do encontro transformador com Jesus Cristo nas comunidades, geram novas comunidades.

Nossa proposta é prospectiva, por isso, no caminho desenvolvido no trabalho olhamos para a realidade debilitada da paróquia, pelo modelo centralizado na estrutura, no padre, na pastoral de conservação, na massificação e na crescente escassez no sentimento de pertença, não com uma atitude pessimista. Não queremos

cair no “excesso de diagnósticos” (EG 50), mas olhar para a realidade da paróquia com a confiança de que o Espírito Santo conduz a Igreja e, que se nos dispomos a discernir os sinais dos tempos, seremos capazes de dar respostas satisfatórias ao momento presente.

No primeiro capítulo, lançamos esse olhar sobre a realidade vendo os limites da paróquia frente às possibilidades que brotam no encontro com a cultura, reconhecendo os novos valores que emergem da pós-modernidade. O tempo na perspectiva da fé é sempre *Káyros*, ou seja, sempre um tempo de graça do Senhor. A consciência de vivermos uma mudança de época, que os valores culturais de outras épocas já não tocam o coração dos homens, deve interpelar-nos como comunicar a Boa-notícia do Reino de Deus em nossos dias. Relacionar a realidade da paróquia com a nova realidade cultural, pós-moderna, nos ajuda a entender os desafios que recaem sobre a paróquia, de redescobrir o valor da comunidade e de se reconfigurar.

No segundo capítulo, tratamos de confirmar que o fundamento para a reconfiguração da paróquia não é uma invenção como uma reação ao tempo presente. Antes demonstramos que é da origem da Igreja a capilaridade das pequenas comunidades eclesiais no ambiente urbano, sua relação de comunhão e sua dinamicidade ministerial em torno do bispo. Assim, a reconfiguração da paróquia resgata valores muito presentes na história da Igreja, nas primeiras comunidades, especialmente no modelo da *Domus Ecclesiae*. Também, entender o surgimento e o desenvolvimento da paróquia ao longo da história, nos ajuda a vislumbrar mais possibilidades que limites, para que a paróquia possa reconfigurar-se em comunidade de comunidades, em vista de sua missão.

A terceira parte do trabalho se concentra em demonstrar a força do encontro com Jesus Cristo, que gera o discípulo missionário, bem como, suas consequências. Os frutos do encontro são assumir o seguimento de Jesus, vincular-se com sua obra – o Reino de Deus – e com a vida da Igreja. Assim a Igreja formada pelos discípulos missionários, animada pelo Espírito é no mundo sacramento do Reino de Deus, comunidade de comunhão, centralizada na Palavra, na liturgia e no serviço.

Os discípulos missionários formam comunidade e a comunidade gera discípulos missionários. Essa relação configura uma nova realidade eclesial,

tornando as CEBs os primeiros sujeitos da missão. Então se estabelece um novo modelo de relação, não mais linear e hierárquico, mas horizontal e de subsidiariedade. O administrativo e as estruturas materiais passam a ser meios para a ação evangelizadora e não fins pastorais. As comunidades se abrem para a missão universal da Igreja desde a sua realidade concreta. Acontece a conversão pastoral, que reconfigura a paróquia como comunidade de comunidades que nascem do encontro com Jesus Cristo. O dinamismo missionário é assumido pela comunidade numa pastoral de conversão, cremos que esse movimento dará à paróquia uma nova configuração a paróquia, para que nela se cumpra o mandato de Jesus: Ide por tudo mundo e anunciai o Evangelho (Mc. 16,15).

Consciente dos limites do nosso trabalho pela amplitude de possibilidades levantadas na abordagem da realidade da paróquia, a continuidade dessa pesquisa poderia empenhar-se em duas propostas objetivas: 1 - Como proporcionar o encontro com Jesus Cristo nas comunidades eclesiais no contexto da pós-modernidade? 2 – Como tornar a comunidade eclesial de base a célula básica da Igreja, dando-lhes um estatuto jurídico e um reconhecimento eclesial dentro da paróquia? Essas questões podem ajudar a avançar nesse caminho de atualização pastoral da Igreja.

BIBLIOGRAFIA

Documentos do Magistério

- CNBB. *Comunidade de comunidades: uma nova paróquia. A conversão pastoral da paróquia*. Brasília: Edições CNBB, 2014.
- CNBB. Pastoral Urbana: *Categorias de Análise e Interpelações Pastorais*. Brasília: Edições CNBB, 2010.
- CNBB. *Plano de Emergência, para a Igreja do Brasil. Documento*. Brasília: Edições CNBB, 2014.
- Concilio Vaticano II. “Ad Gentes”. *AAS* vol. 56, nº14 (1966): 947-990.
- Concilio Vaticano II, “Apostolicam actuositatem” *AAS* vol. 58, nº12 (1966): 837-864.
- Concilio Vaticano II, “Dei Verbum” *AAS* vol. 58, nº12 (1966): 817-835.
- Concilio Vaticano II, “Gaudium Et Spes”, *AAS* vol. 58, nº15 (1966): 1025-1120.
- Concilio Vaticano II, “Lumen Gentium”, *AAS* vol.57, nº1 (1965), 5-71.
- Concilio Vaticano II, “Sacrosanctum Concilium”, *AAS* vol. 56, nº1 (1964), 97.
- Congregação para a Doutrina da Fé. *Nota Doutrinal, sobre algumas questões relativas à participação e comportamento dos católicos na vida política*,
Cf. http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/document/rc_con_cfaith_doc_20021124_politica_po.html.
- Congregação para a Doutrina da Fé. “Dominus Iesus”. *AAS* vol.92 nº10 (2000): 742-765.
- Conselho Episcopal Latino-americano. *Documento de Aparecida. Texto conclusivo da V Conferência do episcopado Latino-Americano e do Caribe*. São Paulo: CELAM, 2007.
- Conselho Episcopal Latino-americano. *Documentos do CELAM. Rio de Janeiro, Medellín, Puebla, Santo Domingo*. São Paulo: CELAM, 2005.
- Papa Francisco. “Vaticano” *Mensagem de sua santidade Papa Francisco para o dia mundial das missões 2017. A missão no coração da fé cristã, n 7*.
http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/messages/missions/documents/papa-francesco_20170604_giornata-missionaria2017.html.
- Papa Francisco. “Vaticano” *Videomensagem do Papa Francisco aos fiéis argentinos na memória litúrgica de São Caetano de Thiene*.
http://w2.vatican.va/content/francesco/es/messages/pont-messages/2013/documents/papa-francesco_20130807_videomessaggio-san-cayetano.html.

- Papa João Paulo II. “Christifideles Laici”. *AAS* vol. 81, nº4 (1989). 393-521.
- Papa João Paulo II, “Exortação Apostólica Pós-sinodal *Ecclesia in America*”, *AAS* vol. 91, nº8 (1999), 737-820.
- Papa Bento XVI, “Deus Caritas Est”, *AAS* vol. 98 (2006), 217-253.
- Papa Francisco, “*Evangelii Gaudium*”. *AAS*, vol.105, nº12 (2013). 1019-1137.
- Papa João XXIII, “*Constitutio Apostolica Humanae Salutis*”, *AAS* vol. 54, nº1 (1962) 5-31.
- Papa Paulo VI, “*Adhortatio Apostolica Evangelii Nuntiandi*” *AAS* vol. 68, nº1 (1976), 5-76.

Bibliografia citada

- Almeida, Antônio José. *Paróquia, comunidades e pastoral urbana*. São Paulo: Paulinas, 2009.
- Andrade, Djalma Rodrigues de. *Reinventar a paróquia, sonhar em tempo de incertezas*. São Paulo: Loyola, 2006.
- Bassini, Pedro F. Para onde vai a paróquia? *Vida Pastoral*, Janeiro-fevereiro (2007): 21-25.
- Boff, Leonardo. *Y la Iglesia se hizo Pueblo*. *Eclesiogénesis: La Iglesia nace de la fe del pueblo*. Bogotá: Paulinas, 1987.
- Bravo Pérez, Benjamín, David Diaz Corrales, Antonio Espinoza Mendoza, Jesús Flores Aparicio, Dante Jimenez Muñoz Ledo e Toribio Tapia Bahena. *Para comprender la Iglesia de casa. De la conservación a la misión*. Navarra: Verbo Divino, 2011.
- Brighenti, Agenor. “La conversión pastoral de la Iglesia” *Medellín*, vol.44 n 170 Bogotá: CELAM, 2018).
- Brighenti, Agenor. *A Igreja do futuro e o futuro da Igreja – Perspectivas para a evangelização na aurora do novo milênio*. São Paulo: Paulus, 2001.
- Brighenti, Agenor. *La Iglesia perpleja, a nuevas preguntas, nuevas respuestas*. Madrid: PPC, 2007.
- Cappellaro, Juan B. *Servir al pueblo desde la diócesis: Notas para la organización de las estructuras diocesanas y parroquiales*. Bogotá: Indo-American Press Service, 1996.
- Carrasco, Baldomero. *La comunidad parroquial, perfil pastoral da parroquia y del sacerdote pastor*. Madrid: PPC, 2014.
- Ceris. *A Paróquia ontem, hoje e amanhã. Coleção Sociologia e Pastoral*. Petrópolis: Vozes, 1967.

- Comblin, José. *Cristãos rumo ao século XXI, nova caminhada de libertação*. São Paulo: Paulus, 1996.
- Comblin, José. *Os desafios da cidade no século XXI*. São Paulo: Paulus, 2002.
- Coutinho, Sérgio Ricardo. “A paróquia e um conceito <forte> de comunidade, uma compreensão pela sociologia e pela pastoral” *Encontros Teológicos* (2013).
- Dornelas, Nelito Nonato. “A identidade das CEBs”. *Vida Pastoral*, Maio-Junho (2006): 3-5.
- Duque, João Manuel. *Para o diálogo com a pós-modernidade*. São Paulo: Paulus, 2016.
- Floristán, Casiano. *Para compreender a paróquia*. Estella, Navarra: Gráfica Coimbra, 1994.
- Gutiérrez, Gustavo. *Beber en propio pozo, en el itinerario espiritual de un pueblo*. Lima: Centro de Estudios y Publicaciones, 1983.
- Gutiérrez, Gustavo. *La espiritualidad de la liberación, escritos esenciales*. Santander: Sal Terrae, 2013.
- Instituto Superior de Pastoral. *A vueltas con la parroquia: balance y perspectivas*. Navarra: Verbo Divino, 2008.
- Kuzma, Cesar. *Leigos e leigas. Força e esperança da Igreja no mundo*. São Paulo: Paulus, 2009.
- Libânio, João Batista. *En busca de lucidez, vivir con sensatez en tiempos de cambio*. Bogotá: San Pablo, 2010.
- Martínez, Julio L. *La cultura del encuentro, desafío e interpelación para Europa*. Maliaño: Sal Terrae, 2017.
- Merlos, Francisco. *Pastoral del Futuro, tensiones y esperanzas*. México: Palabra Ediciones, 2002.
- Mesters, Carlos. *Paraíso terrestre: Nostalgia o esperanza*. Quito: EDICAY, 1992.
- Mikuska, Gelson Luiz. *Por uma paróquia missionária, à Luz de Aparecida*. São Paulo: Paulus, 2012.
- Oriolo, Edson. “A Revitalização das paróquias”. *Encontros teológicos* vol. 2, n 65 (2013): 11-30.
- POM. *Instrumento de trabalho, Como Pai me enviou, assim eu vos envio, 3º Congresso Missionário Nacional*. Brasília: POM, 2012.
- Reinert, João Fernandes. *Pode hoje a Paróquia ser uma Comunidade Eclesial? – Repensando a paróquia em diálogo com a religiosidade pós-moderna*. Rio de Janeiro. Vozes, 2010.
- Ríos Rocha, Augusto H. *Discipulado misionero juvenil, criterios y líneas de orientación*. Bogotá: CELAM, 2013.
- Taborda, Francisco. *A Igreja e seus ministros, uma teologia do ministério ordenado*. São Paulo, Paulus, 2011.

Torres-Londoño, Fernando. *Paróquia e comunidade no Brasil, perspectiva histórica*. São Paulo: Paulus, 1997.

Bibliografia Consultada

- Aguiar, Retes, Mons. Carlos. Romo, Mons. Ricardo, Cuéllar. *Pastoral de la Cultura*. Bogotá: Medellín, 2005.
- Almeida, Antônio José de. *Novos ministérios: a necessidade de um salto à frente*. São Paulo: Paulinas, 2013.
- Andrés Vela, Jesús. *Reevangelización el primer anuncio del evangelio a bautizados no cristianos*. Bogotá: Mattha Ospina, 2014.
- Arguello Lacayo, José. *La parroquia: orígenes, misión y desafíos*. Managua: Asociación Religiosa Teyocoyani, 2015.
- Augé, Marc. *Hacia una antropología de los mundos contemporáneos*. Barcelona: Gedisa, 2006.
- Blank, Ronold. *Ovelha ou Protagonista? A Igreja e a nova autonomia do laicato no século 21*. São Paulo: Paulus, 2006.
- Borras, Alphons e Gilles Routhier *La nueva parroquia*. Santander: Sal Terrae, 2009.
- Brighenti, Agenor. *A desafiante proposta de Aparecida*. São Paulo: Paulinas, 2008.
- Calvo Pérez, Roberto. *La conversión pastoral - misionera. Lo que el Espíritu dice a las Iglesias*. Burgos: Monte Carmelo, 2016.
- Carvalho, Pe. Humberto Robson de. *Paróquia Missionária Projeto de evangelização e missão na cidade*. São Paulo, 2015.
- COCC – Conferencia de Obispos Católicos de Cuba. *Parroquia, Comunidad de Comunidades: Las Pequeñas Comunidades, aurora de un nuevo modo de ser Iglesia*. Havana: Conferencia de obispos católicos de Cuba, 2016.
- Comissão Nacional de Presbíteros. *Presbíteros do Brasil construindo história: instrumentos preparatórios aos Encontros Nacional de Presbíteros*. São Paulo: Paulus, 2001.
- Fernández, Víctor Manuel. *La iglesia del Papa Francisco. Los desafíos desde Evangelii Gaudium*. Madrid: San Pablo, 2014.
- Marins, José. *Comunidade Eclesial de Base: Prioridade Pastoral*. São Paulo: Paulinas, 1976.
- Melguizo Yepes, Mons. Guillermo. “La conversión pastoral en el Magisterio de la Iglesia”. *Medellín*. vol.35 n°.134 (2008).
- Merino Beas, Patricio. *La categoría teológica Signos de los Tiempos*. Bogotá: USTA, 2014.

- Moronta, R Mario. *La Conversión Pastoral: He venido a traer fuego*. Bogotá: San Pablo, 2012.
- Pereira, Carlos, José. *Conversão Pastoral*. São Paulo: Paulus, 2016.
- Pereira, José Carlos. *Paróquia Missionária: A Luz do Documento de Aparecida*. Brasília: Edições CNBB, 2012.
- Pereira, José Carlos. *Projeto paroquial: Orientações para implantação de uma evangelização permanente*. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.
- Santos, Pe. Jesús, Benedito dos. *Novo Presbítero Católico Sob a Mística do Cuidado*. Aparecida, SP: Santuário, 2012.
- Suess, Paulo. *Dicionário da exortação Evangelii gaudium: 50 palavras-chave para uma leitura pastoral da exortação apostólica Evangelii Gaudium – A alegria do Evangelho -, do Papa Francisco, sobre o anúncio do Evangelho no Mundo atual*. São Paulo: Paulus, 2015.
- Suess, Paulo. *Dicionário da Laudato si: Sobriedade feliz: 50 palavras-chave para uma leitura pastoral da Encíclica “Sobre o cuidado da casa comum” do Papa Francisco*. São Paulo: Paulus, 2017.
- Suess, Paulo. *Impulsos e intervenções: atualidade da missão*. São Paulo: Paulus, 2012.

Sítios Web

- Antunes do Nascimento, Fabio. “Ameríndia”. *Parroquias sin párrocos, ¿es posible?* en: http://amerindiaenlared.org/contenido/11657/parroquias-sin-parrocos-esposible/?utm_source=Amerindia&utm_campaign=75ae993ba0-EMAIL_CAMPAIGN_2017_11_10&utm_medium=email&utm_term=0_157c957042-75ae993ba0-31163251. Último acesso dia 27 de outubro de 2018.
- Brighenti, Agenor “Ameríndia”. *De uma Igreja – massa a uma Igreja – comunidade (Em que o Vaticano II mudou a Igreja 4)*. <http://amerindiaenlared.com/contenido/12120/de-uma-igrejamas-a-uma-igrejacomunidade-em-que-o-vaticano-ii-mudou-a-igreja-4/>. Último acesso dia 26 de outubro de 2018.
- Brighenti, Agenor. “A ação pastoral em tempos de mudança: Modelos obsoletos e balizas de um novo paradigma”. *Vida Pastoral* Março-Abril (2015). <http://www.vidapastoral.com.br/artigos/temas-pastorais/a-acao-pastoral-em-tempos-de-mudanca-modelos-obsoletos-e-balizas-de-um-novo-paradigma/>. Último acesso 15 de junho de 2018.
- Brighenti, Agenor. *Pastoral de conversação – modelo de ação (modelos de pastoral em torno a renovação do Vaticano II – 1)*. Ameríndia <http://amerindiaenlared.com/contenido/12424/pastoral-de->

conservacao--modelo-de-acao-modelos-de-pastoral-em-torno-a-renovacao-do-vaticano-ii--1/ . Último acesso 15 de junho de 2018.

Bruni, Luigino. “Secretariado Nacional da Pastoral da Cultura” *A gratuidade cria o novo, mas onde estão os profetas?* http://www.snpcultura.org/a_gratuidade_cria_o_novo.html. Último acesso 14 de junho de 2018.

Clemente, D. Manuel. “Secretariado Nacional da Pastoral da Cultura” *Do tempo livre à libertação do tempo* http://www.snpcultura.org/do_tempo_livre_a_libertacao_do_tempo.html, último acesso 22 de junho de 2018. Último acesso dia 26 de outubro de 2018.

Gonzaga do Prado, José Luiz. “Paróquia, rede de comunidades – A conversão pastoral”. *Vida Pastoral* janeiro - fevereiro (2014). <http://www.vidapastoral.com.br/artigos/eclesiologia/parouquia-rede-de-comunidades-a-conversao-pastoral/>. Último acesso 15 de junho de 2018.

Immacolata Saulle Hippenmeyer. “Parrochia” *Pontificia Università Gregoriana roccia* <http://www.hls-dhs-dss.ch/textes/i/I11744.php?topdf=1>. Último acesso 14 de junho de 2018.

Reinert, João Fernandes. *Renovação da instituição paroquial no contexto urbano*. https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/13328/13328_5.PDF. Último acesso 22 de junho de 2018.